

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PESCADORES ARTESANAIS:
NATUREZA, TERRITÓRIO, MOVIMENTO SOCIAL

Eduardo Schiavone Cardoso

Tese apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia Física
como requisito para obtenção do título de Doutor

ORIENTADOR

Prof. Dr. Gil Sodero de Toledo

SÃO PAULO / 2001

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é resultado de cerca de 10 anos de atuação junto ao setor pesqueiro. Ora trabalhando, ora estudando, neste período fui tecendo a tese que agora apresento.

Tratam-se de algumas malhas que se encaixam na busca de uma maior afluência para o setor.

Certamente tive muitos apoios neste trabalho, aos quais agradeço a seguir.

Um apoio familiar muito forte, que agradeço através de minha mãe Norma Aparecida Schiavone Cardoso.

Aos amigos de sempre e aos novos que conheci ou revi nas viagens para este trabalho, agradeço através de Américo Rodrigues (Zé), de quem aprendi os caminhos da Geografia e da Pesca.

Ao Prof. Dr. Gil Sodero de Toledo, orientador e companheiro de todos os passos deste trabalho.

Ao apoio financeiro da CAPES a partir de uma bolsa de 48 meses e aos apoios da Comissão de Pós-Graduação em Geografia Física do DG-USP, através do Prof. Dr. Felisberto Cavalheiro e da Pró-Reitoria de Pós Graduação, através do Prof. Héctor Francisco Terenzi, que forneceram apoio em diversos momentos do trabalho de campo.

Ao Prof. Dr. Manoel Fernando Gonçalves Seabra, pela leitura atenta e sugestões pertinentes a este trabalho.

À Roseli Alvim Sanches, que pacientemente transcreveu as fitas de entrevistas e ao Alfredo Pereira de Queiroz pelo apoio inicial na cartografia.

À Jacqueline Myanaki que encontrei neste percurso, para novos rumos. A ela também agradeço a confecção final dos mapas e a revisão desta tese.

Às pessoas que com seus diversos ofícios me apoiaram nos momentos da pesquisa de campo e bibliográfica, meus agradecimentos

Agradeço agora aos pescadores que, ao longo desta pesquisa, me concederam a possibilidade de registro de suas falas.

Na Ilha Grande: Jorge, D. Odília, Pergentino, D. Léa, Gildo, Quitólio, Baco, Januário, Lanco, Roberto, Dário, Mestre Genésio, Ceci, Fernando, Valmir, Ditinho, Osmar.

Em Angra dos Reis: Mestre Bráulio. Em São Sebastião: Ci , Flávio. Em Caraguatatuba: Isaias. Em Cananéia: Ezequiel. Em Florianópolis: Queiroz. Em Paranaguá:

Edmir. Em Conceição da Barra: Bi. Em Penedo: Toinho. Em Itapissuma: Joana. Em Redonda: Vereador Camundo, Cícero, Erialdo. Em Bragança: Leonan. Em Alcântara: Marcos. Em Ilhéus: Mestre Adair. Em Camocim: Xavier.

Aos demais pescadores brasileiros, que me abriram seus livros de sabedoria e esperança na pesca, agradeço sinceramente. Não citarei todos os nomes, mas sem o apoio e a confiança destes homens e mulheres não teria realizado este trabalho.

Aos amigos chilenos, em especial da Confederación Nacional de Pescadores Artesanales de Chile - CONAPACH e da Caleta Portales, que me possibilitaram transitar pelas trilhas da pesca neste país.

Agradeço ainda aos ilhéus de Vitória e Monte de Trigo, cuja pesquisa realizada em meados dos anos 90 permanece neste trabalho.

Aos amigos e colegas que me esqueci de citar nominalmente minhas desculpas e meus agradecimentos.

RESUMO

Esta tese retrata uma trajetória : parte da análise da apropriação da natureza e do conhecimento na pesca, analisa o território enquanto instrumento de gestão nas pescarias e as propostas do movimento social dos pescadores. Busca apreender as proposições surgidas no interior da categoria dos pequenos produtores pesqueiros para a gestão das pescarias e o papel que os chamados produtores pesqueiros artesanais possuem como agentes de um novo modelo para o setor pesqueiro.

Formatar este modelo deve levar em consideração três elementos fundamentais : o conhecimento que pescadores possuem sobre a natureza, o território enquanto instrumento de gestão e a politização do movimento de pescadores.

Este trabalho se estrutura em cinco momentos.

Inicia-se com uma breve caracterização da pesquisa e das questões propostas pela Geografia que serão utilizadas no encadeamento deste trabalho.

O segundo momento analisa o setor pesqueiro em sua evolução recente e a caracterização da crise que permeia a atividade pesqueira.

O terceiro momento analisa a formação do pescador e o conhecimento produzido na relação com os elementos naturais, formando um campo de conhecimento fundamental para um modelo de gestão que leve em conta a especificidade da relação sociedade e natureza no setor pesqueiro.

O quarto momento analisa a questão territorial nas pescarias. Comporta escalas variadas e fundamenta-se em algumas propostas de gestão de pescarias baseadas no território.

O quinto momento retrata os pescadores em seu movimento social. Movimento em seu sentido amplo, formal ou informal, concreto, de idéias, na busca de afirmar seu papel enquanto sujeitos sociais e políticos.

Traçado este percurso, o trabalho aponta para princípios de gestão das pescarias, como possíveis caminhos para a reprodução do setor.

Palavras Chaves: Pescadores; Pesca Artesanal; Natureza; Território; Movimento Social.

ABSTRACT

The present thesis reflects a trajectory: it starts with the analysis of the tenure of nature and the experience with fishing, analyses the territory as a management tool in fishing and ends with proposals from the fishermen's social movement. It aims at understanding the proposals arising from the category of small scale fishermen for the management of fishing activities and the role that the so-called artisanal fishing has as an agent of a new model for the fishing sector.

Formatting this model should take into consideration three fundamental elements: the knowledge that fishermen have of nature, the territory as a management tool and the politicization of the fishermen's social movement.

This study comprises five moments.

In the first moment there is a brief characterization of the research and the questions put forward by Geography, which will be carried out in the making of this research.

In the second moment it analyses the fishing sector in its recent developments and the characterization of the crisis which permeates the fishing activity.

In the third moment it analyses the formation of fishermen and their knowledge arising from their relation with natural elements, thus building a fundamental basis for a management model which bears in mind the specificity of the relation between society and nature in that sector

In the fourth moment it analyses the issue of territory in fishing activities, which involves various steps and is based on some proposals for fishing management with territory control.

In the fifth moment it portrays fishermen in their social movements – movement here understood in its wider sense, either formal or informal, either concrete or based on ideas - aiming at asserting their role as social and political subjects.

As this trajectory is over, this research points at fishing management principles as possible ways for the continuity of the activities in the sector.

Key words: Fishermen, Artisanal Fishing, Nature, Territory, Social Movement.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
RESUMO	4
ABSTRACT.....	5
SUMÁRIO.....	6
ÍNDICE DE FIGURAS.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
1.A PESQUISA.....	10
1.1.AS ÁREAS PESQUISADAS.....	10
1.3.GEOGRAFIA E PESCA.....	18
2.O SETOR PESQUEIRO.....	23
2.1.INDÍCIOS DE UMA CRISE ?.....	31
2.1.1.PRODUÇÃO E SOBREPESCA.....	31
2.1.2.FIM DO PEIXE OU DO PESCADOR ?.....	34
2.2.PESCA ARTESANAL	35
3.CONHECIMENTO E NATUREZA NA PESCA.....	40
3.1.TRAJETÓRIAS.....	44
3.1.1.INICIAÇÃO NA PESCA	45
3.1.2.PROFISSIONALIZAÇÃO	52
3.1.3.MESTRANÇA	57
3.2. A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA	62
3.2.1. CLIMA	64
3.2.2.RELEVO SUBMARINO : PESQUEIROS E MARCAÇÃO	70
4. TERRITÓRIO E PESCARIAS.....	79
4.1.INDÍCIOS DE UMA TERRITORIALIDADE PESQUEIRA	81
4.2. PROPOSTAS TERRITORIAIS DE GESTÃO DAS PESCARIAS	84
4.3.PRÁTICAS COMUNITÁRIAS DE GESTÃO DAS PESCARIAS	86
4.4.AS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS	91
4.5. A AQUICULTURA.....	93
4.6. A TERRITORIALIDADE DO ESTADO NACIONAL.....	95
4.7.CHILE : UMA BASE DE COMPARAÇÃO	97
5. O MOVIMENTO SOCIAL DE PESCADORES.....	101
5.1.A QUESTÃO POLÍTICA.....	103
5.1.1.A POLITIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE PESCADORES - A CONQUISTA DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO	103
5.1.2. INTERLOCUTORES PARA A QUESTÃO PESQUEIRA	114
5.2.A QUESTÃO ECONÔMICA	118
5.2.1. A ECONOMIA DO PESCADO	118
5.2.2. CRÉDITO	121
5.3. A QUESTÃO AMBIENTAL.....	124
5.4. QUESTÕES SOCIAIS.....	128
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
7.BIBLIOGRAFIA	133

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1- Brasil : Localidades Visitadas Durante a Pesquisa (Parte 1)	12
FIGURA 2 - Brasil : Localidades Visitadas Durante a Pesquisa (Parte 2)	13
FIGURA 3 - Ilha Grande : Localidades Visitadas Durante a Pesquisa	14
FIGURA 4 - Chile : Localidades Visitadas Durante a Pesquisa.....	15
FIGURA 5 - O DISCURSO.....	27
FIGURA 6 - BRASIL GRANDE	28
FIGURA 7 - SÚMULA DAS SITUAÇÕES DOS ESTOQUES EXPLOTADOS PELAS PESCAS INDUSTRIAIS AO LONGO/LARGO DA COSTA DO BRASIL Segundo PAIVA (s.d.)	33
FIGURA 8 - ENSEADA DO SÍTIO FORTE E BANANAL - ILHA GRANDE, SEGUNDO TRECHO DA CARTA NÁUTICA	76
FIGURA 9 - LOCALIZAÇÃO DOS PARCÉIS, SEGUNDO UM MORADOR DA PRAIA DE PASSATERRA.....	77
FIGURA 10 - LOCALIZAÇÃO DOS PARCÉIS, SEGUNDO UM MORADOR DA COSTEIRA DE UBATUBA	77
FIGURA 11 - REGULAMENTO INTERNO DOS PESCADORES DA PRAINHA DO CANTO VERDE - 1997.....	89
FIGURA 12 - REGULAMENTO INTERNO DOS PESCADORES DA PRAINHA DO CANTO VERDE - 1998.....	90

INTRODUÇÃO

Esta tese retrata uma trajetória: parte da análise do conhecimento dos pescadores e das formas de relação com os elementos naturais, analisa o território enquanto instrumento de gestão nas pescarias e as propostas do movimento social dos pescadores artesanais.

Busca apreender as proposições surgidas no interior da categoria dos pequenos produtores pesqueiros para a gestão das pescarias e o quanto elas podem significar uma nova forma para o ordenamento do setor. Sua contemporaneidade baseia-se nas discussões sobre manejo de recursos naturais e do papel que os chamados produtores pesqueiros artesanais possuem como agentes de um novo modelo para o setor pesqueiro.

Formatar este modelo, a meu ver, deve levar em consideração três elementos fundamentais: o conhecimento que pescadores possuem sobre a natureza e a pesca, a politização de seu movimento social e o território enquanto instrumento de gestão do setor pesqueiro.

Este trabalho se estrutura em cinco momentos :

Inicia-se com uma breve caracterização da pesquisa e das questões propostas pela Geografia que serão utilizadas no encadeamento deste trabalho.

O segundo momento analisa o setor pesqueiro em sua evolução recente e a caracterização da crise que permeia a atividade pesqueira.

O terceiro momento analisa a formação do pescador e do conhecimento produzido na relação com os elementos naturais, formando um campo de conhecimento fundamental para a definição de um modelo de gestão que leve em conta a especificidade da relação sociedade e natureza no setor pesqueiro.

O quarto momento analisa a questão territorial na atividade pesqueira. Comporta escalas variadas e busca apresentar algumas propostas de gestão de pescarias baseadas no território, estendendo para as águas, uma discussão que a Geografia tem levado em terra. Será analisada a experiência chilena de gestão de recursos pesqueiros, no sentido de fornecer uma base comparativa e subsidiar a elaboração de uma proposição para o setor pesqueiro nacional.

O quinto momento retrata os pescadores em seu movimento social. Movimento social tratado aqui como manifestação dos pescadores artesanais, de maneira mais ou menos formal, frente aos conflitos que permeiam o setor pesqueiro, perante os quais estes

agentes buscam afirmar seu papel enquanto sujeitos sociais e políticos. É um momento de síntese de uma realidade observada em campo e presente em documentos.

Traçado este percurso, este trabalho tem como finalidade dar visibilidade a um setor produtivo pouco trabalhado pela Geografia e apontar alguns princípios para sua reprodução.

1.A PESQUISA

1.1.AS ÁREAS PESQUISADAS

A opção deste trabalho é a análise de uma questão e sua manifestação em diversas áreas pesqueiras do país: a apropriação da natureza, a discussão sobre territórios na pesca artesanal e as propostas do movimento social dos pequenos produtores pesqueiros. Desta maneira não se trata do estudo particular de uma localidade e sim de um estudo geral de distintas localidades que apresentam elementos para a análise da questão proposta.

Com este intuito foi realizada uma sondagem pelo litoral brasileiro buscando informações e experiências de grupos de pescadores artesanais relativas aos pontos acima citados. Sessenta e um municípios litorâneos foram percorridos, em seis jornadas de campo entre os anos de 1998 e 2000, estabelecendo contato com produtores pesqueiros, entrevistando-os e coletando material bibliográfico. Para um contato com a realidade pesqueira interior foram ainda visitados dez municípios ribeirinhos do Rio São Francisco e Rio Paraguai (Figuras 1 e 2).

A escolha das localidades visitadas deu-se a partir de informações previamente obtidas através da vivência estabelecida junto aos organismos de apoio ao movimento de pescadores e através de aportes bibliográficos, permitindo selecionar as áreas a serem visitadas. Uma outra preocupação que permeou o trabalho de campo, foi observar a diversidade de situações presentes no interior do setor pesqueiro, em especial junto aos chamados pescadores artesanais.

A Ilha Grande - RJ foi escolhida para um trabalho mais sistemático a respeito da formação do pescador e sua relação com os elementos naturais. Esta escolha se justifica por ser a Ilha Grande um centro especializado em pesca, formador de trabalhadores para o setor industrial das traineiras de sardinha, por comportar em sua história momentos importantes do processo pesqueiro do país e por ser palco de experiências recentes de desenvolvimento da maricultura (Figura 3).

A vivência de cerca de três anos na Ilha Grande, entre 1996 e 1998, permitiu realizar um trabalho de observação participante junto aos pescadores ilhéus, além de estruturar entrevistas mais diretas acerca dos processos investigados nesta tese. Esta localidade passa a ser assim uma referência importante ao longo do trabalho, em especial

em seu terceiro momento. Parafraseando uma expressão comum no meio pesqueiro, pode-se dizer que este trabalho tem um "pé no barranco e outro na canoa", qual seja, um centro na Ilha Grande e um vasto espaço de análise e comparação representado pelas demais localidades. Sem dúvida é uma posição pouco cômoda, mas representa o desafio proposto por este trabalho.

Uma visita de três semanas ao Chile, em fevereiro de 1999, acompanhado de assessores da Confederacion Nacional de Pescadores Artesanales Chilenos - CONAPACH, percorrendo Caletas de Pescadores da I, II V e X Regiões, forneceu o contraponto (Figura 4). Outra história, outra geografia. A importância do setor pesqueiro neste país traduz-se em uma maior organização dos segmentos produtivos, uma política pesqueira mais colada à realidade, um esforço maior de capacitação de pessoal e um sistema de informação mais preciso. Trazer esta experiência, significa avaliar com maior concretude as propostas levantadas por pescadores brasileiros.

O contato com a realidade chilena permaneceu ao longo destes últimos 2 anos através de uma lista de discussão na Internet, organizada pela Oficina Regional da FAO para América Latina y Caribe, e através da participação, em maio de 2000, em um Taller, organizado por esta entidade e realizado em Valparaiso.

Esse esforço de campo, teve como objetivo possibilitar uma visão ampla da problemática proposta pela pesquisa ao longo do país, coletando as experiências daqui e dali, de forma a apresentá-las como manifestações de um processo que será analisado ao longo do trabalho. Certamente algumas áreas não foram abrangidas pela pesquisa, dentre estas a vasta região amazônica, que foi somente esbarrada em sua porção litorânea. Estas lacunas, foram a medida do possível, supridas pela informação bibliográfica.

FIGURA 1- Brasil : Localidades Visitadas Durante a Pesquisa (Parte 1)

FIGURA 1:

**BRASIL: LOCALIDADES VISITADAS DURANTE A PESQUISA
(Parte 1)**

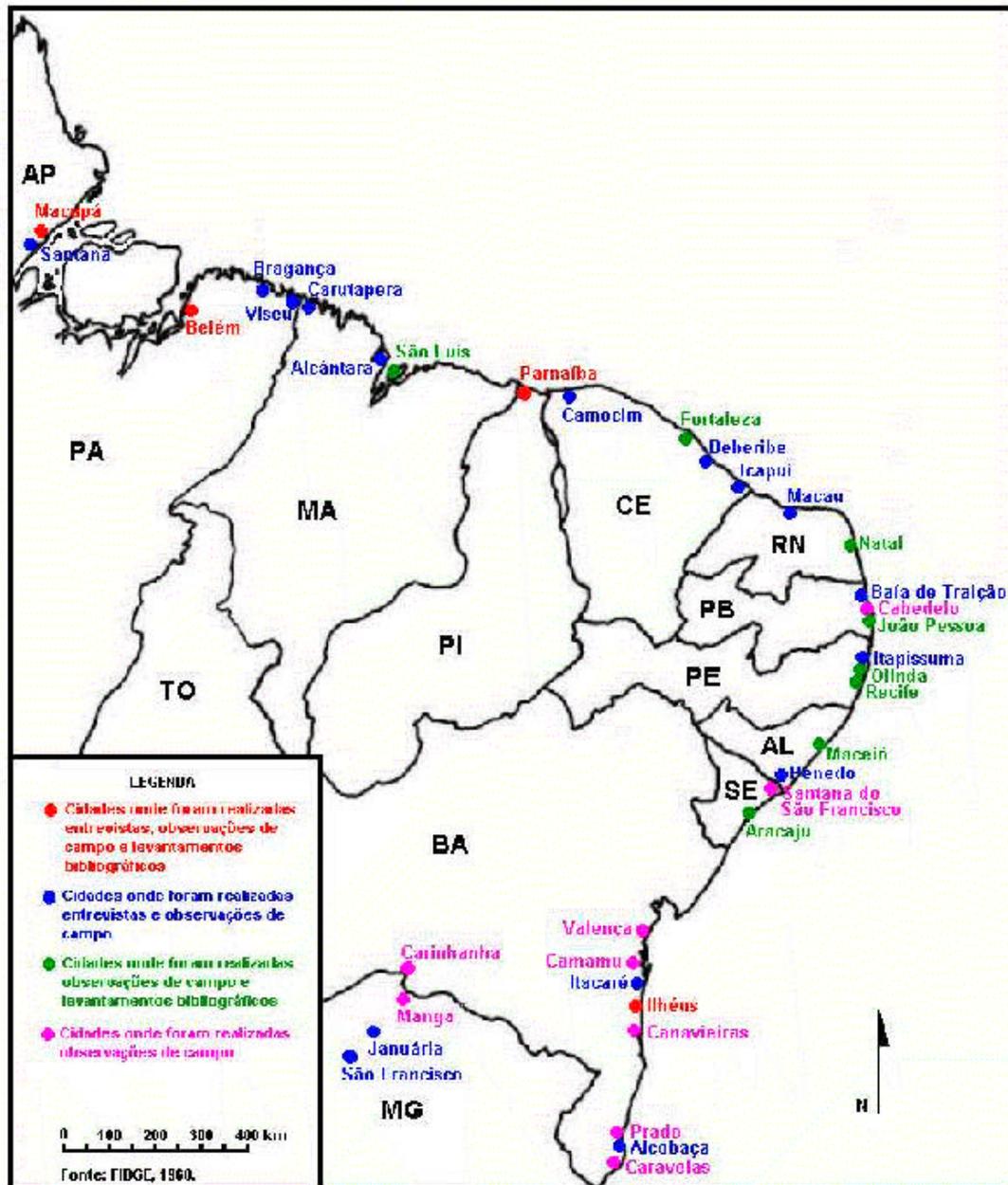


FIGURA 2 - Brasil : Localidades Visitadas Durante a Pesquisa (Parte 2)

FIGURA 2:
BRASIL: LOCALIDADES VISITADAS DURANTE A PESQUISA
(Parte 2)

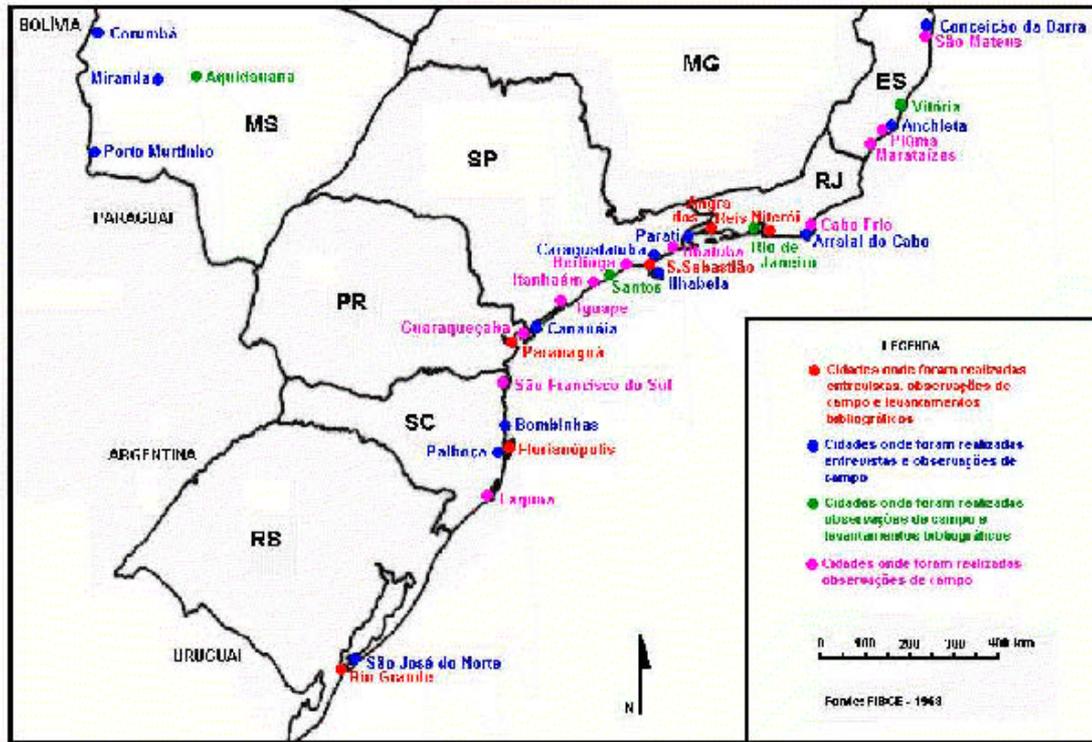


FIGURA 3 - Ilha Grande : Localidades Visitadas Durante a Pesquisa

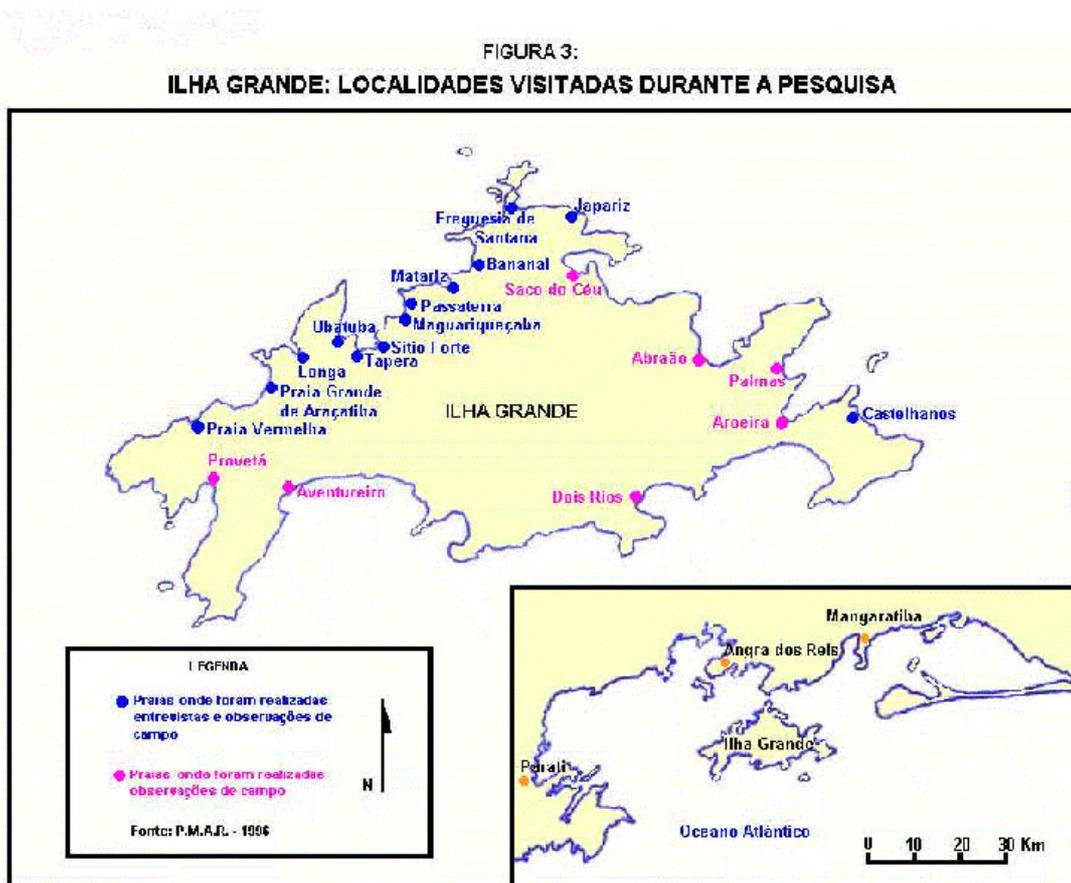
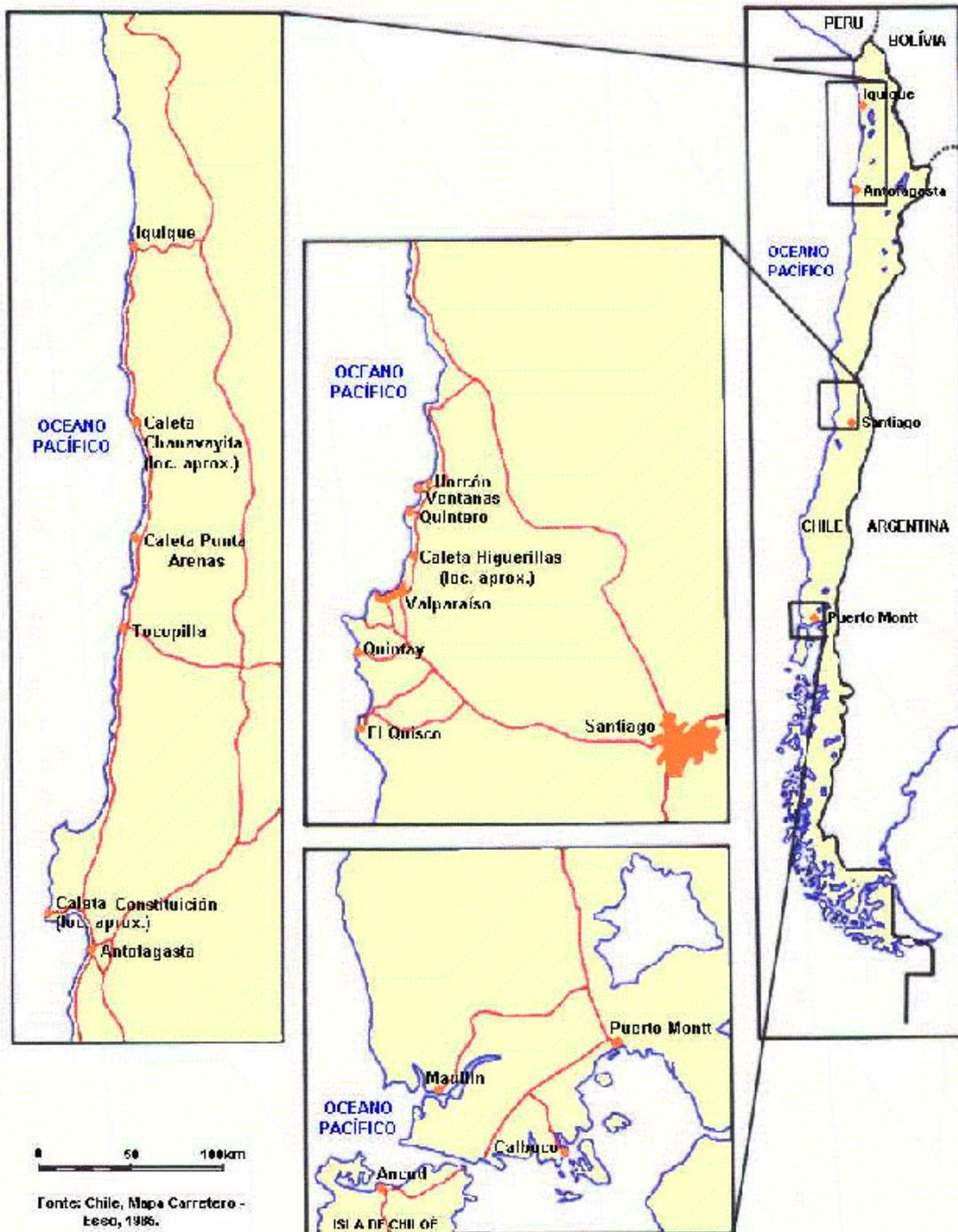


FIGURA 4 - Chile : Localidades Visitadas Durante a Pesquisa

FIGURA 4:

CHILE - LOCALIDADES VISITADAS DURANTE A PESQUISA
(Fevereiro/1999)



1.2.OS MÉTODOS DE APREENSÃO DOS DADOS

A entrevista e a observação direta em campo, ora mais ou menos participante, aliadas à pesquisa bibliográfica e a participação em eventos ligados a questão pesqueira, foram as principais metodologias empregadas na apreensão dos dados empíricos da pesquisa.

Com relação às entrevistas, foram priorizadas as entrevistas abertas, gravadas ou registradas em caderneta, individuais e coletivas totalizando 119 entrevistados, agentes diversos do setor pesqueiro, prioritariamente pescadores "artesanais". Destas, 34 entrevistas foram gravadas e transcritas, sendo utilizadas mais 19 entrevistas gravadas por ocasião da pesquisa de mestrado, junto aos ilhéus de Vitória e Monte de Trigo - SP entre os anos de 1992 e 1996.

Apesar de poderem ser consideradas "abertas", as entrevistas foram previamente planejadas, estruturadas a partir de um roteiro mínimo de investigação. Nem sempre possível de ser seguido, tal roteiro deu lugar, em algumas ocasiões, a entrevistas muito mais dinâmicas do que as originalmente planejadas, aliadas às conversas posteriores aos encontros, muitas vezes mais reveladoras do que o momento da entrevista.

As entrevistas podem ser diferenciadas entre entrevistas ligadas a atividade pesqueira em si, aos processos de trabalho, à relação com a natureza, delimitando o que chamarei de um primeiro nível de territorialidade e entrevistas que abordam outros níveis, tais como a participação política dos pescadores, os caminhos de seu movimento social, um outro nível dos territórios da pesca. Esta opção foi previamente estabelecida de acordo com os sujeitos entrevistados e o conhecimento de sua trajetória, em especial das lideranças do movimento de pescadores entrevistados.

A opção pela entrevista e o esforço em manter integrais as falas transcritas, decorre da intenção para abrir aos produtores pesqueiros desta pesquisa, um espaço no trabalho final. Trata-se de uma opção metodológica para a exposição do trabalho, propondo ao leitor a apreensão das diversas leituras presentes na interpretação da realidade estudada. Não se trata de eximir o autor da responsabilidade pelas suas interpretações e sim possibilitar ao leitor o contato com as formas de expressão presentes no meio pesqueiro.

A observação direta da atividade pesqueira em suas bases de "terra", como portos de desembarque e entrepostos, ou em sua porção aquática, como acompanhamento de

pescarias, foi empreendida ao longo de toda a pesquisa de campo. Ora de forma mais expedita, ora de forma mais prolongada, buscou-se apreender aspectos desta realidade através da observação, contatos com os produtores, conversas informais, saídas de pesca. Esta observação, muitas vezes foi limitada pelo tempo por vezes escasso de permanência em cada localidade, em função da pretensão de abranger um vasto campo de observação. Nos casos da descoberta de experiências locais de manejo e gestão das pescarias, como formas de comercialização ou práticas comuns de uso do mar, foi dada prioridade ao desvendamento destas experiências.

Novamente a Ilha Grande pode ser considerada um "porto seguro", onde finquei um dos pés da pesquisa. Nas diversas localidades da Ilha Grande, tive oportunidade de estabelecer longos contatos com os pescadores e suas famílias, observar o seu cotidiano ao longo de três anos, o engajamento de alguns nas atividades de maricultura, diversas saídas de pesca, embasando as observações e sem dúvida transformando o olhar do observador.

No Chile procurei direcionar a pesquisa para as modalidades territoriais de gestão das pescarias neste país, buscando entendê-las dentro do quadro normativo do país e dentro da visão dos pescadores artesanais chilenos. Ainda assim as localidades visitadas surpreenderam, em especial as caletas¹ do norte árido, algumas delas verdadeiras frentes pioneiras de um processo de ocupação do litoral, ou como se diz lá, "pescadores criando pueblos" em meio ao deserto costeiro.

Alguns encontros ligados à questão pesqueira foram importantes para o estabelecimento de contatos com pescadores e técnicos de apoio, observação de experiências de gestão, entre outros aspectos da atividade da pesca. Estes momentos foram ricos na aprendizagem e na apreensão da problemática pesqueira, de onde surgiram algumas luzes para equacioná-la na forma proposta por esta pesquisa. Poderíamos destacar os encontros promovidos pelo Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma, entre 1990 e 1998, os promovidos pelo MONAPE - Movimento Nacional de Pescadores em 1990 e 1991 que tive oportunidade de acompanhar, entre outros.

A pesquisa bibliográfica foi exaustiva, percorrendo quase 70 instituições, entre universidades, centros de pesquisa, órgãos públicos de várias localidades, em busca de

¹ Caletas é o nome empregado para designar um agrupamento de pescadores, seja nas áreas urbanas onde encontram-se as estruturas de apoio à pesca, seja nas áreas litorâneas não urbanizadas onde vivem e trabalham os pescadores. No norte chileno existem caletas formadas a partir do acampamento temporário de pescadores migrantes.

documentos, estudos, relatórios, cujo alcance de divulgação é restrito. Um esforço maior foi despendido na busca, junto aos Departamentos de Geografia das diversas universidades brasileiras, da produção a respeito da atividade da pesca e de pescadores e a pesquisa de documentos e relatórios junto aos organismos de apoio aos pescadores artesanais. O resultado final deste esforço foi a coleta de inúmeros documentos relativos ao tema, que embasam este trabalho.

Articulando a observação direta, a entrevista, a participação em fóruns de discussão e a pesquisa bibliográfica, reuni os elementos necessários à formulação e exposição da problemática apresentada nesta tese. A seguir serão apresentadas as preocupações geográficas que nortearam este estudo.

1.3.GEOGRAFIA E PESCA

A questão pesqueira tem permeado os estudos geográficos no Brasil. Ora como objeto central, ora como pano de fundo no estudo de comunidades e áreas litorâneas ou ribeirinhas, o estudo geográfico da pesca forneceu importantes análises deste setor produtivo.

Trabalhos já clássicos como os de BERNARDES & BERNARDES (1950), BERNARDES (1959), e LAGO (1961), apontam para as relações entre a atividade pesqueira e a natureza, o papel das comunidades de pescadores na estruturação das paisagens litorâneas e mesmo aportes tecnológicos fornecidos por imigrantes para a pesca.

A estes, somam-se os estudos sobre o litoral, em especial o litoral norte paulista, realizados em meados do século XX e que descrevem os processos de ocupação desta região e a presença das comunidades de pescadores caiçaras. Dentre eles, destacam-se os trabalhos de CARVALHO (1944) e FRANÇA (1954) .

Ainda no litoral norte paulista, porém em anos mais recentes, teses e dissertações produzidas no âmbito do Departamento de Geografia da FFLCH-USP, apontam novas questões ligadas a atividade pesqueira e aos processos dinâmicos de urbanização e avanço turístico neste trecho do litoral. Como exemplo os trabalhos de NOFFS (1988) e CALVENTE (1993), entre outros. Para outras águas, trabalhos como os de MADRUGA (1986), MADRUGA (1992), SILVA (1992), SILVA (1995), MARTINS (1997) tratam dos distintos aspectos da realidade pesqueira.

Evidentemente não se tem o objetivo de resgatar aqui a produção geográfica sobre a atividade pesqueira como um todo. Na medida das demandas da interpretação, as contribuições destes trabalhos serão incorporadas nos capítulos procedentes.

Cabe apontar para a necessidade de analisar com os instrumentos da Geografia a atividade pesqueira, como um setor produtivo que comporta questões eminentemente geográficas, tais como a da relação sociedade - natureza e a da gestão do território.

A postura aqui empregada privilegia o estabelecimento de questões que foram abordadas sob um prisma geográfico na evolução histórica deste conhecimento, norteadoras do discurso aqui presente.

A primeira destas questões, que considero relevante no discurso geográfico, compreende a busca de explicações para a relação Homem e Meio, Sociedade e Natureza, Sistemas Sociais e Naturais. Acredito que aí resida uma especificidade do conhecimento geográfico, historicamente desenvolvido e fornecedor de padrões explicativos do conteúdo desta relação, que podemos traduzir na linguagem cênica entre ator e cenário, ainda que empobrecendo a problemática².

No caso das análises do setor pesqueiro realizadas entre 1944 e 1960 aproximadamente (CARVALHO, FRANÇA, BERNARDES & BERNARDES, LAGO), o conceito de "gênero de vida", cunhado na Escola Francesa do início do Século XX, foi largamente empregado, tendo como fator limitante a consideração, por vezes demasiada, da tecnologia como principal mediadora na relação homem e natureza, deixando em outros planos aspectos da ordem econômica, social ou cultural.

Mesmo assim análises precisas foram engendradas e a observação de LAGO (1960) sobre as condições fisiográficas de alguns núcleos litorâneos catarinenses lançando "homens ao mar" e fornecendo elementos para uma especialização na atividade pesqueira não me parece fora de propósito ou passível de ser rotulada como determinista. A própria natureza, entre outras mediações de várias ordens, pode ser considerada como mediadora nesta relação, não podendo ser confundida como determinante da ação dos homens.

Outros processos importantes relativos ao setor pesqueiro foram descritos e analisados, tendo como "base" a utilização do conceito de "gênero de vida", tais como as

² No teatro a relação ator e cenário pode ser entendida como portadora de inúmeras mediações, tais como, o palco, a iluminação, a sonoplastia, o texto, a direção, o público. À Geografia cabe também apreender as mediações da relação "Homem e Natureza".

inovações tecnológicas engendradas por imigrantes na pesca (BERNARDES, 1959) ou o incipiente turismo no Litoral Norte Paulista (FRANÇA, 1950).

"Gênero de vida", que pode ser tratado ainda como "modo de vida", se apresenta desta forma como um conceito a ser minimamente lembrado e, na medida das possibilidades, revisto e rediscutido, não para adotá-lo em sua acepção original, mas como o reconhecimento de uma fase do esforço do conhecimento geográfico em estabelecer um conteúdo explicativo para analisar a relação Sociedade e Natureza, ainda que esta seja cada vez mais humanizada. É interessante notar que este conceito ressurgiu, com sutis diferenças e certa força no discurso ecológico.

Certamente abordagens mais recentes ampliaram suas análises incorporando outras mediações nesta relação, em especial o fato dos homens se relacionarem primeiro entre si e daí com a natureza, estabelecendo seus modos próprios de organização e processos específicos de apropriação da natureza, baseados não apenas na materialidade dos recursos mas também em suas concepções simbólicas e imaginárias³.

Uma outra contribuição recente consiste na consideração da relação que existe entre distintas modalidades de apropriação dos recursos naturais, caracterizando formas de organização social hegemônicas e formas que podemos considerar como distintas e que se articulam ou se subordinam a estas formas hegemônicas. Estes novos conceitos vêm ampliar o objeto histórico de várias análises geográficas e trazer ingredientes novos para se pensar a relação, que ao meu ver coube a Geografia equacionar na divisão social do conhecimento.

Uma segunda questão que considero crucial na trajetória do conhecimento geográfico, é a análise da espacialidade dos fenômenos naturais e sociais, comportando sua gênese, dinâmica, distribuição e os processos de diferenciação. Estes fenômenos comportam diferentes escalas e são diversificados, sendo que o conhecimento geográfico em sua especificidade e em sua história, privilegiou, por vezes, um ou outro fenômeno e, na maior parte das vezes, a inter-relação entre os fenômenos de forma dinâmica no espaço.

A evolução da reflexão geográfica logrou elaborar conceitos como os de Espaço Geográfico e Território para explicar a dinâmica e a resultante do movimento da sociedade

³ A conceito de modo de vida, como resultante da maneira que os homens são, se relacionam, como produzem presentes na Ideologia Alemã (Marx, K. e Engels, F.,1984) e a mobilização dos recursos materiais a partir de concepções ideais, presente na formulação de Godelier (1981), vem ampliar e enriquecer os conteúdos de explicação da relação entre os homens e mulheres e seus espaços de vida e trabalho.

em relação com a natureza e em relação consigo mesma, produzindo muito de suas análises a partir destes conceitos chaves, os quais pretendo empregar no presente estudo, mesmo que considerando suas acepções mais amplas.

O espaço geográfico pode ser considerado o conjunto de objetos naturais e artificiais e as ações que os animam, estabelecendo um conjunto de relações (SANTOS, 1997). Apesar de não estar explícito, nesta conceituação, que as ações são promovidas pelos seres humanos, considero que esta definição atenta para o movimento da sociedade como fator dinâmico na configuração espacial.

Uma outra conceituação do Espaço Geográfico atenta também para a dinâmica social em sua relação com a natureza. MOREIRA (1981) assim o define : *"Espaço e trabalho estão numa relação de aparência e essência: o espaço geográfico é a aparência de que o processo historicamente concreto do trabalho (a relação homem-meio concreta) é a essência."*

O território, por sua vez, corresponde a uma porção da superfície terrestre apropriada pela sociedade e sobre a qual esta estabelece suas formas de controle, manifestando relações marcadas pelo poder (MORAIS, 1984, RAFFESTIN, 1993). Novamente é a ação de homens e mulheres que constrói e reconstrói territórios.

Neste sentido esta tese se prevalece desses conceitos de Espaço e Território em um esforço para inseri-los no contexto das pescarias, identificando a interação entre os fenômenos presentes no interior desse setor social e buscando em diferentes fontes, as forças motrizes diferenciadas que atuam na atividade pesqueira.

Verificar as dinâmicas espaciais e a questão da territorialidade na análise das pescarias traz uma dimensão pouco trabalhada pelos estudos geográficos: a dimensão marinha, oceânica e as interações Terra-Mar. Como nos alertam vários autores, estas dimensões não contemplam apenas aspectos físicos, mas revestem-se de significados sociais, econômicos e culturais.⁴

Demonstrando as preocupações que entendo como centrais no conhecimento geográfico: a relação Sociedade e Natureza e as Dinâmicas Espaciais e Territoriais geradas e geradoras desta relação, apresento os pressupostos que serão empregados na presente análise das sociedades pesqueiras.

⁴ Maldonado (1993) apresenta noções de territorialidade, segredo e mestrança em sociedades de pescadores ampliando o entendimento da relação entre mar e terra. Diegues (1983) e Cunha (1987) também apontam para a dimensão social da apropriação do espaço marítimo.

Esta se propõe a construir uma trajetória - Conhecimento e Natureza na Pesca, Território e Pescarias e Movimento Social de Pescadores. Tal trajetória reflete um processo específico presente na realidade do setor, em sua dinâmica e no embate levado a cabo pelo segmento dos pequenos produtores pesqueiros - privilegiados na opção da análise.

Esta questão parece-me contemporânea, pois senão, o que pensar das diferenças locais, ambientais, sociais, econômicas, lingüísticas, culturais, que insistem em resistir frente ao violento e acelerado processo de globalização e para cujo entendimento inúmeros geógrafos têm contribuído? O esforço desta tese é o de contribuir para o entendimento de uma parcela da realidade - as sociedades de pescadores artesanais.

Após caracterizar a trajetória descrita e tendo uma base comparativa de outras realidades nacionais, este trabalho apresenta alguns princípios para a gestão das pescarias que podem nortear propostas para a reprodução do setor.

2.0 SETOR PESQUEIRO

O fazer pesqueiro está presente desde a pré-história da humanidade. Como atividade extrativa compôs a dieta alimentar dos grupos humanos ancestrais. Este fazer, remonta a um saber - um saber sobre a natureza construído por homens e mulheres, um saber construído na apropriação da natureza. Natureza apropriada materialmente por intermédio da técnica, simbolicamente pelos sistemas cognitivos construídos socialmente.

A natureza é o objeto de trabalho do pescador. Peixes, crustáceos, moluscos, marés, correntes, compõem o universo natural apropriado pelo fazer pesqueiro e sobre o qual o pescador constrói seu conhecimento. Além de um processo econômico, a apropriação da natureza na atividade pesqueira é um processo de conhecimento construído na prática do pescador.

Como uma forma de organização social e econômica, a atividade pesqueira apresenta uma temporalidade muito antiga. Apesar de estar desvinculada dos esquemas clássicos de periodização da civilização humana, a atividade pesqueira permeou toda a trajetória da humanidade até os dias de hoje. BRETON e ESTRADA (1989), atentam para o fato de que as sociedades pesqueiras, assumem importância histórica, na medida em que a pesca e a navegação - indissociáveis quando se trata de pesca marítima, exerceram papéis centrais nos processos de acumulação de capital, na consolidação do capitalismo mercantil nos séculos XV e XVI e na formação de centros urbanos importantes no Mar do Norte e no Canal da Mancha.

Ainda no século XV barcos de pesca bascos e bretões chegavam à Península do Labrador, (DIEGUES,1983). O mesmo autor aponta para a existência de setores amplamente capitalizados e industrializados nas pescarias do século XIX na Inglaterra e Holanda, por exemplo.

No caso brasileiro, grupos pré-históricos interioranos e posteriormente os chamados povos do Sambaqui já faziam da pesca atividade essencial em seus modos de vida, desvendados pela arqueologia pré-histórica (FRANCO,1992). Indígenas, escravos, imigrantes de várias matizes aportaram à pesca brasileira elementos tecnológicos e culturais ao longo de momentos distintos da história (BERNARDES, 1959, MUSSOLINI, 1980).

Pescadores participaram como sujeitos sociais em lutas importantes na configuração do território brasileiro (SILVA, 1988).⁵

Estas colocações remetem à LEFEBVRE (1978) quando em sua análise das sociedades rurais aponta para a inexistência de um só camponês aparte de uma realidade política e econômica global. Uma proposição semelhante para a análise de pescadores é de grande valia para evitar interpretações que apontam sociedades litorâneas como tradicionais ou isoladas dos processos de conjunto mais amplos⁶. SANTOS (1996) atenta para a ordem local e global dos lugares.

Retomar a trajetória do desenvolvimento do setor pesqueiro no Brasil não é o objetivo desta tese. Uma interpretação sintética pode ser encontrada em trabalhos anteriores (CARDOSO, 1996), ou em inúmeros outros autores que trabalharam com a questão.⁷ O corte aqui proposto é bem mais recente e sinaliza três processos alavancados pelo Estado no decorrer do século XX que levaram à configuração de um modelo de gestão das pescarias, cuja crise é evidente e cuja superação ainda não se encontra totalmente delineada.

O primeiro, estudado por SILVA (1991), é o da formação do Estado Nacional e do estabelecimento da Marinha de Guerra brasileira. Como estratégia de consolidação deste organismo das forças armadas, a Marinha atrelou a si os pescadores brasileiros, através da criação do sistema organizativo da categoria - Colônias, Federações e Confederação Nacional de Pescadores.

Recrutados como reserva estratégica da armada, a partir das duas primeiras décadas do século XX, os pescadores ainda hoje se mantêm atrelados à Marinha. A própria inoperância de várias Colônias de Pescadores é fruto desta estrutura imposta e que somente após a promulgação da Constituição de 1988, conquistou o status de organização sindical independente. Ao lado deste processo de controle da força-de-trabalho, procurou-se

⁵ O relato de viajantes como Hans Staden e Jean de Lery é uma importante fonte para analisar as introduções tecnológicas dos europeus no início da colonização. Em meados deste século, a contribuição de espanhóis e portugueses na pesca brasileira foi analisada por Lysia M. C. Bernardes e a de japoneses por Gioconda Mussolini. Trabalho publicado pela Comissão Pastoral de Pescadores coordenado por Luís G. Silva desvenda a participação de pescadores no período colonial e imperial.

⁶ Um dos conceitos recentes para o tratamento das sociedades de pescadores é o de População Tradicional, existindo junto ao IBAMA um Centro de Desenvolvimento de Populações Tradicionais que dispõe sobre as Reservas Extrativistas. Para nós tal denominação revela uma política de lidar com o Tempo, negando a contemporaneidade e a coetaneidade de tais sujeitos. Em trabalho anterior esta questão foi discutida no encontro entre uma sociedade de pescadores e o discurso jornalístico (CARDOSO, 1996).

⁷ Diegues, 1983, Mello, 1985, Silva, 1972, apresentam em seus respectivos trabalhos análises da trajetória do setor pesqueiro no Brasil.

organizar um mercado-de-trabalho baseada numa lógica externa a das sociedades de pescadores (SILVA, 1991).

O segundo momento diz respeito à "modernização" da pesca promovida pela SUDEPE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca, a partir da década de 1960. Esta política destinou recursos para a criação e reprodução de uma estrutura industrial para o setor pesqueiro, através de incentivos fiscais para a compra de barcos e equipamentos e implantação de unidades de beneficiamento do pescado, entre outras ações de fortalecimento de uma pesca "moderna".

Dentro do modelo de desenvolvimento imposto pelo regime militar, a modernização conservadora promovida no setor pesqueiro produziu, guardadas as especificidades setoriais e territoriais, os mesmos efeitos das políticas da SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, quais sejam, concentração de riqueza, expropriação dos pequenos produtores e destruição acelerada dos recursos naturais.⁸

Finalmente, o terceiro momento se refere ao que BRETON e ESTRADA (1989) chamam de consolidação dos nacionalismos marinhos. Decretado unilateralmente durante os anos 70, o Mar Territorial de 200 milhas teve vida curta. Os acordos para a entrada em vigor das resoluções da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar-CONVEMAR de 1982, a respeito do Mar Territorial e das Zonas Econômicas Exclusivas, trazem desafios contemporâneos para o ordenamento da atividade pesqueira em mar alto.

Eleger estes três processos como os antecedentes do que se pode chamar de uma "crise de um modelo de gestão das pescarias", nos remete a uma observação estrutural da atividade pesqueira. Para BRETON e ESTRADA (1989), "*en lugar de haber logrado absorber el conjunto de los factores de la producción pesquera, el capitalismo hasta ahora ha influido sobre todo en el plano de la tecnología; ha tenido que conformarse con un control y con una planificación parciales a nivel de los otros dos elementos constitutivos de las fuerzas productivas, es decir los recursos haliéuticos como objeto de trabajo y los productores como fuerza de trabajo*".

⁸ Para esta questão Martins (1991) apresenta a seguinte reflexão: "É preciso não esquecer que a política de incentivos fiscais, não só na Amazônia, mas também em outros projetos oficiais, como é o caso do reflorestamento, desvia dinheiro público para uso privado. (...) Aquele tipo de política denuncia claramente o Estado brasileiro como um Estado de classe." (p.46).

Ao estabelecer as Colônias de Pescadores e o restante do sistema representativo da categoria, os interesses hegemônicos que controlavam o Estado brasileiro procuraram aumentar o controle sobre a força-de-trabalho na pesca - os pescadores; ao fomentar as indústrias de pesca a partir da SUDEPE, o Estado logrou o avanço tecnológico; e ao delimitar as 200 milhas pretendeu-se controlar, através do território, o objeto de trabalho.

Estes três processos podem ser interpretados como possuidores de uma mesma lógica, uma mesma racionalidade, uma mesma ideologia: a da pesca racional, moderna, baseada na tecnologia, com pescadores comportados. Discurso presente até os dias de hoje, à mercê dos escândalos, desperdícios, depredações e limites naturais de expansão deste modelo que a história das últimas três décadas do setor pesqueiro revelou abertamente. Algumas propagandas veiculadas no Jornal da Pesca em 1971 ilustram a racionalidade deste discurso (Figuras 5 e 6).⁹

Não retomarei esta história. Diversos autores já analisaram este projeto político que tinha como premissa a transformação do setor pesqueiro de uma pesca artesanal para uma pesca moderna tendo por base a industrialização. Apenas como exemplo: os incentivos fiscais de 134 projetos aprovados pela SUDEPE em 1968, 69 e 70 totalizavam CR\$ 1.644.379.113,00, sendo que a produção pesqueira destes três anos atingiu um valor total de CR\$ 1.222.915.000,00, ou seja, o valor da produção na pesca ficou em torno de 75% do valor aprovado para as empresas sob a forma de incentivos fiscais, em um período de três anos (JORNAL DA PESCA, 1971, IBGE, 1971). O mesmo Jornal da Pesca citado, traz arrolados mais de 300 projetos de empresas que entraram com pedidos de incentivos na SUDEPE.

De fato o setor se transformou. O crescimento verificado na produção pesqueira brasileira, neste período, teve por base um investimento maciço nas frotas e plantas industriais de pescado, com a finalidade primeira de gerar produtos para a exportação. O salto de cerca de 300.000 para 900.000 toneladas de pescado em pouco mais de duas décadas demonstrava uma possibilidade de incremento de produção que mostrou seus limites na década de 1990. A produção de pescado brasileiro estagnou e chegou a

⁹ Mais recentemente, o IV Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca 1980-1985, propunha estratégias de racionalização da produção, abastecimento e da capacidade instalada na indústria de pesca, ratificando a nosso ver o círculo vicioso de um discurso oficial sobre a atividade pesqueira, que identifica os problemas, alardeia uma busca de racionalidade no setor, mas não tem a força de transformá-lo, servindo antes para a sustentação de um mesmo status quo.

FIGURA 5 - O DISCURSO

FIGURA 5 - O DISCURSO

Você ainda é do tempo em que peixe era feito só para se comer ?

Bons tempos, aqueles!..

Hoje peixe também é feito para ser comido. Mas é, sobretudo, a mais nova e mais segura forma de investir. Aplicar dinheiro com lucro certo. Com o decreto presidencial que marcou em 200 milhas de largura o nosso mar territorial, os 8.000 km de costa se multiplicaram. A indústria da pesca se afirmou. Melhor para o investidor inteligente. Que sabe aplicar incentivos fiscais. Que aplica na Sudepe. E se torna sócio das grandes empresas pesqueiras do País, beneficiando-se da atividade mais rendosa dos últimos tempos. Nenhuma outra atividade permite um retorno de capital tão rápido. Você vai perceber isso direitinho, quando os dividendos chegarem bem antes do prazo previsto. Quem sabe, até, você esteja comendo peixe. Ótimo. Mas com os bolsos cheios. Afinal, peixe é o melhor amigo do homem de negócios.

sudepe  superintendência do desenvolvimento da pesca



Fonte : Jornal da Pesca, 1971

FIGURA 6 - BRASIL GRANDE

FIGURA 6 - BRASIL GRANDE



BRASIL GRANDE ENCONTRA NO MAR SEU FUTURO

Basta observar que:

Em 1.966 o Brasil produziu 450 mil toneladas de pescado;

Em 1.969 já alcançou 780 mil toneladas;

Em 1.970 está atingindo a marca de 1 milhão de toneladas;

Em 1.971, agora com soberania sobre os cardumes até 200 milhas da costa, alcançaremos 2 milhões de toneladas.

A costa brasileira, rica e extensa, é extremamente dotada de recursos para a pesca. A par disso, a política de incentivos desenvolvida pelo Governo, assessora e fornece meios para a transformação em riqueza, desse imenso manancial.

Camarão, lagosta, pargo, atum - inúmeras espécies, das quais o mercado internacional é ávido. Além disso, incrementa-se no Brasil, junto ao público, o consumo de peixes.

MULTIPESCA S/A., produto do esforço de empresários brasileiros, é o resultante desta demanda interna e externa. Investindo maciçamente na construção de sua indústria pesqueira, está completando todo um ciclo gerador de lucros. Captura - Industrialização e Comercialização de peixe. Seu capital social ainda se encontra aberto às aplicações decorrentes das deduções no Imposto de Renda. Corretores experientes estarão ao dispor para informações.



multipesca s.a.

INDÚSTRIA DA PESCA

Av. São Luís, 50 - 8.º and. - conj. 82-C

Fones: 257-2013 - 257-2855 e 257-0796

Indústria: Rua Seis - Jardim Vicente de Carvalho
Bertioga - SP

propaganda

Fonte : Jornal da Pesca, 1971

decrecer, a frota sucateou e as indústrias mostraram sua baixa competitividade frente ao mercado mundial. Aliado a isto, o incremento na produção mostrou uma outra faceta bem apontada por DIEGUES (1983) “ ... a dinâmica do capital leva não somente à exploração dos trabalhadores do mar, mas também ao desrespeito das leis que regulam o metabolismo da natureza.... ”.

A sobrepesca de algumas espécies, a pesca predatória de outras tantas e a destruição de ecossistemas de alta produtividade são algumas das conseqüências que acompanharam o desenrolar do projeto de modernização do setor pesqueiro, contribuindo para a redução do pescado situado junto à costa. Ainda junto à costa, nas áreas de atuação da pesca artesanal, verificou-se um aumento da disputa pelo pescado.¹⁰ Parte da frota industrial atuando com técnicas predatórias para as baixas profundidades próximas à costa acarretaram a diminuição da oferta de pescado para os pescadores artesanais, cujos meios de produção não lhes possibilitam um deslocamento mais amplo, acirrando disputas pela apropriação destes espaços e do pescado neles contido.

Este modelo de desenvolvimento para o setor, vem sendo questionado pelos pequenos produtores pesqueiros. Mais que questionado, tal modelo parece ter chegado a seu limite de expansão. Teria chegado a uma crise ?

Hoje, 10 anos após a extinção da SUDEPE e a passagem de suas atribuições ao IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, o setor pesqueiro se reproduz sem uma política clara estabelecida pelo governo¹¹. Mesmo as estatísticas de pesca, que eram precariamente produzidas, deixaram de ser sistematicamente produzidas e divulgadas. Estima-se que a produção pesqueira decresceu para a faixa de 700.000 toneladas anuais (DIAS NETO, 1996) . Nos portos o abandono das frotas é visível. Barcos de 6 tripulantes são operados por 2 ou 3 pescadores como forma de obter uma rentabilidade mínima. A abertura do mercado ampliou a oferta de pescado a baixo preço, em especial proveniente dos países do Mercosul, causando o fechamento de indústrias de beneficiamento que, já em sua origem, apresentavam problemas de capacidade ociosa

¹⁰ Violeta R. Loureiro analisando a pesca no estuário do Rio Amazonas aponta para dois níveis de conflito. O primeiro entre pescadores artesanais e as empresas de pesca em função dos grandes arrastos de piramutaba e o segundo entre pescadores artesanais pauperizados pela competição com os grandes barcos, que passam a competir entre si, inclusive com aumento do roubo de apetrechos de pesca (LOUREIRO, 1985).

¹¹ Em meados de 1998 foi criado junto ao Ministério da Agricultura o Departamento de Pesca e Aquicultura responsável por estabelecer as políticas para o setor.

instalada . O quilo do peixe está entre as proteínas animais mais caras. Estimativas globais para o potencial pesqueiro brasileiro situavam-no na faixa de 1.400.000 a 1.700.000 toneladas capturáveis de forma sustentável (DIEGUES, 1992). Nunca atingimos estas marcas e as principais espécies comerciais já atingem estágios de sobrepesca. O controle da natureza na pesca parece ser parcial apesar de toda tecnologia.

Pode-se falar em uma crise do setor pesqueiro, que se manifesta mais precisamente em uma crise de um modelo de desenvolvimento da pesca baseado no uso intensivo de capital e tecnologia e que atinge não só o sub-setor industrial, mas também os produtores pesqueiros artesanais.

Em artigo de 1972, o então Contra Almirante Paulo de Castro Moreira da Silva já anunciava esta crise. Analisando a estrutura de produção e mercado do pescado brasileiro profetizava “ *A pesca brasileira, tão subsidiada, faltou à sua missão mais essencial: alimentar as populações mais pobres do Brasil. Arriscou tudo em uma única cartada: o camarão exportado. Haja camarão a exportar, na abundância que requer, para salvar-se o nosso colossal investimento.* “

E conclui: “ *Mas o índio defumando, o índio fazendo farinha de peixe para alimentação humana, usando suas jangadas e canoas (mas aprendendo bem rápido a usar o anzol de ferro e a grande rede dos franceses), finalmente tinha mais razão.*” (SILVA, 1972)

Ironicamente o camarão exportado de que nos falava Silva no início dos anos 70, ainda permanece no centro das preocupações da política pesqueira. Desta feita sob a forma do camarão cultivado *L. vannamei*, discute-se a abertura das áreas de manguezais e ecossistemas associados ao cultivo deste crustáceo exótico, que alcançou viabilidade econômica em nosso país, tornando-se centro das atenções do *agrobusiness* (PANORAMA DA AQUICULTURA, 2000). Novamente, em nome de um modelo econômico que privilegia as exportações, corremos o risco de destruir ecossistemas fundamentais para a cadeia trófica marinha, além de promover a privatização de áreas de uso comum como os manguezais.¹²

¹² Debates acirrados entre ambientalistas e carcinocultores tem permeado as discussões em torno do uso das áreas de manguezal. Estima-se em 200.000 hectares a área potencial para o desenvolvimento da carcinocultura marinha nos estados do nordeste do Brasil, particularmente uma região de concentração de pescadores artesanais com baixo nível tecnológico e que utilizam áreas de mangues e ecossistemas associados em suas atividades de pesca.

Haja mangues a destruir na abundância que requer nossa balança comercial de pescado.

2.1.INDÍCIOS DE UMA CRISE?

Já pode ser considerado "lugar comum" apontar para uma crise do setor pesqueiro nacional. Pequenos produtores mobilizam-se por crédito, formas de comercialização mais adequadas aos seus interesses e questionam sobremaneira a queda brusca nas capturas de pescado. Grandes armadores alardeiam a crise em que se encontram e a incapacidade de renovação de suas frotas. A indústria equilibra-se como pode em seus custos operacionais.

Como indícios de uma crise serão apontados elementos da atividade pesqueira considerados relevantes para bem caracterizá-la. Aqui cabe uma observação já consagrada, a de que é na crise que existe a possibilidade de geração do novo, uma vez que esta comporta os elementos de sua própria superação. Estas podem ser palavras de consolo, uma vez que na trajetória do setor pesqueiro as crises serviram para a perpetuação e reprodução da situação de exploração dos trabalhadores da pesca e dos recursos naturais. Esta teria algo de diverso?

2.1.1.PRODUÇÃO E SOBREPESCA

Se através do aspecto produtivo pode-se caracterizar a crise de um setor, no caso da atividade pesqueira ela é bem clara. A queda da produção foi da ordem de 23 % entre fins dos anos 80 e meados dos anos 90, passando da faixa de 900.000 toneladas para 700.000 tomando por base as estatísticas da pesca divulgadas pelo IBAMA em 1997.¹³

Aliada a queda de produção observa-se uma queda de produtividade das principais pescarias, que via de regra aumentam o esforço de pesca sem correspondência nas capturas.

Temos acumulado saldos deficitários na balança comercial de pescado nos anos de 1990 (saldo negativo de U\$ 136.350.000) , 1991 (- U\$ 97.843.000) , 1992 (- U\$

¹³ Até fins dos anos 80 as Estatísticas da Pesca eram anualmente divulgadas pelo IBGE. Apesar da periodicidade estas eram criticadas em virtude do campo de amostragem e do critério de diferenciação entre pesca artesanal e industrial. Com a passagem desta atribuição para o IBAMA, o setor permaneceu cerca de meia década sem informações oficiais, supridas com as estatísticas divulgadas a partir de 1995 realizadas pelo IBAMA em conjunto com outros órgãos. A título de exemplo estas últimas não computam para o Estado de São Paulo a produção do setor pesqueiro artesanal.

26.167.000), 1993 (- U\$ 104.644.000) e 1994 (- U\$ 121,901.000) (DIAS NETO, 1996).
Observa-se ainda uma situação precária de produtores, frotas e indústrias.¹⁴

Se, por um lado, a pesca extrativa tem apresentado queda em seu desempenho, por outro, a aquicultura tem apontado com boas perspectivas para o setor. Sua participação na produção de pescado cresceu de 2,5% para 12% entre 1990 e 1997 (DPA, 1999) revelando um campo potencial para incremento da produção, ainda que seja muito baixa a utilização atual dos recursos da aquicultura. Esta atividade é de especial interesse para a pesquisa em Geografia, pois traz novas problemáticas, tais como a da territorialização da produção aquícola e a questão da apropriação privada de recursos e ambientes naturais de uso comum.

A queda de produção e produtividade na pesca extrativa é acompanhada do aumento na pressão sobre os estoques pesqueiros, gerando situações de sobrepesca e mesmo colapso nas pescarias.

PAIVA (s.d.) em trabalho componente do Programa REVIZEE - Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva, realiza um Levantamento do Estado da Arte da Pesquisa dos Recursos Vivos Marinhos do Brasil, apresentando, em suas Conclusões Gerais e Recomendações, uma súmula da situação dos estoques pesqueiros explorados pela indústria no Brasil, agrupando os recursos pesqueiros em 25 categorias e apresentando sua situação atual: 1 recurso em colapso de pesca; 13 em sobrepesca; 2 em declínio; 5 em equilíbrio; 1 em situação limitada; e 3 em situação incerta (Figura 7).

¹⁴ No Rio Grande, já em 1981, antes porém da abertura maciça das importações, 11 indústrias pesqueiras sediadas neste município, apresentavam sérias dificuldades de liquidez financeira e níveis baixíssimos, quando não irrisórios, de rentabilidade (Branco Jr., 1981).

FIGURA 7 - SÚMULA DAS SITUAÇÕES DOS ESTOQUES EXPLOTADOS PELAS PESCAS INDUSTRIAIS AO LONGO/LARGO DA COSTA DO BRASIL Segundo PAIVA (s.d.)

FIGURA 7 - SÚMULA DAS SITUAÇÕES DOS ESTOQUES EXPLOTADOS PELAS PESCAS INDUSTRIAIS AO LONGO/LARGO DA COSTA DO BRASIL Segundo PAIVA (s.d.)

Recursos	Regiões	Produções máximas sustentáveis (t)	Situações
camarão-rosa	N	2.282	em equilíbrio
piramutaba ⁽¹⁾	N	14.732	sobrepesca
lagosta-vermelha	N - NE	6.706	sobrepesca
lagosta-verde	N - NE	2.744	sobrepesca
pargo	N - NE	6.401	colapso da pesca
peixes de linha ⁽²⁾	Abrolhos	1.445	em equilíbrio
	SE	3.500	em equilíbrio
camarão-sete-barbas	SE - S	12.813	sobrepesca
camarão-rosa	SE - S	2.117	sobrepesca
sardinha-verdadeira	SE - S	169.923	sobrepesca
corvina	SE - S	-	sobrepesca
castanha	SE - S	-	sobrepesca
pescada-olhuda	SE - S	-	em equilíbrio
pescadinha-real	SE - S	-	sobrepesca
goete	SE	-	em declínio
peixes-demersais ⁽³⁾	SE - S	-	sobrepesca
albacora-azul	ASO ⁽⁴⁾	-	sobrepesca
albacora-laje	ASO	-	em equilíbrio
albacora-branca	ASO	-	sobrepesca
albacora-bandolim	ASO	-	sobrepesca
espadarte	ASO	-	incerta
cações oceânicos	ASO	-	em declínio
bonito-barriga-listrada	SE - S	24.600	limitada ⁽⁵⁾
caranguejo-uçá	N - NE	-	incerta
camarões	NE	-	incerta

Observações: ⁽¹⁾ - com a inclusão da pesca artesanal, a produção máxima sustentável é igual a 18.232 t / ano; ⁽²⁾ - peixes bentônicos de fundos rochosos – as principais espécies dos Abrolhos são a garoupa, badejo e cioba e do Mar Novo (sudeste) são o batata, namorado, cherne, garoupa e badejo, em ordens decrescentes das capturas; ⁽³⁾ - compreende o conjunto das espécies exploradas; ⁽⁴⁾ - ASO = Atlântico Sul Ocidental; ⁽⁵⁾ - produção limitada pela disponibilidade de isca-viva.

2.1.2.FIM DO PEIXE OU DO PESCADOR ?

Uma outra perspectiva para a análise da crise do setor pesqueiro corresponde às possibilidades de reprodução do pescador. Ameaçado por vários processos em sua reprodução física, social e econômica, entre eles a queda de produtividade do trabalho, a cadeia de intermediação do pescado, os usos conflitivos do espaço litorâneo e ribeirinho, é comum afirmativas oriundas de pescadores refletindo situações onde, antes do peixe, o que irá acabar é o próprio pescador.

Ainda que tais afirmativas possam refletir reminiscências de outros tempos: tempo "dos antigos", "da fartura", tempos que guardam por vezes um forte componente mítico, o fato é que em algumas áreas do litoral o pescador é um sujeito social em processo de redefinição de sua atuação, frente aos usos novos que se impõem aos seus espaços de morada, vida e trabalho. Em trabalhos anteriores foi apontado o surgimento de categorias de pescadores relativamente novas, como o pescador-caseiro ou o pescador-marinheiro-de-embarcações-de-recreio, em especial no Litoral Norte de São Paulo (CARDOSO, 1996).

Dialeticamente, outras áreas continuam a fornecer braços e pernas para as pescarias, em função de uma baixa oferta de trabalho em outros setores, transferindo para o trabalho na pesca uma força de trabalho que não encontra em terra opções para sua reprodução. A entrada na pesca passa a ser a única opção de um contingente significativo de trabalhadores, por exemplo, em áreas urbanas, onde a propriedade privada não fechou o acesso a mangues, costeiras e canais de maré, fornecedores de alimento e renda.¹⁵

Falar, neste contexto, em fim de pesca ou do pescador é negar a concretude do setor, mesmo com suas recorrentes crises, e dos sujeitos sociais envolvidos, agentes produtores de renda, alimento e emprego dentro de uma sociedade nacional e mesmo global. Negar o setor pesqueiro é ignorar uma parcela da sociedade brasileira, e por vezes a Geografia assim o tem feito¹⁶. Não obstante, os geógrafos tem a possibilidade de resgatar esta dívida.

¹⁵ Estimativas oficiais apontam para um total de 800.000 empregos diretos gerados pelo setor pesqueiro, envolvendo cerca de 4.000.000 de pessoas que direta ou indiretamente dependem do setor, o que corresponde a algo em torno de 2 a 3% da população brasileira (DIAS NETO, 1996).

¹⁶ Em 1992 por ocasião do IX Encontro Nacional de Geógrafos, este autor contestava a ausência de uma análise do setor pesqueiro em livros didáticos renomados, inclusive sob o rótulo de Geografia Crítica, na comunicação livre intitulada " E o mar na Escola ? "

2.2.PESCA ARTESANAL

Como pesca artesanal entendo a pesca realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil, que comporta ainda a produção de pescadores - agricultores, segundo o conceito de DIEGUES (1983, 1988). Trata-se de uma pesca realizada com tecnologias de baixo poder de predação, levada a cabo por produtores autônomos, empregando força de trabalho familiar ou do grupo de vizinhança e cuja produção destina-se ao mercado.

Em realidade, a questão conceitual sobre pesca artesanal é bem mais ampla. A chamada pesca artesanal envolve uma diversidade de modalidades de técnicas, modos de apropriação dos recursos pesqueiros, formas de organização da produção e distribuição dos rendimentos. Sua definição não deve apenas estar atrelada à questão do instrumental tecnológico empregado nas capturas e sim nas formas de organização social das pescarias. A título de exemplo, encontramos na Ilha Grande - RJ, pescadores de canoa, de embarcações de rede ou de arrasto e mesmo pequenas traineiras que se mobilizam a partir dos laços de parentesco e vizinhança e que podem ser considerados como pescadores artesanais.

A identidade de pescador artesanal, pequeno produtor pesqueiro, pescador simples, a meu ver, é encontrada na oposição a uma outra coisa, no conflito e no embate político, em especial nos conflitos entre estruturas produtivas com diferentes graus de incorporação tecnológica e de capital.

Em recente encontro organizado pela Oficina Regional da FAO Para América Latina y Caribe, foi apresentado um conceito que engloba três modalidades distintas sobre o rótulo de pesca artesanal, presente no trecho do documento abaixo transcrito

"...13. Hasta hace poco tiempo, la pesca artesanal en América Latina y el Caribe solía describirse como un subsector que utiliza técnicas intensivas de mano de obra y relativamente poco capital, a diferencia de la pesca industrial que es intensiva en el uso de capital y relativamente escasa de mano de obra. También se aseguraba que la pesca artesanal producía sólo para el mercado interno, que encontraba serios obstáculos para acceder a las fuentes regulares de financiamiento y que recibía poca asistencia técnica.

14. *Esa caracterización ya no es satisfactoria, pues desde finales de la década pasada la pesca artesanal ha sufrido grandes transformaciones, motivadas por la evolución de los mercados y las tendencias del modelo macroeconómico de producción que se ha generalizado en la región. Actualmente existen tres tipos de pesca artesanal bien diferenciados con características propias, que son, la pesca artesanal avanzada o semi industrial, la pesca artesanal tradicional y la pesca artesanal de subsistencia.*

15. *La pesca artesanal avanzada se lleva a cabo con embarcaciones de porte mediano, bien equipadas para la navegación y la conservación de la captura y la vida a bordo y utiliza artes de pesca de productividad mediana. Este tipo de pesca a veces compite exitosamente con la pesca industrial en la captura de mariscos y peces finos para el mercado de exportación y se beneficia de ciertos subsidios establecidos para la pesca artesanal en general.*

16. *La pesca artesanal avanzada existe desde hace años, pero no se hacía notar por su poco significado. En tiempos recientes, ha experimentado un crecimiento considerable en casi toda la región, alentada por leyes que favorecen a la pesca artesanal sin diferenciar sus diversas modalidades y estimulada también por la creciente demanda de mariscos y pescado de alto valor en los mercados asiáticos, europeos y de América del Norte. Aunque este tipo de pesca recibe por lo regular el mismo tratamiento legal que las otras modalidades de pesca artesanal, su poder de captura y su solvencia económica la diferencian considerablemente de aquellas.*

17. *La pesca artesanal tradicional se practica con embarcaciones también tradicionales. Los pescadores mantienen sus hábitos y costumbres bastante arraigados, regularmente su movilidad es escasa y por ser dueños en muchos casos de los medios de producción se mantienen en la actividad a tiempo completo, aunque sus ingresos sean bajos. En años recientes, esta modalidad de pesca ha experimentado cierto desarrollo con la introducción de motores fuera de borda cada vez más potentes, el empleo de redes agalleras de monofilamento, el uso de nuevos materiales en la construcción de las embarcaciones y mejoras en las instalaciones de*

desembarque y manipulación de los productos pesqueros. En muchos lugares los pescadores artesanales tradicionales también han experimentado mejoras económicas mediante la venta de sus productos para restaurantes y cadenas de supermercados nacionales o para la exportación.

18. La pesca artesanal de subsistencia, que también ha existido siempre, parece encontrarse en pleno crecimiento, motivado por el desplazamiento masivo de trabajadores del campo y de las ciudades que encuentran en la pesca un modo - a veces el único - de sobrevivir. Los pescadores de subsistencia por lo regular carecen de medios de producción y de la formación técnica y la experiencia necesarias para permanecer en la pesca de manera estable. Ello determina una gran movilidad ante la aparición de otras oportunidades de trabajo en el medio rural o en las ciudades.

19. Hay que diferenciar ciertas pesquerías de subsistencia, llamadas también pesca doméstica o de autoconsumo, que llevan a cabo con fines no comerciales comunidades indígenas y otros moradores locales de regiones apartadas en algunos países de la región. Esas pesquerías, aunque poco desarrolladas en sus aspectos técnicos, tienen la ventaja de ser administradas por la población local con los mismos principios que ha utilizado siempre para manejar los demás recursos naturales de la comunidad.

20. La existencia de estas formas variadas de pesca artesanal, sin una clasificación clara ni un sistema de normas y regulaciones apropiadas para cada una de ellas, pone a las administraciones pesqueras en serias dificultades para garantizar el desarrollo sostenible de la pesca costera y continental.

21. A pesar de las diferencias mencionadas entre las variadas modalidades de pesca artesanal, también existe rasgos comunes entre ellas, por el hecho de llevarse a cabo en las mismas comunidades y porque gran parte de los pescadores semi industriales han sido pescadores artesanales tradicionales y muchos de estos a su vez fueron pescadores de subsistencia. De manera que, aunque deberían de establecerse

normas y regulaciones diferenciadas para cada modalidad, la pesca artesanal debe analizarse como un conjunto con características específicas..." (FAO, 2000).

Considerando estas definições, no momento é importante apreender que são os pequenos produtores pesqueiros aqueles que tem se levantado como sujeitos sociais, novos personagens que entram em cena, um setor da força produtiva que politiza seu movimento (SADER, 1995).

Sujeitos aliados das políticas públicas da SUDEPE, os pequenos pescadores presenciaram suas áreas de pesca serem objeto de avanço da frota pesqueira de armadores e empresas acirrando a competição pelo pescado, viram-se subordinados por um mercado dominado por atravessadores de pescado que lhe subtrai a renda e tiveram seus espaços de vida reduzidos pelo avanço da especulação imobiliária pelo litoral, apenas para citar alguns dos processos que se exponencializaram ao longo das últimas três décadas.

Aqui cabe uma constatação. Diante de todos estes processos a pesca artesanal sobreviveu e, mais que isto, se reproduz mostrando importância no contexto da produção pesqueira brasileira. Nas últimas estatísticas oficiais do IBGE representava cerca de 50% do volume da produção brasileira, sendo responsável por cerca de 75% do valor gerado na pesca (IBGE, 1990,1991). Nas Estatísticas do IBAMA de 1997, perfazia 54,81% da produção extrativa do pescado brasileiro (IBAMA, 1997).

Apesar das estatísticas definirem pesca artesanal através do tamanho das embarcações (até 20 toneladas de arqueação bruta, nas antigas estatísticas do IBGE), inexistem, na legislação brasileira uma definição de pesca e do pescador artesanais. Na Constituição Nacional é citada a figura do pescador artesanal apenas em função das normas da previdência social, que consideram o caso do pescador artesanal o mesmo dos trabalhadores que exercem sua atividade em regime de economia familiar. No Decreto 221/67 - o Código de Pesca vigente, existem as categorias de pesca profissional, amadora e científica.

Apesar disto, a pesca artesanal ou a pequena produção pesqueira, ou ainda a pesca realizada nos moldes da pequena produção mercantil existe. MARTINS (1986) nos indica que é uma produção de dentro do modo capitalista de produzir. Alguns autores inclusive apontam para a recampanização das pescarias (BRETON & ESTRADA, 1989). Pescadores artesanais também atuam como formadores de capital para a pesca empresarial, tendo sua

produção, via de regra, comprada pelas empresas, além do setor poder ser considerado como um bolsão de força de trabalho para a pesca industrial (DIEGUES, s.d., MARTINS, 1997).

Neste sentido a pesca artesanal está longe de desaparecer e o conceito apresentado anteriormente oriundo da FAO, demonstra a atualização deste setor frente a realidade atual. Partindo-se desta conceituação, podemos pensar no amplo leque de situações compreendidas como pesca artesanal e suas atualizações frente as novas situações da realidade pesqueira. Quando, neste trabalho irei tratar de pesca artesanal, irei referir-me a esta gama de situações que revelam uma certa autonomia dos pescadores, que se diferenciam na oposição a uma outra situação representada pela pesca industrial e empresarial, onde a propriedade dos meios de pesca pertencem a empresas e armadores.

3.CONHECIMENTO E NATUREZA NA PESCA

A atividade pesqueira consiste em um processo de apropriação da natureza pelo trabalho humano. Genérica, esta afirmativa não explicita as particularidades do processo de produção na pesca, uma vez que grande parte das atividades humana consiste em um ato de apropriação da natureza através do trabalho. Que tipo de apropriação? Que natureza? Que trabalho?

Peixes, moluscos e crustáceos, objetos de trabalho na pesca não são frutos do trabalho humano. Existem a partir de seus ciclos biológicos de reprodução e crescimento. Seriam frutos de uma natureza primeira que os produz?

Se sim, sofrem em vários momentos influência das ações da sociedade. As transformações na qualidade da água com o aporte de elementos químicos e orgânicos transportados pela drenagem continental para o oceano. Desmontes de manguezais, construções de portos, aterros modificando locais de procriação e crescimento de espécies aquáticas e outras ações de alteração dos ambientes aquáticos interferem nos ciclos naturais de peixes, crustáceos e moluscos.

Pode-se falar em uma segunda natureza neste caso?

Segundo MORAES (1985), baseado nas teorizações de Karl Marx, “ *o conceito de segunda natureza foi elaborado na tentativa de diferenciar a “natureza em estado natural” - a primeira natureza, daquela já subsumida à sociedade, isto é , a natureza que já apresenta resultados da ação humana.* ”. Esta passagem representa ainda uma dimensão histórica, demarcando a diferenciação entre uma sociedade produtora de valores de uso e uma sociedade produtora de mercadorias (KURZ, 1993).

Nesta acepção, o conceito de trabalho é central para a diferenciação entre primeira e segunda natureza. Trabalho humano, social, trabalho do pior arquiteto que se diferencia da melhor abelha, segundo MARX (1980). Trabalho concebido, pensado. E é este trabalho, o mediador entre homem e natureza.¹⁷

Saindo do domínio dos organismos e caminhando para o ambiente aquático, em especial o marinho, depara-se com outra ordem de fatores. Marés movidas pela atração da

¹⁷ Ainda que se proclame a libertação da sociedade de uma noção redutora do trabalho, acredito que ele ainda é um diferenciador da atividade humana e o mediador na relação com as coisas.

lua, ventos movendo massas d'água, a rotação terrestre gerando correntes, processos de erosão e sedimentação modelando fundos marinhos são processos de escalas e temporalidades variadas que separam o pescador do pescado. Seriam processos de uma primeira ou segunda natureza ?

Certamente peixes, crustáceos, moluscos, ventos, águas, marés, correntes não são produzidos pelo trabalho humano ainda que possam sofrer interferências da sociedade. Entretanto peixe somente é peixe e maré somente é maré a partir do momento que a humanidade assim os classificou. Consistiram em fenômenos sentidos, observados, recriados pela linguagem, pela cultura, enfim, apropriados socialmente.

Pescadores classificam espécies de peixes e fenômenos naturais. Ciclos de tempo, da atmosfera, das marés possuem significados precisos na atividade pesqueira. A apropriação do objeto de trabalho se faz pelo trabalho traduzido em conhecimento numa primeira instância. E o conhecimento na pesca é ancestral, perpassando diversos momentos da história da humanidade e permanecendo ainda hoje muito próximo da primeira lança que fogueou um peixe ou do primeiro gesto que extraiu e se alimentou de uma ostra.

Neste sentido, o conjunto destes elementos, à medida que são apropriados socialmente, se constituíram em segunda natureza. Resolveria um debate, mas não explicaria as especificidades da atividade pesqueira, uma vez que entre a ostra e o vento, existem diferenças muito significativas.

A questão a meu ver deveria ser transferida para um outro delineamento. O das mediações presentes no processo de apropriação da natureza pela sociedade.

Ocorre que esta mediação é mais ou menos direta de acordo com a atividade humana. Um marceneiro urbano trabalha com a madeira que já passou por transformações, uma montadora de automóveis trabalha com o aço já moldado em chapas. O pescador trabalha com o peixe em seu estado natural apesar de já ser uma segunda natureza no sentido descrito acima.

SEABRA (1985) apresenta uma citação do geógrafo soviético B. M. Semevskiy na qual podemos entender a natureza a partir de duas óticas :

"1- Natureza é o mundo material que nos circunda, o universo, que está em constante movimento, mudança e transformação. O homem e sua razão são a obra mais elaborada da natureza. A sociedade humana representa uma parte específica da natureza subordinada às suas próprias leis (...) As leis da natureza agem sobre o homem como um

indivíduo biológico, mas não agem sobre a sociedade humana, ou sobre as categorias sociais, em geral."

2- Natureza num sentido mais estrito é o mundo inorgânico e orgânico estudado em ciência natural. A sociedade humana não é parte deste conceito estreito da natureza. A natureza cria e forma o ambiente geográfico da sociedade e é a base material da existência da sociedade (...) O fato de que a natureza age sobre a sociedade e a sociedade muda a natureza não afeta o caráter das leis que agem dentro da natureza e da sociedade."

Tomando como premissa a primeira concepção, pode-se afirmar que o homem possui uma natureza interior e exterior, sendo que nesta segunda, situa-se parte dos elementos que são passíveis de atuação e transformação do homem através de seu trabalho e sua cultura, ainda que esta ação deva ser mediada por uma questão de escala de abrangência. A ação do homem transformando florestas em pastagens, por exemplo, torna-se mais clara a questão da segunda natureza do que a apropriação das correntes marinhas pela navegação e pesca. No segundo caso podemos dizer que a sociedade se apropria de um elemento natural sem transformar as características deste fenômeno natural, ao passo que no primeiro a transformação é inerente à ação da sociedade.

Não nos livramos da natureza. É intrínseca ao homem. LEFEBVRE (1960), nos aponta que o tempo técnico e o da acumulação, apesar de tenderem, não se desligam do tempo cósmico. Abre assim a possibilidade da superação da alienação.

Na pesca, é o tempo cósmico que predomina, mesmo naquelas formas mais modernas. O pescador é o mediador com a natureza, tanto mais nas formas de pescaria com menor emprego de capital e tecnologia. A apropriação da natureza é expressa na figura do pescador em seu processo de conhecimento e trabalho.

Segundo Santos (1997) "*O processo de trabalho exige um aprendizado prévio, o homem necessita aprender a natureza a fim de poder apreendê-la. Quando aprende, apreende; quando apreende, aprende.*"

E conhecimento na pesca é conhecimento de ventos, águas, marés, fundos submarinos, correntes, hábitos de peixes, entre uma série de processos "naturais", formando sistemas cognitivos próprios para a interpretação, apropriação e representação destes processos.

E o conhecimento gerado neste processo, que tem entre suas características uma observação contínua da natureza, uma história vivida e observada de sucessão de contatos

com o meio aquático, tem servido à reprodução das pescarias e, para além disso, fornecendo elementos para a gestão. Vejamos como este conhecimento é construído na socialização de pescadores.

3.1.TRAJETÓRIAS

As seções a seguir destinam-se a descrever o processo de formação dos pescadores, partindo de sua iniciação na pesca, passando pela profissionalização na atividade até a mestrança.

Este processo conjuga conhecimento e trabalho, indissociáveis e construído na trajetória dos pescadores. Inicia-se na infância como um processo por vezes lúdico e vai constituindo-se como uma cultura própria, uma cultura pesqueira.

Esta, comporta um corpo de conhecimento necessário à prática na pesca e contempla formas de ver e compreender o mundo, identificar e interpretar os fenômenos naturais que intervêm nas pescarias, além das relações sociais que permeiam a atividade.

Como local privilegiado para a análise destes processos, nestas seções, selecionei parte dos depoimentos de pescadores da Ilha Grande. Nesta localidade a presença das salgas de sardinha até o início dos anos 90, incrementou o desenvolvimento das pescarias de traineiras em várias escalas de produção.

Esta modalidade de pescaria leva ao "embarque", uma categoria de pesca e de relações sociais por qual passou a grande maioria dos pescadores ilhéus.

Iniciando na infância a vivência com os processos pesqueiros e embarcando nas traineiras, os pescadores apreendem várias facetas do processo de produção pesqueiro. Grande parte deles abandona as traineiras após um tempo de trabalho, tornando-se pescadores autônomos, posição na qual se encontra parte dos pescadores entrevistados.

Os depoimentos que serão apresentados a seguir abarcam ainda relatos das demais localidades pesqueiras pesquisadas e procuram demonstrar os processos de inserção, profissionalização e mestrança na atividade pesqueira. Processos nos quais os pescadores se apropriam da natureza e constroem seu conhecimento.

3.1.1.INICIAÇÃO NA PESCA

A família nuclear e extensa representa a primeira instância da formação dos pescadores. Imbricados nas relações de parentesco, meninos e meninas iniciam-se nas atividades da pesca, de uma forma lúdica que vai dando lugar a pequenas obrigações e a um ofício incipiente. Esta iniciação pode ser concomitante a um processo de escolaridade formal, nas localidades que oferecem esta possibilidade às crianças, porém tal aspecto não é imprescindível para a iniciação nas pescarias, pois, como observa BRANDÃO (1984), a prática pedagógica existe imersa em outras práticas sociais. Na Caleta "El Quisco", no Chile, o aprendiz da pesca é chamado pelo sugestivo apelido de "pesquisa" (BASUALTO,1997).

Na Ilha Grande observei a inserção das crianças no mundo do mar e da pesca ao longo de três anos. Crianças de 8,9,10 anos freqüentavam a escola e nos períodos livres participavam de brincadeiras que os aproximava dos elementos da vida marinha, como andar de canoa, pescar de linha nas costeiras, catar caranguejo e mesmo ajudar os pais na armação dos barcos, no conserto e limpeza de redes, ou no trato do pescado.

A seguir serão apresentados depoimentos que apontam a iniciação na pesca de parte do grupo de pescadores entrevistados, nesta localidade.

"Eu aprendi a pescar com meu tio, conhece o Zinho, ele que me levava muito pra pescar. Inclusive até teve um dia que eu tava pescando lula e ele tava pescando carapau. Aí eu tava com o zangarelho bem arriado, aí ele disse assim: Pôxa Nando! Ele falava assim: Pôxa Nando! Cê não mata nenhuma lula aí? Eu falava: Nada, tem nada não, rapaz! Ele olhou assim pra baixo assim e ele viu as lula tudo encostadinha no fundo lá com, o zangarelho tava no fundo: - Pô como é que num tem lula aí, tem lula pra caramba!"

FERNANDO - Ilha Grande - RJ

"Aprendi com meu irmão, né? Ele era mestre em barco. Eu sempre gostava de acompanhar ele lá fora e lá eu fui me acostumando ..."

OSMAR - Ilha Grande - RJ

Em outras áreas, o processo apresenta semelhanças, conforme podemos constatar nos depoimentos que se seguem:

"... com oito anos de idade já remava as canoinhas e ia largar rede com meu cunhado, comecei bem novinho, com oito, dez anos já ia pro mar a canoa à remo, não é? Então, com quinze anos tirei minha carteira profissional já, fui pro Rio Grande do Sul, fiz uma safra de 6 meses no Rio Grande do Sul."

CI - São Sebastião - SP

"A pesca já vem dos antigos, né? Dos avôs da gente, dos avôs antigos, que morava na praia. A gente foi aprendendo o jeito de pescar, a gente foi aprendendo muita coisa..."

FLÁVIO - Toque Toque Pequeno - SP

"Toda a vida eu fui criado aqui na beira da praia. Meu avô chegou aqui em Camocim no início do século e toda vida minha família e meu avô, meus pais foram pessoas ligadas à pesca, tinham embarcações de pesca, e desde pequeno que eu pescava com meus pais, com os pescadores dos meus pais ..."

XAVIER - Camocim - CE

"Eu comecei a pescar porque eu sou filho de pescador, alias, meus avôs também é pescador e, como eu vivia, nós vivia numa comunidade de pescador...O meu pai trabalhava no mar, começou me levar pra pescar no mar de canoa. É, pescar de linha, botar rede, né? Tudo isso. Foi quando eu me ingressei na pesca , já, com oito anos já, eu falei de idade e cabe de me criar na pesca e nesta estou até hoje."

BI - Conceição da Barra - ES

Pais, avós, tios, cunhados, irmãos, colegas. A iniciação na pesca perpassa vários níveis de parentesco e as teias de relações que se estabelecem nas comunidades pesqueiras, fundamentais na socialização da criança no mundo da pesca.

Uma relação entre pesca e educação pode ser traçada a partir dos depoimentos a seguir, que apontam o início de uma maior dedicação à pesca, conjuntamente com o final do primeiro ciclo de estudos - antiga 4^a Série do Primeiro Grau, que em inúmeras comunidades é a única oportunidade de estudo, uma vez que os demais níveis estão disponíveis apenas em localidades mais centrais e distantes das vilas dos pescadores.

De volta a Ilha Grande, as escolas de nível fundamental se encontram nas pequenas localidades da Ilha, sendo que o ensino da quinta a oitava série concentra-se nas Vilas do Abraão e Provetá, para onde as crianças se deslocam a partir de um barco escola, que transporta os alunos entre estas vilas e suas áreas de moradia, não mais necessitando a mudança para Angra dos Reis para a complementação do antigo primeiro grau. Mas vejamos como as tramas da pesca teceram-se ao longo da vida escolar.

"É que assim: quando eu estudava, aí na época que meu pai trabalhava no camarão, aí quando num tinha, final de semana, num tinha aula, né? Aí Sexta prá Sábado aí chegava lá, né? E: Ah, pai! Dá prá mim ir hoje dar uma saidinha? Ah, amanhã não tem aula dá prá ir. Aí pegava, ia. Daí quando chegava, você trabalhava, ia Sexta prá Sábado, Sábado, Domingo, aí Domingo prá Segunda num ia porque estudava de manhã, aí não ia."

ROBERTO - Ilha Grande - RJ

"Tinha 14 anos. Aí fui gostando da pesca, fui ganhando dinheiro naquela época ainda era bastante e naquela época estudei até a terceira série com 14 anos né? Nem tinha acabado com 14 anos, como tinha acabado meu colégio, Comecei a trabalhar na pesca, fui aprendendo com ele fui pra Santos e de Santos fui pro Rio, continuei trabalhando ..."

CECI - Ilha Grande - RJ

Para a Ilha do Monte de Trigo - SP, o término da antiga quarta série representa o fim dos estudos ou a mudança de localidade. Na verdade, mesmo as séries iniciais funcionam precariamente em função da falta de um transporte regular para os professores, acarretando a necessidade de residência na Ilha. Fato que restringe o número de interessados em dar aulas nesta localidade. Depoimentos destes ilhéus, nos ajudam a tecer as relações ensino-pesca.

"Eu comecei, eu estudava, aí como a vida em casa era muito difícil demais, assim, só meu pai pra pescá, aí eu saí da escola. Pescava de rede, com Ramiro, começamo nós dois junto, aí fomo indo, aprendendo devagarinho, depois comecei a pesca sozinho, deixei o velho com a idade de 14 anos e comecei a pesca sozinho."

ALMERINDO - Monte de Trigo - SP

" Pescaria? Do tempo que eu comecei a pesca eu tinha 14 anos, eu estudei aqui com meu irmão até a 4º série, então quando eu fiz 14 anos, não tinha mais aula além da 4º série, aí peguei e fui pescá. Trabalhei, foi com o Ademar, trabalhei num barco de cação. Aí depois, trabalhei no camaroeiro, barco do meu primo Lourenço, uns 2 meses só. Trabalhei eu, ele, o Jorge. Quando começou a pesca saímos, aí ele já botou os outro, aí fiquei por aí, depois trabalhei em Bertioga, num barquinho lá".

DURVALINO - Monte de Trigo - SP

A iniciação na pesca revela também a situação de pobreza das localidades de pescadores, onde muitas vezes o trabalho da criança é relevante para o sustento das famílias, conforme podemos apreender dos depoimentos a seguir provenientes de um pescador e uma marisqueira nordestinos.

"Eu comecei a pescar com oito anos. Meu pai, pescador com 10 filhos fora ele e mãe pra sustentar e eu devia ter ajudado. Então tinha que se virar, aí os homens, os dois mais velhos trabalharam de padeiro, o outro tava no exército e as mulheres, uma lá, como é, as mais velhas lavavam roupa pra o pessoal né? Lavava roupa pra fora, aí as menores iam pra maré, a gente tirava sururu, trazia pra casa, ia pra rua ainda vendendo na casca pra arrumar dinheiro pra comprar farinha, pra poder comer o pirão do caldo do sururu. O sururu assim, terminando de catar e comendo com farofa porque não tinha feijão e, assim, a gente foi se acostumando e eu gostei, passei quatro anos trabalhando numa firma, construção de rede, fabricação de rede de pesca, depois saí porque entrou em falência, e até hoje eu continuo pescando. Tenho três filhos graças a Deus, o quarto morreu, criei os três, pescando, muita gente tem vergonha de dizer que pesca sabe, eu não tenho não, eu me orgulho graças a Deus porque qualquer trabalho desde que seja digno, seja suado, num faz vergonha de dizer não, pode ser até catar lixo em feira."

JOANA - Itapissuma - PE

"Então de início meu pai pescava diretamente no rio, ele era operário mas completava o salário aqui na beira do rio São Francisco. O rio tinha tanto peixe que não precisava ir longe pra pegar peixe, então meu pai levava e eu fui me aperfeiçoando, com doze anos assim meu pai morreu, ele faleceu e eu comecei a trabalhar pra criar meus irmãos que é pra ajudar e educar, que a minha mãe era operária da penedence, mas tava doente e

através da pescaria nós se saiu. E hoje cheguei a criar com Dona Luzinete, nove filhos, cinco homem quatro mulher e ainda adotamos dois."

TOINHO - Penedo - AL

Os relatos apontam ainda a forma como as, então, crianças, apreenderam o ofício na pesca. A observação e a imitação, revelando o aspecto visual da aprendizagem (BARROS, 1997), leva os sujeitos a acreditarem e mesmo afirmarem que aprenderam sozinhos, como se prescindissem do contexto social. Segundo o mesmo autor, em observações realizadas na Ilha do Monte de Trigo: "*Estas formas de aprendizagem são tão naturais e informais que os agentes de ensino (e principalmente os da aprendizagem) mal se dão conta do processo*". Apenas discordo do autor no que diz respeito às formas naturais de aprendizagem. No meu entender são formas sociais com alto grau de espontaneidade.¹⁸

ALENCAR (1991), em pesquisa realizada na Ilha de Lençóis - MA, observou meninos e meninas brincando de pescaria. Dentre os meninos, associa a confecção de miniaturas de embarcações a um primeiro contato e entendimento de ventos e marés. Por várias oportunidades observei crianças brincando com seus apetrechos de pescaria e embarcações em miniatura, especialmente nas Ilhas Vitória, Monte de Trigo e Ilha Grande, reproduzindo as situações observadas no mundo do trabalho da pesca.

Alguns relatos coletados reforçam estas observações e apontam os processos lúdicos e quase imperceptíveis da aprendizagem .

Edu: Mas assim, essas coisas, andar de canoa, remar ...

Valmir: Ah! Essas coisas aprendi aqui mesmo, aprendi desde criança, cê num vê essas crianças aí tomando banho de mar aí direto .

Edu: E quando cê era pequeno da idade desses daí cê já pescava, de linha?

Valmir: Ah, pescava, de linha pescava, pescava espada, saia de tarde, numa canoazinha, às vezes de manhã, aí pescava , pescava muito com meu avo ali fora, de canoa ...

Edu: Foi aí que cê foi aprendendo?

Valmir: É aí eu fui e também, rapaz, a gente vai pra pesca porque é o seguinte: em terra num tinha nada, né? Cê num tem estudo, num tem uma profissão né? Quer dizer, a única

¹⁸ Por duas ocasiões tive a oportunidade de trabalhar contextos de pescarias nas atividades de ensino formais, junto com crianças das Ilhas Vitória e Ilha Grande. Na primeira em um processo informal de alfabetização que contemplava as atividades do cotidiano no processo de ensino e, na segunda, em um trabalho que

coisa que tem é pesca! Estudou, aí fez aí até a 4ª série se manda vai embora pescar
.VALMIR - Ilha Grande - RJ

" Pescá, arrumá rede, jogá rede, fazer rede, ninguém me ensinou, aprendi tudo sozinho."
ALÍCIO - Monte de Trigo - SP

"A pescar aprendi comigo mesmo, moleque, 9 anos, 8 anos, 9 anos, 10 anos, meu amigo. Eu botava canoa e madrugava! Madrugava, nós tínhamos uns 5 colegas aqui, o Messias, o Renato, o Carlos, o Japonês, né? E a gente fazia hora no rancho, no ranchinho ali, a gente fazia hora no Rancho, quando chegava ali pela meia-noite, uma hora da manhã, quando a lua saía, a gente saía a pescar. Naquela época a gente matava ,pegava maribá, muito maribá, 50, 60, enchova também, né? E aprendi a pescar assim, mas comigo mesmo, né?"

JORGE - Ilha Grande - RJ

"Aprendi olhando, de noite, vendo os outros fazer, guardava. E quando chegava outra noite eu já fazia tudo direitinho, não precisava os outros me mandar não."

BACO - Ilha Grande - RJ

Aprendendo com os pais e parentes, alternando as atividades lúdicas e o ensino formal, observando e aprendendo "sozinhas", as crianças vão sendo inseridas no mundo da pesca. Aprendem a nadar, remar, princípios do funcionamento dos barcos, métodos de pesca, artimanhas como colocar a isca da melhor forma no anzol, fazer os movimentos certos de fisgar o peixe, desembaraçar linha, colher as redes da maneira correta.

Concomitantemente passam a observar as condições de mar, o tempo atmosférico e seus sinais de estabilidade ou mudança, os hábitos dos diferentes organismos aquáticos, a dieta de alguns peixes observada no momento de "consertar" o pescado, o corte certo para cada tipo de peixe de modo a aproveitar melhor sua carne e livrar-se da maior parte das espinhas, o gosto de cada tipo de pescado, entre uma série de outros quesitos que constituem o saber-fazer do pescador.

Da mesma forma passa a treinar o próprio corpo para a faina pesqueira. Acostuma-se com o trabalho no mar: movimento contínuo ao qual o corpo deve se adaptar.

introduzia as atividades de maricultura no contexto de ensino de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. Em ambos os casos atividades lúdicas e próximas das crianças ampliavam o campo da aprendizagem.

Lembremos de um recente filme - "O Carteiro e o Poeta", onde o carteiro, filho de pescador e habitante de uma vila de pescadores italiana não se adaptou à vida na pesca, enjoava no mar e acabou carteiro temporário levando as correspondências para o exilado Pablo Neruda.

Neste sentido, o depoimento a seguir retrata a experiência de um iniciante na pesca.

Quitólio: Peguei um arrastão de cara.

Edu: Com 13 anos?

Quitólio: É um arrastão de camarão, mas só que quando eu cheguei em terra, todo o balanço do barco que dava lá pra fora do mar. Quando eu cheguei em terra, também dava no meu corpo.

Edu: Foi a primeira saída que você fez?

Quitólio: Primeira vez cara, vou te contar hein! Agora o cara enjoa, o cara que não tá acostumado, enjoa.

QUITÓLIO - Ilha Grande - RJ

Um outro sentido pode ser atribuído ao mar. Deixa de ser um desafio, um enfrentamento e passa a ser parte da vida do pescador.

"Aprendi a pescar com meu pai, na época eu fui pescar com oito anos é... Talvez não porque gostasse, mas porque fui obrigado a ir, né? E no fim acabei gostando e hoje se eu não viver no mar, pra mim eu num consigo acertar com mais ninguém, mar é que me dá tranqüilidade."

QUEIRÓZ - Santo Antônio de Lisboa - SC

Um depoimento de Bi - pescador de Conceição da Barra pode resumir esta seção da iniciação da aprendizagem na pesca, referindo-se a passagem de seu conhecimento para os filhos: " Tá aprendendo comigo. É, são heranças que já vão passando de pai para filho...". Talvez as heranças mais valiosas deste meio tão depauperado.

3.1.2. PROFISSIONALIZAÇÃO

Se o ingresso na pesca pode ser entendido como um procedimento comum e quase necessário nas comunidades litorâneas e ribeirinhas, a profissionalização na pesca já revela um processo social associado as demais oportunidades de trabalho no interior das comunidades e associado à formação de uma cultura profissional.

Como profissionalização considero os aspectos de regularização profissional - emissão de Carteiras de Pescador (SUDEPE/IBAMA), registro na Marinha e inscrição na Colônia de Pescadores, embarque nas frotas empresariais e respectivos deslocamentos para outros portos. Considero ainda a profissionalização como o prosseguimento do trabalho na pesca dentro do grupo familiar.

O embarque, em especial para os pescadores entrevistados da Ilha Grande, pode ser encarado de duas maneiras. No início da carreira de um pescador representa a maneira de inserção no campo profissional, com a possibilidade de realização de uma pequena poupança, a ser investida em terra na construção da casa ou na compra de uma pequena embarcação. Neste caso, após um certo período, a vida na traineira é abandonada e passa-se a sobreviver de alguma ocupação em terra, onde "não se perde noite".

Por uma outra via, o embarque representa a única possibilidade de emprego. Nos anos de 1996 e 1997, nas traineiras baseadas em Angra dos Reis, "uma parte" - ganho referente à produção de cerca de 20 dias de pesca de sardinha e a base dos rendimentos do pescador menos qualificado situava-se na faixa de R\$ 60,00 e somente aqueles que não possuíam outra fonte de rendimento lançavam-se na pesca. Neste período, trabalhadores de "serra acima" (Vale do Paraíba Paulista e Fluminense), embarcavam nas traineiras de Angra dos Reis.

O embarque na traineira pelos pescadores da Ilha Grande possibilita ao pescador a apreensão de um amplo espaço marinho, uma vez que a busca do pescado pode se estender das imediações de Cabo Frio - RJ, até a divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O conhecimento das rotas, dos pontos de embarque e desembarque de pescado e das áreas de abrigo, passa a compor o campo do conhecimento deste pescador embarcado, diferenciando-o daquele que permaneceu em terra. Na traineira, o jovem pescador inicia-se também nos rituais de sua profissão, tais como o batismo com sal, ou o café com sal servido para o iniciante a medida que se atinge um porto desconhecido para o aprendiz.

A traineira comporta uma divisão de trabalho, composta de especialização nas funções de manejo do barco, da rede e do pescado, que vão sendo galgadas pelo pescador até tornar-se especializado em uma ou outra função e mesmo atingir a mestrança. Os rendimentos acompanham a especialização, onde as "partes" percebidas variam de acordo com a função.

Este sistema de remuneração assume um caráter de exploração consentida da força de trabalho, uma vez que o tempo de trabalho e o esforço empregado não traduzem uma remuneração fixa e sim variável, de acordo com a produção do pescado e o preço de mercado, descontando o proprietário, os custos de armação e os custos operacionais da embarcação - rancho, óleo e gelo.¹⁹

As funções exercidas dentro da traineira são variadas, algumas delas estão presentes nos relatos a seguir de ex-pescadores embarcados nas traineiras da Ilha Grande. Estes depoimentos contemplam parte da divisão do trabalho presente nas traineiras e fornecem alguns elementos para o entendimento das atividades que se desenvolvem no barco e como o pescador ascende a uma função mais especializada

"Eu comecei na pesca como camarada de rede, trabalhei 2 meses, camarada de rede. Antigamente era rede de algodão, né? E desde essa época eu já sabia remendar, só que eu num demonstrava pro meu pai que eu sabia remendar. Aprendi a remendar rede com a minha mãe fazendo rede de malha. E aí quando chegou um belo dia tô ensinando lá um rapaz a botar um pedaço na rede, né? E meu pai viu aí ele disse: Ah, moleque! Sabe remendar, agora cê vai passar prá rede, cê vai remendar rede, cair no Sol! Que era sol de janeiro quando a gente vinha prá terra, né? E aí foi só três meses! Aí quando viram meu trabalho que eu era esforçado, né? Aí me passaram pro convés, trabalhar no barco. Aí eu fui safar gelo, né? Antigamente era camarada de rede era uma parte. E quem trabalhava no barco era outra parte, era diferente. Ah! Faziam assim, fazia pescaria, vendia pescaria, uma parte, uma terça parte era do camarada da rede e duas partes era do barco. Então, aí, o tripulante de convés recebia mais que o camarada da rede, né? Era tudo independente e aí trabalhei, o quê? Uns 6 meses no convés, passei prá ajudante de motorista!"

JORGE - Ilha Grande - RJ

"É porque na traineira, que dizer, cê tem que estar atento a todas as coisas, né? ...Que nem a gente quando começa, cê começa no convés com uma parte, né? Ganhando uma parte; na nossa época, porque de primeiro era meia parte prá aprender. Quer dizer aí cê tem que começar a prestar atenção prá ver, porque ninguém quer ficar ali ganhando uma parte, né? Todo mundo quer uma mais, quer mais, mais e vai embora. Então, quer dizer, você tem que ficar atento em todas as coisas, procurando aprender. Quer dizer, um já procura aprender a trabalhar no caíco, outro já vai pro gelo aprender a trabalhar no gelo, prá você sempre poder ir evoluindo, né?

ROBERTO - Ilha Grande - RJ

"Ó, eu fazia várias função: eu era caiqueiro, depois de caiqueiro passaram eu para chumbereiro, chumbereiro é o seguinte, é largar a rede, né? O proeiro manda você largar e tem que tá larga aí, eu que depois do proeiro eu sou o segundo homem que tem de dá ordem de largar rede. Se eu num falar nada, a responsabilidade vem tudo prá cima de mim. Eu comecei a trabalhar dali caiqueiro, passei pra chumbereiro, chumbereiro passei pra safador de gelo, fui continuando, fui habituando mais, fui ficando mais ativo na pesca. De princípio você fica bem mais ativo, fica enjoado, num tá habituado com a onda do barco, e fica meio tonto, mas fui habituando ...

CECI - Ilha Grande - RJ

Fernando: Ó rapaz, safar gelo quando eu fui pescar eu não sabia nada. Aí cheguei lá e comecei a ver um cara, o cara tomava um goró legal e um dia chegando em Santos, aí o cara não quis entrar no porão pra safar o gelo. Safador de gelo também tem isso aí, ele tem que arrumar o gelo direitinho no porão. Certo? Aí ele não quis entrar lá. Eu era novato no barco e também tem uma coisa, ganha mais meia parte, ganha mais do que cê ficar a toa no convés, só puxando rede. Aí, o cara chegou pra mim e: Cê num quer safar gelo não? Tinha que ir, ganhar mais um pouquinho, né, aí comecei. E o gelador que pra quem eu ia safar o gelo, muito meu amigo, aí começou a me dar umas coordenada e rapidinho, graças a Deus sempre tive disposição e saúde. Mas, aí então lá, eu trabalhando de safador de gelo, mas eu só entro no porão se tiver pescado, eu tô vendo tudo no convés, ai eu fui aprendendo as coisas com os outros.

Edu: E o que precisa saber para aprender a pescar?

¹⁹ Duarte (1978) realizou importante trabalho analisando a reprodução social de pescadores de traineira na localidade de Jurujuba - RJ.

Fernando: Ó rapaz, você, é uma coisa que você, você não precisa saber, cê tem que ser ágil, não pode ser esses caras devagar, cara lento, né? Isso aí é o fundamental. Você ser um pescador ativo, todo mundo gostar de você, cê ter vaga em qualquer lugar e obediente, né? É, porque lá tem, é como se fosse uma casa de família, né? lá tem o mestre, né? Você tem que respeitar..."

FERNANDO - Ilha Grande - RJ

Quitólíio: A função que eu trabalhei, na vida da pesca, eu trabalhei de ajudante de motorista, trabalhei de caiqueiro, trabalhei de gelador, só nunca trabalhei de cozinheiro. A pior profissão que tem dentro da embarcação é o cozinheiro, sabe por causa de quê? Você chega, a embarcação chegou em Cabo Frio, todo mundo vai querer pular pra terra, vai querer tomá uma água, tomá um banho, uma bola pra jogá, um barzinho pra se distrair, já o cozinheiro não, ele vai ficar castigado ali, fazendo a comida pra todo mundo.

Edu: Ele não tem folga então?

Quitólíio: Tem folga em terra.

Edu: Mas ele também não vai pro convés?

Quitólíio: Não, ele só faz ficar na cozinha mesmo, é a vida mais castigada que tem, as outras não, as outras é tranqüilo. O cara que tá em terra tem liberdade toda, agora o cozinheiro meu, é a vida que eu vi mais ruim que eu vi na vida da pesca, coisa que eu nunca trabalhei e jamais.

QUITÒLIO - Ilha Grande - RJ

Como já foi apontado, a profissionalização na pesca se dá também entre os chamados pescadores familiares. Neste segundo caso a mobilidade, ainda que mais restrita, está presente e dentre o grupo estudado foi relatado a já histórica migração de catarinenses para a área de Rio Grande, presente também no depoimento a seguir. Ainda partindo de pescadores catarinenses, será relatado um processo migratório iniciado na área de Zimbros - SC e terminado em São Sebastião, onde pescadores catarinenses se estabeleceram no Bairro do São Francisco, na perspectiva de se afirmarem enquanto produtores autônomos.

"Eu só num embarquei em barco de pesca, mas eu já tive pescando até no Rio Grande. Eu fui pescar no Rio Grande com 14 anos de idade. Eu peguei a pescar aqui, e via todo mundo falando que no Rio Grande tinha peixe de monte, camarão de monte, e meu desejo era sempre ir ver com meus olhos e fui um dia e, nesse dia que fui, até por

coincidência vi bastante peixe, bastante camarão. Quando voltei em casa disse pra nossa turma aqui que nunca conheceu o Rio Grande que ia acabar o peixe no resto do Brasil e não ia acabar no Rio Grande. Eu tenho 48 anos de idade e vi acabar tudo no Rio Grande, acabou mesmo, num tem mais nada, pescador no Rio Grande tá morrendo é de fome
QUEIRÓZ - Santo Antônio de Lisboa - SC

"Comecei lá (Zimbros), depois lá tinha muita embarcação e a área de pesca era pequena aí foi acabando né? As embarcação e tal. Aí pulei pra Itajaí, Navegante, aí morei em Navegante me casei lá, né? Fiquei um tempo lá, depois foi sumindo também o camarão, depois de cinco, seis anos, muita embarcação vai acabando. Dali vim pra Cananéia, aí de Cananéia foi que fiquei um bom tempo acho que quatro, cinco anos. Dali vim vindo, Iguape, Iguape passei direto pra Parati, fui tentar camarão, alguma coisa diferente, né? Porque litoral paulista era bom acho que Rio de Janeiro seria mas, num me adaptei, eu num gostei, voltei aqui pra São Sebastião e to aqui até hoje."

CI - São Sebastião - SP

A profissionalização na atividade pesqueira, seja ingressando na pesca embarcada, seja desenvolvendo a atividade no âmbito da pesca autônoma, representa ainda o desenvolvimento e a incorporação de um corpo de conhecimento específico da atividade, que poderíamos caracterizar como uma cultura profissional, que em alguns casos é também chamada de uma cultura marítima e que tem na figura do Mestre o principal depositário deste conhecimento. A seguir apresento um pouco desta figura, de grande respeito na atividade pesqueira.

3.1.3.MESTRANÇA

No corpo da pesquisa foram entrevistados três mestres de pesca, residentes em Ilhéus - BA, Angra dos Reis -RJ e Ilha Grande -RJ. A vida destes senhores acompanhou o desenvolvimento do setor pesqueiro nas 7 últimas décadas do Século XX, tendo dois deles ingressado na atividade nos idos dos anos de 1930. Além do aspecto temporal, a distinção entre as áreas de pesca - em especial nordeste e sudeste, também possibilita uma leitura da diferenciação regional da atividade a partir destas histórias de vida.

Antes de analisar especificamente a questão da mestrança é interessante apontar alguns aspectos dos depoimentos brindados por Mestre Adair de Ilhéus, Mestre Bráulio de Angra dos Reis e Mestre Genésio da Ilha Grande.

Mestre Adair Brasil, colonizou-se em 1936, iniciando aí sua vida na pesca profissional. Foi mestre de saveiro com propulsão a 4 panos, que percorria o litoral sul baiano até os parciais de Abrolhos em busca do peixe "fino". A conservação do pescado era na base do sal, vindo do norte, "A gente pescava, escalava para retalhar o peixe e salgava, tempo perdido!", nas saídas de pesca que duravam até 18 dias.

O gelo em barra para emprego na conservação do pescado chegou em Ilhéus em meados dos anos 60 e a primeira embarcação a motor que Mestre Adair assumiu foi no início dos anos 70.

Sobre a mestrança, Mestre Adair valoriza a prática, conforme o trecho da entrevista transcrito a seguir.

Adair : Naquele tempo era tudo na prática, entendeu? Todos nós aqui mestrámos era tudo na prática, eu cheguei a levar a barca pra Vitória praticando, tudo, não tinha carta, nem na Capitania fui! Porque naquele tempo tinha dois práticos, da embarcação era grande, então vinha um barco daqui uma caravela, era uma caravela, tinha que pegar um práctico aqui. O comandante as vezes não conhecia, era muito arriscado, aí o práctico aqui era quem informava. Eu fiz amizade com eles e ficava aqui em terra, aí mandava me chamar. Muito não precisou de documento, no início não precisou fazer o teste , nem o teste nunca fiz!

Edu: Era pela prática!

Adair: Agora hoje, tá uma coisa medonha, eles tão a cobrando a carta, então é um caso sério, é exame não sei lá do quê, carta de cabeça por todo lugar aí tem gente recebendo carta, somente aquele estudantil sem prática de nada.

Edu: Agora virou ao contrário né, agora o rapaz que estuda, que estuda pela teoria tira mais fácil...

Adair: É, a teoria é uma beleza, aonde você vai é a teoria estudo, muito bem, mas a prática... Quer ver uma coisa? Vai lá e vê uma coisa. A carta não tá dando o arrecife e o caminho para você ir, eu sei, você tem que ir pela sua prática. Você vê por onde passa ali, porque tem lugares que é baixo, de acordo com o navio. Você vê o calado dela e se passa isso, não passa. Eu, quantas vezes o comandante me pedia pra eu ir ver, eu entrava em tudo quanto é lugar e dizia eu vou sair daqui então saia e agüentava .

Mestre ADAIR - Ilhéus - BA

Mestre Bráulio Gaspar de Oliveira, iniciou-se na pesca em 1938, embarcando como aprendiz no barco de um mestre português trazido de Santos e estabelecido na Ilha Grande nesta época²⁰. Trabalhou em várias funções, de motorista a proeiro, até se estabelecer como Mestre de sua própria embarcação, primeiramente na pesca, permanecendo até os dias de hoje com uma pequena frota que trabalha no transporte e prestação de serviços em Angra dos Reis.

Já iniciou em barcos motorizados, acompanhando a evolução dos equipamentos e do formato das embarcações. De início descarregava a pescaria em Santos, de onde trazia o gelo que era moído pela tripulação durante a viagem de volta para Angra dos Reis. Na traineira percorreu o vasto território da sardinha, de Cabo Frio ao Sul do país em viagens de mais de 80 horas. A sua fala sobre a mestrança é apresentada a seguir.

Bráulio: É, a pessoa pra ser um mestre é a boa vontade e o conhecimento! Né? O senhor tem que conhecer é, o abismo. Hoje em dia não, porque hoje em dia o senhor tá trabalhando, tá com o radar, tá com a sonda pra ver a profundidade, o radar vai ver a longitude tudo, né? Tá com o espelho na nossa vista! Mas épocas passada não senhor! O senhor tinha que saber, gravar mais ou menos onde é que tem o abismo, por causa da rede. Quantas vezes, nossos amigos aí vinha pra terra com a rede. Perdeu metade da rede, uma coisa assim, por causa da pedra, parcel, é então, conhecimento, navegação...

Mestre BRÁULIO - Angra dos Reis - RJ

Mestre Genésio Maia, iniciou-se na pesca em um período posterior aos Mestres Adair e Bráulio, nos anos 40, sempre ligado às traineiras que abasteciam as salgas de sardinha da Ilha Grande, que em 1938 perfaziam um total de 10 unidades espalhadas pelas diversas praias da Ilha e de propriedade em sua maioria de japoneses naturalizados e não naturalizados (MAGALHÃES, 1938)²¹. Compôs a tripulação de Mestre Bráulio em uma de suas viagens para o sul, e tornou-se mestre mais tarde, não alcançando este benefício na aposentadoria, por ter regularizado tardiamente sua documentação. Em nosso diálogo afirma :

Genésio: Olha rapaz, hoje em dia, hoje em dia pra ser um mestre de pesca tem que ter um estudo grande. Agora, antigamente, se o cara era um cara prestativo, andava no barco aí a noite, com proeiro, com o mestre no pé dele, aí olhando tudo direitinho, aí o cara num precisava ler, num precisava saber ler pra ser um mestre de barco. Ele tinha a prática, pegava a prática em rumo, em bússola em tudo num precisava que ele conhecesse os nomes, porque eu num sei, eu só sei fazer o meu nome Eduardo. Muito mal só escrevo o meu nome, mais ou menos, mas tirei carta de patrão do mar por causa de quê? Por causa da prática, né? Hoje em dia não, hoje em dia a prática já num tá valendo nada, já quem tá sabendo é a teoria...

Edu: Vale muito essa coisa de conhecer, prática mesmo ?

Genésio: É, de prática. Você encontra uma pedra aí fora, em tal lugar um troço no fundo e entala, é a prática, eu olho, olho pra lá, aquele morro, descobre um pocadinho de pedaço lá, faz a marcação.

Mestre GENÉSIO - Ilha Grande - RJ

Estes mestres guardam em si a prática e o conhecimento construído ao longo de décadas no trabalho no mar. A seguir serão reproduzidos trechos de entrevistas com

pescadores que não atingiram a mestrança, revelando os requisitos necessários para tornar-se um mestre, na opinião destes pescadores formados nos processos de pesca da Ilha Grande.

²⁰ Sobre a presença de pescadores portugueses na pesca fluminense ver Bernardes, 1959.

²¹ Em entrevista com um antigo proprietário de salga da Ilha Grande, de descendência japonesa, foi-nos relatado que a salga funcionou entre 1940 e 1985, sendo que familiares deste proprietário se estabeleceram também na Ilhabela - SP, na salga da Praia do Pinto em 1936. Para analisar a contribuição de japoneses nos processos de pesca do sudeste ver Mussolini, 1980.

"Ó, pra ser mestre precisa de tudo, de um pouco de estudo, você saber traçar o rumo pela carta, mas vamos supor você sai ali por fora da Ilha Grande, 12 horas, aí de 12 horas tu vai ver a terra aqui muito mal, muito mal mesmo, fica lá de fora da linha do navio. Aí fecha um pouco de fumaça, aí tu vai ter céu e mar, tu vai ter que saber onde tu vai estar pela bússola, pela maré, aí tu vai botar a carta em cima da mesa, em cima do tampo, aí tu vai riscar o rumo que tu foi, o rumo que tu tá, o rumo que tu vai ter que chegar pra terra, aí tu vai ter que marcar tudo isso aí meter na bússola e caminhar e chegar no lugar certo. Precisa de estudo pra virar mestre.

OSMAR - Ilha Grande - RJ

"O cara tem que conhecer bem, né Eduardo? Por exemplo, se for um mestre aqui da região ele tem que conhecer bem essa região, entendeu? Ele tem que ter a carta de mestre autorizada pela capitania, entendeu? Igual tem aqueles mestres também que é mestre costeira né? Aquele que, na costa do Brasil pode trabalhar a vontade, são os caras que às vezes ele num tem nem a eles tem a prática, né? Num tem a teoria mas tem a prática, né? São uns caras veteranos, porque com um tempo você vai trabalhando, você vai aprendendo, você vai guardando aquilo ali né cara? E, de repente dá uma oportunidade e chega até um mestre.

VALMIR - Ilha Grande - RJ

Como pode ser apreendido dos depoimentos acima, o conhecimento para a mestrança é um misto de teoria e prática, a navegação por cartas náuticas e o traçado de rumos e rotas associado ao conhecimento do meio marinho em que se está trabalhando. O depoimento a seguir apresenta outras características da mestrança: a curiosidade, a perseverança e o "espírito empreendedor".

"Conhecer bem, né ? Os lugares, entender de navegação. Vamos supor, pra viajar a noite, que as vezes tu cerca aí num lugar aí de noite e você tem de, quando puxar a rede, acender a luz. Quer dizer, você fica totalmente cego. Sai dali pra você saber viajar, tirar o lugar e conhecer os peixes, onde ele vai, os lugar lá, um mestre tem que entender bem. O companheiro, a basta só sabe panear uma rede. Quer dizer, você vai entrar ali só sabendo panear a rede. Se você ser um cara que tá afins de ser mais, num quer ser só aquilo, um dia chegar a ser um mestre do barco, ser um encarregado, você, claro que, num tendo nada, o barco tivé viajando, você já num vai dormir, vai tá ali pra prestar

atenção como é que ele manda jogar a rede, fazer o rodo pra ela chegar lá no caíco. Quer dizer você fica ali do lado você vai aprendendo tudo isso. Agora tem aqueles que vai chega lá e “eu num tenho quase compromisso”, chega na dele, quer dizer, ele num sabe o lugar que andou, então se torna difícil ele nunca vai ter uma chance de ser um mestre, de pegar mais uma responsabilidade.

DITINHO - Ilha Grande - RJ

A figura do mestre aparece desta maneira como um misto de conhecimento adquirido na vida da pesca, com uma postura de responsabilidade e empenho no trato da embarcação e da tripulação. MALDONADO (1993) afirma que *"falar-se de mestre e de mestrança é falar de algo universal e indissociável à pesca, que congrega numa pessoa, num papel, um ideal social. O mestre é como um arquétipo que se visse à proa dos barcos, o olhar penetrante, atento, tendo nas mãos por atribuição da sua sociedade e do seu bote, feixes de relações, de práticas e de sentimentos."*

A questão do conhecimento na pesca, tem na presença do mestre uma figura emblemática, que acumula um longo processo de aprendizagem iniciado ainda na infância e moldado na vivência da pesca.

O mestre e o pescador, ao longo de suas trajetórias de vida, relacionam-se com aquela natureza pouco mediada pelo trabalho humano, mas através deste e de seu conhecimento, se apropria dos elementos naturais em seus ciclos, de mar, de espécies, de tempo...

A atividade pesqueira se apresenta assim, como uma atividade que articula processos naturais e sociais na sua produção e reprodução.

3.2. A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA

Nesta seção será analisada uma parcela do conhecimento necessário ao entendimento dos processos naturais que interagem nas atividades pesqueiras. De uma maneira esquemática podemos diferenciar este conhecimento entre processos climáticos, oceanográficos, geomorfológicos e eco-biológicos, ainda que a manifestação destes processos ocorra concomitantemente no ato da pescaria e pescadores processem conjuntamente estas variáveis.

Será empregado nesta análise, prioritariamente, o corpo de entrevistas realizadas na Ilha Grande, ainda que incorporados os aspectos do tema presente em depoimentos de outras áreas. Este corte faz-se necessário para que se possa contextualizar os depoimentos.

"A Ilha Grande faz parte do município de Angra dos Reis, é a maior ilha do Estado do Rio de Janeiro e a terceira maior do país, com 193 Km² de área territorial e aproximadamente 5.000 habitantes, distribuídos em cerca de vinte comunidades. Por constituir um dos últimos redutos de ecossistemas típicos do litoral sul fluminense caracteriza-se por ser uma área de elevada vocação turística. A Ilha viveu ciclos econômicos marcantes durante o seu processo de ocupação. No século XIX foi ocupada por fazendas de cana-de-açúcar e café. Neste século, abrigou várias fábricas de salga de peixe cujos donos eram migrantes japoneses. Com a decadência da pesca as salgas foram sendo abandonadas e muitas das instalações transformaram-se em pequenas pousadas. A história da Ilha tem presença marcante dos presídios que ali existiram desde o século XIX até 1994. Hoje a Ilha vivencia o ciclo do turismo, que é a principal atividade econômica, seguida pela pesca." (CORTINES, 2000).

Sua posição no litoral sudeste brasileiro, dentro do arco compreendido entre o Cabo Frio-RJ e o Cabo de Santa Marta-SC, também chamado de litoral cristalino, dada a forte influência deste componente estrutural na configuração da linha da costa, gera um litoral recortado, com a presença de inúmeras baías, angras, sacos, praias de pequenas extensões e pequenas ilhas, que atinge mais de três centenas na área que recebe o nome de Baía da Ilha Grande em função da presença deste corpo intrusivo granítico de grande extensão e que atinge altitudes de mais de mil metros - a Ilha Grande.

Ainda em função de sua localização, um pouco ao norte do Trópico de Capricórnio, na verdade entre este Trópico e a Latitude de 23° Sul, está sujeita a ações de sistemas

climáticos frontais, com a entrada periódica de frentes frias, oriundas do avanço da massa polar em direção ao norte, fenômeno mais presente no inverno, condicionando as oscilações marinhas.

Esta pequena síntese possibilita uma primeira aproximação com o espaço da Ilha Grande. A apropriação deste espaço pode dar origem a territórios de pesca, formados através do domínio de uma porção do espaço marinho e pela elaboração de normas de uso deste espaço, ainda que estas normas situem-se no âmbito estrito dos pescadores e suas localidades. Consistiria desta forma em uma territorialidade específica, construída pelos pescadores na realização da pesca e na apropriação dos elementos naturais presentes no processo de produção pesqueira.

Aqui cabe uma observação elaborada por CUNHA (2001), afirmando que pescadores evidenciam uma *"noção tridimensional do espaço, que abarca seus distintos domínios de vida - mar, terra e céu - dotados de significado próprio"*. Assim, podem ser diferenciados os distintos fenômenos naturais que os pescadores se apropriam, desde aqueles da atmosfera e seus ciclos de tempo, os fenômenos oceanográficos, geomórficos, biológicos, que configuram o espaço da pesca em seu ato produtivo e no qual pescadores podem construir sua territorialidade.

Voltarei a esta questão no próximo capítulo. No momento pode-se dizer que a apropriação da natureza no ato produtivo da pesca, produz um primeiro nível de territórios pesqueiros construídos pelos pescadores e que incorporam elementos de um espaço tridimensional: Mar (incluindo aí a coluna d'água e o substrato marinho), Terra e Céu, sendo fruto de um processo de conhecimento que faz parte da cultura pesqueira.

A maneira como os pescadores se apropriam dos fenômenos naturais neste processo, será exemplificada nas seções a seguir através dos elementos do clima e do relevo submerso que interagem nas atividades de pesca.

3.2.1. CLIMA

A história a seguir é reveladora de uma maneira de representar fenômenos naturais no mundo da pesca

HISTÓRIA DO VENTO²²

“ ... Era o mar, o sol, a lua e o vento. Os quatro, tavam parado, conversando, aí veio um rapaz , passou e: - *Bom dia!* E caminhou, foi embora, deixou os quatro ali, foi embora. Aí foi discutindo os quatro: -*Ele deu bom dia pra mim!* Aí o outro: - *Não, foi pra mim!* O outro:- *Não, foi pra mim!* Aí resolveram sair atrás do cara. Aí foram correndo: - *Moço! Moço! Espera aí!*

- *Que é que houve?*
- *Cê num passou ali, deu bom dia pra quem?*
- *Oi dei bom dia pro vento.*

Aí responde o mar:

- *Ah, então tá bom, a hora que eu te pegar em cima de mim, vou agitar tanto o mar que tu vai sumir!*

Aí responde o vento:

- *Nunca fica com medo não, sem eu ele não é nada!*

Aí pulou com o sol:

- *Eu vou te esquentar a hora que eu te pegar no ar livre, eu vou te esquentar tanto que você vai morrer torrado!*
- *Que nada, eu tapo ele com as nuvens!*

Aí, virou a lua:

- *Ó a hora que eu te pegar num lugar livre eu vou esfriar tanto que você vai ficar congelado!*
- *Que nada! Eu boto o vento norte, te esquento!*

Aí, terminou !!!! “

DITINHO - ILHA GRANDE -RJ

Personificando os elementos naturais é possível que o pescador se aproxime deles, passe a melhor conhecê-los, se apropria e os classifica em uma hierarquia, que no caso da

história dá ao vento o maior poder. Poder que o pescador sabe que o vento tem nas horas de “perrengue” no mar. Lidar com estes elementos produz uma aproximação com a natureza, em suas manifestações menos mediadas pela sociedade. Poderia-se dizer, da natureza em suas manifestações mais “naturais”.

A História do Vento presente no início desta seção, é reveladora da importância atribuída aos ventos no contexto das pescarias. Pescadores observam constantemente o tempo, desenvolvendo formas de previsão que evitem o enfrentamento com este fenômeno, ou pelo menos os prepare para tal evento, buscando áreas de maior abrigo antes da ocorrência das tempestades, em geral precedidas de vento forte.

É comum, entre pescadores, a afirmativa de que "a chuva acalma o vento". Neste sentido não é a precipitação o mais temido, a menos que seja sob a forma de cerração/nevoeiro, e sim o deslocamento de ar que interage com o meio marinho, formando ondas, marolas, vagalhões, cuja exposição constante causa avarias nas estruturas das embarcações e mesmo acidentes com embarcações menores.

As mudanças bruscas nas condições do tempo são precedidas por mudanças no comportamento e coloração das nuvens, raios ou trovoadas. A presença de uma ampla linha do horizonte quando se trabalha no mar alto permite, através de uma observação contínua, identificar estes sinais e interpretá-los dentro do que podemos chamar uma nefanálise e um sistema de previsão característicos da atividade pesqueira. O contato com os meios de divulgação da previsão do tempo e os sistemas de comunicação que se estabelecem no meio marinho a partir de radiocomunicadores, permite aprimorar os prognósticos com relação ao tempo atmosférico, prevenindo as ações de pesca. Em terra, animais também fornecem sinais de mudanças do tempo.

Como exemplo, o contato por rádio, a partir da altura da Ilha Grande, com barcos que se encontram em São Sebastião ou Santos, permite confirmar a intensidade e velocidade com que o sudoeste está chegando na região. Esta informação é confrontada com a informação do Jornal de TV da noite anterior, que previa chegada de uma frente fria e com as condições atuais do céu, tais como calmaria, presença de cirrus, entre outras características que precedem a chegada de um fenômeno frontal. Esta rede de informações

²² Uma versão similar desta história está presente no início do filme documentário intitulado Terra de Mar, realizado no Lagamar de Cananéia - Paranaguá, em meados dos anos 90.

complementares atua na tomada de decisão do pescador: ficar e enfrentar o tempo se a intensidade for fraca, buscar abrigo, retornar para terra, etc.

A observação contínua, ao longo de anos de trabalho nas áreas de pesca, possibilita ao pescador uma leitura comparativa do comportamento climático, identificando anos mais quentes, mais chuvosos, com maior ação de frentes.

Entre pescadores da Ilha Grande é observada a distinção entre verão e inverno, como estações do ano, sendo a primeira mais quente e com trovoadas e a segunda mais fria e com presença constante do sudoeste, sendo que entre ambos existem períodos com comportamento climático mais instável, com mudanças bruscas no tempo - virações, dentre elas as perigosas de sul.

Em trabalho da década de 70, no litoral de Almofala-CE, CHAVES (1975), aponta para a importância dos ventos como parte do sistema cognitivo construído por pescadores, e influenciador da maior ou menor intensidade do trabalho na pesca ao longo do ano. Nesta localidade distinguem-se os ventos de verão e de inverno (épocas de estio e chuva), sendo que na primeira estação predominam os ventos leste e nordeste "o largo" e no inverno prevalecem dias de calmaria e alternância brusca de ventos, desorientando as saídas para o mar alto.

LIMA (1997), em trabalho sobre pescadores fluminenses desvenda uma classificação dos ventos que distingue "ventos de terra" e "ventos do mar", sendo que no verão os "ventos de terra" são considerados melhores e no inverno os "ventos do mar" favorecem mais a atividade pesqueira.

Como se aprende a observar o tempo na atividade pesqueira e as formas de previsão empregadas na pesca está presente nos depoimentos a seguir.

"Aprendi assim porque o meu pai me ensinava né? E o tempo muda, dá uma diferença e geralmente, que hoje em dia se torna mais fácil que tem esse rádio, né? O tempo vem lá em baixo no sul, aqui você já tá sabendo. E antigamente já era difícil, né? Você ouvia pelas nuvens, as nuvens começava a correr o céu, ficava diferente as nuvens no ar, então você já sabia que tava vindo o vento."

Ditinho - Ilha Grande - RJ

"Olha, senhor Eduardo, existe a prática que era no passado, como eu falei, era mais a prática. Hoje em dia já é outro instrumento, né? Pra ter naquela época um barômetro,

para mostrar o sistema quanto a gravação do tempo, não era todo os barco que tinham, né ? Então a gente tava vendo ... nuvens fortes, nuvens pretas, nuvens brancas, ah! a nuvem tá preta, nuvem preta já sabe que é chuva, vento é nuvem branca."

Mestre Bráulio - Angra dos Reis - RJ

"Ah, o tempo. Vamos supor, agora tempo frio, né? De agora pra frente, se você vê um ameaço de tempo aí pra baixo, meio esquisito, o tempo assim meio esquisito, você tá sabendo que vem tempo ruim. Se você vê nessa época pra frente, se você vê quem tá aí no mar, se vier um relampozinho aí pro sul, pro sudoeste, pode esperar que o tempo vem. Tudo isso a gente tem que aprender e saber isso aí, né?"

Mestre Genésio - Ilha Grande - RJ

Algumas características de cada tipo de vento que sopra na Ilha Grande interferem na atividade pesqueira e na navegação em geral, conforme pode ser extraído dos depoimentos a seguir.

"Num sei se é coisa de pescador. Quando o tempo tá muito parado, que num tem pescaria em lugar nenhum aqui na nossa área, eu falo lugar nenhum assim da Guaratiba até a Joatinga, não se escuta movimento de pescaria, barco pequeno na nossa região aqui ...Pescador começa a falar: Se cai um sudoeste você vai ver só como é que vai entrar sardinha, deixa cair um leste. Ai muitas vezes é verdade, num sei se é o vento que trás, alguma coisa assim que mexe com a água."

Fernando - Ilha Grande - RJ

"A gente tem o vento leste, é bom pra pescaria. Vento leste, deu lestada, às vezes num tem pescaria, então dá uma lestada boa aí quando calma ela esquenta a água, melhora um pouco. Aí aparece a pescaria, lestada, é boa pra pescaria. Agora vento sudoeste, vento es-sudoeste, quando brisa 3, 4 dias aí de sudoeste, es-sudoeste, a água fica branca é ruim de pescaria, demora para embandar as águas, e custa melhorar aquelas águas, até dá uma lestada novamente.

Mestre Genésio - Ilha Grande - RJ

Alguns fenômenos meteorológicos como o giro dos ventos que precede a chegada de frentes frias na região e as trovoadas que implicam mudanças bruscas no tempo são apreendidos e explicitados pelos pescadores nas citações seguintes.

Fernando: Tem o norte, o norte avisa que vai vim sudoeste, isso aí é certo, tá?

Edu: Se vem ele é que vem o outro?

Fernando: Quando ele parar, muitas vezes ele vem arrebatando tudo, mas quando ele parou, já era, pode saber que vem sudoeste e o sudoeste aqui pra nós é um vento meio chatinho.

FERNANDO - Ilha Grande - RJ

"É, ela se forma aquelas nuvem meio pretejada, azulada. Aí as pessoas já tá ciente, que quem tá acostumado que é uma trovoadas que tá se formando. E a trovoadas se formando sempre se torna perigoso, porque geralmente o vento que cai de trovoadas num leva muito tempo, mas o pouco tempo que leva ela faz avaria. Geralmente sempre faz avaria o vento que cai de trovoadas. "

DITINHO - Ilha Grande - RJ

Já foi dito acima que o vento é um dos fatores climáticos que deixa o pescador mais cauteloso quando este se encontra no mar. No depoimento a seguir são relatadas as conseqüências de enfrentar ventos adversos no momento da pescaria.

Ceci: É o vento né? Você num pode largar ou pescar a rede na cabeça do vento, tem que saber qual é o vento que tá querendo dá. Se você tiver afim de largar uma rede na sardinha, e o vento tá pra cair, você tem que esperar o vento e ver o que acontecer. Você num vai soltar a vela na cabeça de vento, é mesma coisa nós. Você ouviu o sudoeste aí, você tem que ficar lá aguardando aquela pescaria ali. Depois que o vento dá aquele refréga forte, dá pra largar do lugar, você fica botando uma hora, duas horas, o que seja ali, se você acha que dá pra largar você pode largar, se você num largar... Se você, o vento vem lá fora e você largar arrisca de você se acaba, acaba a vida do tripulante, o barco, tudo, sua vida mesmo.

Edu: Que que é cabeça de vento?²³

²³ Além da cabeça de vento, os depoimentos revelam a existência da cabeça d'água, uma maré muito alta formada pela associação de uma maré de sizígia com a entrada de uma frente fria.

Ceci: Cabeça de vento é a primeira refréga que dá , porque a primeira só é violento, que tem vento que vem pela primeira vez vai levando tudo...

Edu: E como é que cê percebe que tá entrando a cabeça de vento?

Ceci: Você vê um rodãozinho no alto do céu, uma fumaça ali, vem rebentando tudo, e vem levantando o salseiro da água, é uma coisa de louco!

CECI - Ilha Grande - RJ

Para além da Ilha Grande, o embarque nas traineiras permite o conhecimento de outros ventos, como o presente nos depoimentos a seguir referentes a Cabo Frio. Ventos mas ou menos compatíveis com o pescador e com a pesca.

" Lá tem muito vento, você vê que as árvore lá é tudo ressecada do vento, venta muito, esse vento Norte, venta muito lá. Isso aqui é um paraíso, não tem nada, você chega lá, o vento tá quebrando, pegando em baixo, você tem que andar se agarrando assim dentro do barco, é! "

QUITÓLIO - Ilha Grande - RJ

A presença ainda hoje de uma parcela considerável de embarcações movidas a vela, tais como as jangadas, bianas e outros botes especialmente no Nordeste do Brasil, reafirma a importância do conhecimento dos ventos e do tempo atmosférico, como elementos ativos que interagem nos processos das pescarias.

3.2.2.RELEVO SUBMARINO : PESQUEIROS E MARCAÇÃO

O relevo interage nas pescarias em sua porção emersa e submersa. A configuração da linha da costa e sua continuidade abaixo d'água condicionam formas distintas de pescaria, tais como o arrastão de praia, o cerco da costeira, o cerco fixo, o cerco flutuante, entre outros.

O relevo emerso é parte da referência para os processos de marcação dos pesqueiros, dos caminhos e dos obstáculos submersos no fundo do mar - parcéis, pedras, naufrágios. Através da triangulação com pontas, marcas nas costeiras, topos de morros, entre outras referências que podem ser formações vegetais, construções e mesmo a luminosidade de cidades e vilas, nas pescarias noturnas, o pescador, a partir da sua visada do mar em direção à terra, traça o cruzamento das retas , determinando os pontos desejados - localização de caminhos e pesqueiros.

O relevo emerso é responsável ainda, em associação com a circulação das águas oceânicas, por características próprias do comportamento do mar, como áreas abrigadas, áreas batidas, áreas de embate de ondas. Especialmente no Nordeste, as linhas de recifes e arrecifes, ora emersos, ora submersos, constituem locais de embate, assim descritos por SARNEY (1995) em seu romance "O Dono do Mar", nas águas maranhenses:

" A Risca era uma linha de espuma vista de longe e, de perto, a batida de frente de duas marés, a que vinha da terra e a que vinha dos altos oceanos. Na cheia, era aquele turbilhão, sons de vagalhões batendo por baixo, nas pedras; por cima, a crista das ondas. Os arrecifes vinham das profundezas e não botavam a cabeça de fora, e eram tão alinhados que deixavam na superfície só um traço, uma linha de espumas, como se fosse uma estrada prateada, demarcando no azul sem-fim um terreno que não existia. Era preciso muito cuidado ao aproximar-se de suas bordas, que contornavam o confronto desta luta de centauros..." .

Áreas de embate também ocorrem em pontas muito salientes, tais como aquelas que demarcam a entrada da baía de Ilha Grande- Joatinga e Marambaia no continente, Dragos e Castelhanos na ilha. Em Almofala- CE , áreas de embate ocorrem para além das sessenta braças de profundidade, interpretado pelos pescadores como áreas de "emenda das águas" (CHAVES, 1975).

Ainda no Nordeste, a apreensão do relevo emerso e submerso é base para a pescaria de caminho e cabeça²⁴, onde também são empregados os processos de marcação. A marcação também era empregada pelos pescadores cearenses de Almofala, nas pescarias do "mar de terra", mais próximo a costa e de onde se avista os referenciais da marcação. Marcação que é "*sem dúvida uma prática social ligada a territorialidade, conceito que informa fundamentalmente o conhecimento marítimo e as outras práticas que a ela se associam na construção do horizonte de relacionamento das sociedades pesqueiras com o real...*" (MALDONADO, 1993).

Vejamos a descrição da marcação partindo de um jangadeiro cearense da Praia de Redonda - Icapuí. O entendimento deste processo pressupõe uma mudança de ponto de vista, qual seja, a visada da terra a partir do mar, sendo que os caminhos no mar são dados pelos referenciais de terra, tais como o ângulo em que se enxergam as formas de relevo, porções de vegetação, construções, entre outras referências. Os locais onde se encontram os manzuás (apetrechos de pesca) também são localizados a partir das referências de terra.

" É o caminho que eu tô falando, é uma moita que existe aqui na Serra. Aqui é a serra, aqui a gente vai correndo pra fora, quando chega ali, numa certa base, aí tem uma moita, tá intendendo? Moita em cima do monte. Aí de lá a gente faz um caminho pro manzuá. Se o manzuá tá aqui, esse caminho aqui a gente fez esse caminho aqui é que nem uma bússola, que nem uma bússola. A gente vai, vai, vai, vem, vem, vem no caminho certo, o caminho que a pessoa já tem base pra isso aí. Vem morrer em cima, aí bota uma bandeirinha, o material aí com as boinhas que têm muita pequenininha. Aí quando a gente muda pra cá, pra cima, aqui já essa moita que tá aqui tá na serra ela já corre pra cá e daqui já faz outro caminho pra cá, outro manzuá e o mesmo material a gente coloca é o setor que ele tava . A gente vai caçando."

ERIALDO - Redonda - CE

²⁴ Caminho e cabeça é uma denominação de pescarias que empregam a marcação do trajeto (caminho) e do cabeça (pesqueiro), geralmente representado por parcéis piscosos.

Se o relevo emerso é visível e facilmente apreendido, a configuração do fundo marinho somente é conhecida a partir do uso de instrumentos. Ainda que equipamentos modernos cumpram esta função, o conhecimento de pescadores artesanais construiu formas simples de apreensão do fundo marinho. MALDONADO (1993) e CHAVES (1975) nos falam em sassanga, um cordão com um peso que o pescador segura na proa do barco. Nos depoimentos recolhidos, por exemplo do Sr. Benedito de Conceição da Barra, utiliza-se um prumo para medir a profundidade e este mesmo prumo com um pouco de sabão para averiguação do material presente no fundo marinho que é bastante diversificado segundo o depoimento a seguir:

Edu: Num pesqueiro desse aí, que é só céu e mar, você, pela cor da água descobre alguma coisa?

Bi: Pela cor da água fica difícil. Agora nós acostumamos a conhecer mais ou menos a região que nós estamos pela qualidade do terreno. Normalmente a gente usa uma sonda de mão, que eles colocam sabão e a gente arreja pro fundo. Pela profundidade, pela qualidade do terreno, a gente sabe e o horário de viagem, a gente sabe também. Quem viaja com uma carta que já são com os barcos maiorzinhos, num é pro pequeno, o pescador artesanal, é marcado mais ou menos o ponto de referência na carta o cara sabe mais ou menos onde ele está.

Edu: E que tipo de fundo tem aí?

Bi: Aqui nós temo coral, nós temo a lama, temo o cascalho, temo vários tipos de fundo aí, tem aquele lisero que é o barro duro, tem o batinga, tudo nós temos aqui.

BI - Conceição da Barra - ES

Como no litoral capixaba, na Ilha Grande o fundo marinho é bastante diversificado, especialmente diferenciado entre lama, areia e parcél, que condicionam sobretudo a pesca de arrasto de camarão e os lanços de cerco de sardinha. Jogar a traina em um baixio de lama pode significar a perda da rede, ao passo que não marcar a área do arrasto pode significar o enrosco da rede em algum parcél. Nesta última forma de pescaria, o tipo de fundo é percebido pela velocidade do arrasto, mais rápido sobre fundos de areia do que de lama, e também pelos resíduos que acompanham as "portas" - pedaços de madeira presos na extremidade que afundam a rede e a mantém aberta durante a operação de arrasto. Vejamos este trecho do depoimento de Mestre Genésio sobre os aspectos acima citados:

Edu: Como é que o senhor conheceu esse fundo da baía aqui, o senhor arrasta até onde?

Genésio: Ah, arrasto por aqui, Angra dos Reis, Abraão, Acaiá, Sandri, Parati ...

Edu: Essa área da baía toda. Como é que o senhor conheceu todo esse fundo aí, pra num engastalhar a rede?

Genésio: Isso que taí, rapaz, o pescador vem conhecendo porque o arrastão. Então tu tá arrastando naquele caminho, não demora pega parô, aí parô tu vai botar em cima, agarro, pedra, então tu olha se é de dia, se é de noite, né? Olha a luz do lugar, do outro e faz a marcação. Aí tu já sabe que naquela posição ali, naquele lugar tem pedra. Então dali tu sai pra outra, se tu pegar noutro lugar, a mesma coisa, tu faz aquela marcação. E assim tu descobre o fundo todinho.

Edu: Quer dizer que o senhor já agarrou muita pedra?

Genésio: Ah, muita coisa, porque num tinha sonda, né? Porque esses arrastão maiorzinho aí tem a sonda, né? Que vai marcando. Então é aquele negócio, o arrastão dá tempo de sair fora, porque ele tem mais ou menos, no mínimo, 100 m de cabo pela poupa, no mínimo 100 m, então o cara tá vindo nessa risca, quando chegou aqui, o barco tá aqui, marcou uma pedra aqui, mas a rede tá lá longe. Então aqui ele marcou a pedra, aqui dá volta pra cá. Então essa rede já num vai vir aqui nesse caminho, sai fora. A sonda pro arrastão é uma boa, o cara bota a rede na pedra se quiser, né?

Edu: E o senhor conhece aí o que tem pedra, o que tem areia, o que tem lama?

Genésio: É conheço, aqui pra nós conheço. Olha, nessa região da Marambaia, da praia pra fora, né? Aquela região ali pra Guaratiba. É tudo areia. Agora aqui já pra nós, aqui por dentro da ilha Grande, isso tudo já é lama. Aí pro lado de Parati, Tarituba, Furnas, essa costa toda aqui, já é lama. Agora pro lado aqui do Pouso, ali pra fora, Martim de Sá, aí vai correndo pro Ubatuba, São Sebastião, já tem lugar lá que é mais areia, aquela área por ali quase num tem lama. Você pode cercar com uma traineira lá em terrinha, no quebra mar que é areia e por aqui, na nossa região não, tem lugar que barco num dá de cercar porque é lama.

Ao longo da pesquisa para este trabalho, foi citada uma quantidade razoável de feições geomorfológicas associadas ao fundo marinho e para as quais os pescadores atribuem nomes específicos. Algumas delas são: o valão - uma depressão ao longo da plataforma do Rio Grande do Sul, de 5 a 10 metros mais profundas que o entorno e que consistem em bons pesqueiros; as beiradas e as paredes - formas associadas aos recifes do

litoral sul baiano; as coroas - relacionadas a bancos de areia; os baixios - associados a fenômenos de deposição. Infelizmente estas formas somente estariam mapeadas em uma cartografia de detalhe da área costeira e da margem continental brasileira. Não é o caso das cartas náuticas, de grande generalidade e destinadas a outra função, que é a navegação.

Ainda assim, a partir destas, fiz um experimento com dois pescadores da Ilha Grande para mapeamento dos parcéis de uma das enseadas da Ilha, estando o resultado presente nas Figuras 8,9 e 10.

Estas apontam uma forte correlação entre o mapeamento dos pescadores e a carta náutica, demonstrando a apreensão de detalhes do relevo submerso que escapam da representação das cartas de navegação. A localização das lajes e a respectiva marcação são aprendidas e transmitidas no contexto da formação dos pescadores e podem ser mantidas em segredo, conforme o grupo.

Segundo DIEGUES, *"O segredo parece estar ligado , de um lado à mestrança, à habilidades do mestre que lhe permite levar, com segurança de sucesso, o bote ao pesqueiro e, de outro lado, ao temor de que, visitado por outros pescadores, o pesqueiro viesse a empobrecer."*

Um outro material interessante a ser explorado, num possível desdobramento da pesquisa é o Anexo 3 do Volume 9 - Aspectos da Atividade Pesqueira, do Diagnóstico Sócio Econômico da Região Cacaueira, produzido pela CEPLAC de Ilhéus em 1975. Este anexo traz arrolados os nomes de mais de 560 pesqueiros litorâneos e marinhos e cerca de 100 pesqueiros fluviais, lacustres e estuarinos da região cacaueira da Bahia. Deste material, destaco apenas alguns nomes com um forte componente localizacional ou de indicativo de uma característica natural, presentes da listagem: Baixa de São Gonçalo, Beirada do Norte, Camboa Velha, Coroa da Areia, As 13 Braças do Roxinho, Mangue Alto, são apenas alguns exemplos presentes neste material que traz ainda informações dos peixes mais comuns e épocas de maior utilização destes pesqueiros.

Na descrição dos processos de apropriação dos elementos naturais relatados, apresenta-se a questão da atualização dos pescadores frente às inovações tecnológicas. Se antigamente o tempo era previsto apenas pela observação, hoje uma rede de comunicação aliada ao uso de instrumentos subsidiam a observação e as tomadas de decisão. Se antigamente o fundo marinho era decifrado pelo prumo e pela marcação, hoje, equipamentos como a sonda e o GPS precisam o mapeamento das áreas de pesca.

No meu entender tais fatores contemplam os processos de atualização previstos no conceito de pescador artesanal fornecido anteriormente, e não caracterizam necessariamente uma outra forma de produção pesqueira, demonstrando a atualidade e contemporaneidade destes sujeitos sociais.

Aprendendo e apreendendo os elementos naturais, conjugando métodos de distintas temporalidades, pescadores se apropriam da natureza, constroem seu conhecimento para a lida com a pesca e constroem um primeiro nível da territorialidade presente no meio aquático. Identificam os pesqueiros e tem sobre eles algumas formas de controle, identificam os acessos e aprendem a ler a manifestação dos fenômenos naturais que separam o pescador do pescado. Este processo pode dar lugar a uma discussão mais precisa a respeito dos territórios pesqueiros, conforme veremos a seguir.

FIGURA 9 - LOCALIZAÇÃO DOS PARCÉIS, SEGUNDO UM MORADOR DA PRAIA DE PASSATERRA

FIGURA 9 - LOCALIZAÇÃO DOS PARCÉIS, SEGUNDO UM MORADOR DA PRAIA DE PASSATERRA
DE PASSATERRA

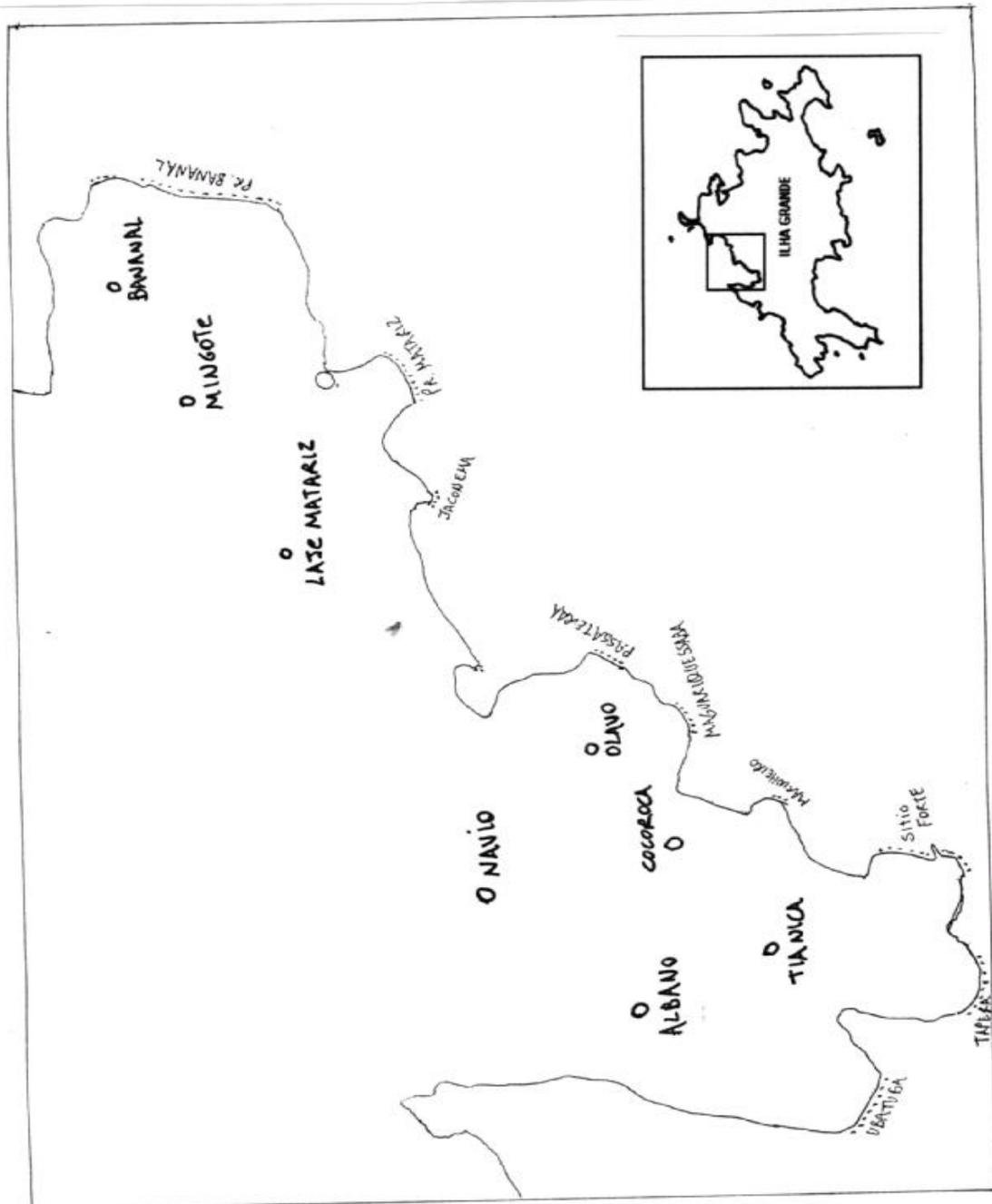
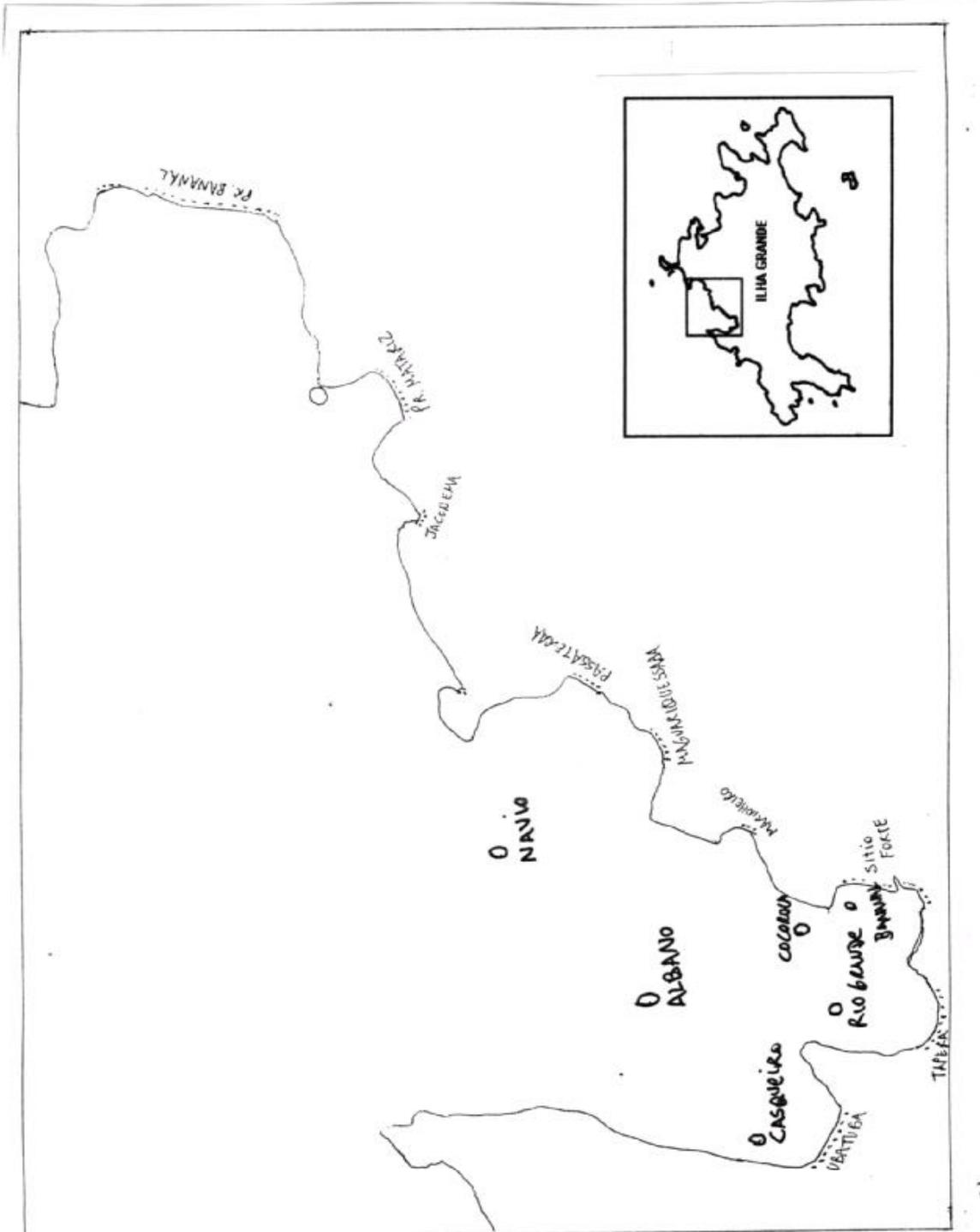


FIGURA 10 - LOCALIZAÇÃO DOS PARCÉIS, SEGUNDO UM MORADOR DA COSTEIRA DE UBATUBA

FIGURA 10 - LOCALIZAÇÃO DOS PARCÉIS, SEGUNDO UM MORADOR DA COSTEIRA DE UBATUBA



4. TERRITÓRIO E PESCARIAS

Este capítulo tem como objetivo discutir a questão territorial nas pescarias. Existe uma territorialidade pesqueira? Como se configura? Em quais níveis? O território pode ser considerado um instrumento para a gestão das pescarias? É sobre estes questionamentos que procurarei refletir.

Segundo MORAES (1984), o conceito de território é oriundo dos estudos de botânica e zoologia do final do século XVIII e foi sendo incorporado às análises geográficas. Com a chamada Geografia Crítica, o conceito de território foi retrabalhado a partir da proposição marxista de que o que define um território é o uso que a sociedade faz de uma determinada porção do globo, a partir de uma relação de apropriação, qualificada pelo trabalho social.

Neste sentido podemos falar em territórios de uso das sociedades pesqueiras, uma vez que estas se apropriam de porções do espaço aquático a partir do trabalho e do conhecimento dos processos naturais que atuam nelas. O território seria então tratado em relação ao seu valor de uso para o grupo social. Bastaria isto para caracterizar uma territorialidade pesqueira?

RAFFESTIN (1993) afirma que *"o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço"*. Mais adiante, o mesmo autor afirma *"O território, nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder"*.

Esta concepção expõe uma outra dimensão da territorialidade, qual seja: a questão do domínio e do poder exercido por um ator sobre uma porção do espaço. Esta proposição encontra-se também em RATZEL (1990) que relaciona o território e a manutenção deste pelo poder de um Estado ou grupo social.

Território poderia então ser definido como uma porção do espaço terrestre sobre o qual um agente qualquer exerce domínio, através do poder gerado por acordos, coerções,

ou outro instrumento de dominação. Este agente que exerce o poder deve ser considerado apenas em nível do Estado, ou parcelas da sociedade teriam este poder de gerir territórios?

No meu entender existem territórios não apenas como espaços nacionais, geridos por um Estado, mas também no interior dos países, tais como territórios indígenas, territórios quilombolas e mesmo territórios pesqueiros. Estes podem ser delimitados formal ou informalmente garantindo a reprodução dos pescadores e transformando-se em instrumento de gestão das pescarias.

MALDONADO (1993), estudando pescadores marítimos paraibanos, observa que é possível tratar-se de territórios pesqueiros. Em suas palavras: “... *No mar, os territórios são mais do que espaços delimitados. São lugares conhecidos, nomeados, usados e defendidos. A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas, cria territórios que são incorporados à sua tradição ...*”.

MARQUES (1995), em estudo sobre etnoecologia no Baixo São Francisco, observa a noção de territorialidade entre brejeiros de Marituba-AL expressa através da posse, delimitação, defesa e marcação das áreas. Marcação que, segundo MALDONADO (1993), “... *é uma instância em que se constrói, se expressa e se atualiza a territorialidade dos pescadores*”.

Aceitando a afirmativa de que existem territórios pesqueiros, construídos pelos pescadores a partir do trabalho e da apropriação da natureza, territórios que podem ser delimitados mesmo na fluidez do meio aquático e sobre os quais pescadores exercem algum tipo de domínio, ainda resta um desafio: serão estes territórios reconhecidos pelo restante da sociedade?

4.1. INDÍCIOS DE UMA TERRITORIALIDADE PESQUEIRA

Formas de gestão das pescarias ligadas diretamente aos pontos de pesca podem ser encontradas na pesca fluvial, lacustre, lagunar ou marinha.

Nos rios e lagos, o ponto da ceva do pescado pode ser considerado uma forma de territorialidade pesqueira. Escolhido um determinado ponto, o pescador aporta uma certa quantidade de alimentos para atrair o pescado e ali lançar posteriormente suas redes e anzóis.

No Rio São Francisco o lanço é uma unidade territorial de pesca. Em acampamentos às margens do rio, ou em áreas próximas as moradias ribeirinhas, grupos de pescadores limpam um trecho do fundo do rio por onde será lançada a rede, impedindo que, por exemplo, galhadas de árvores submersas obstruam o correr do lanço de rede. Este lanço é utilizado por uma temporada de pesca pelo grupo que o construiu.

Em ecossistemas lagunares e estuarinos de sul a norte do país, uma diversidade de armadilhas fixa de pesca representa uma apropriação do espaço aquático através de uma forma territorial. Os aviõezinhos (armadilhas para a captura de camarão), das lagoas do sul do país, o cerco fixo da região estuarina-lagunar de Iguape - Paranaguá, as caiçaras (conjunto de galhadas fixas no fundo) das lagoas alagoanas, as cambôas e os currais de pesca do norte e nordeste do país correspondem a apetrechos de pesca cujo ponto de instalação representa uma apropriação territorial de forma individual ou do grupo, de um trecho de água. São sinais da territorialidade no mundo pesqueiro, reforçada pela necessidade, em alguns casos, de requerimentos formais de instalação junto a organismos como a Capitania dos Portos, IBAMA ou órgãos licenciadores estaduais. Em lagoas catarinenses, projetos desenvolvidos com o apoio de órgãos do estado tentam implementar medidas de gestão e preservação das lagoas com a participação de pescadores.

Saindo do universo de ecossistemas relativamente fechados e partindo para o ambiente de mar aberto, encontramos também indícios de uma territorialidade na pesca. Na Ilha Grande - RJ, depoimentos relatam a existência de sistemas de pesca que comportavam rodízios de áreas de pesca. Por três pontos de pesca delimitados a partir dos esporões rochosos da ilha e suas enseadas adjacentes, turmas de pescadores se revezavam

diariamente. O pescado observado a partir de determinado esporão e que adentrava a enseada, era capturado preferencialmente pela turma de pesca daquele ponto, naquele dia. O revezamento se justificava pela direção preferencial de deslocamento dos cardumes, fazendo com que uma área tivesse maior produtividade do que outra. Anedotas contam que um certo fulano, passado seu dia no melhor ponto de pesca, orava pedindo para que o peixe viesse direto para o seu novo ponto, deixando sicrano, do outro ponto, de mãos vazias.

Formas parecidas deste revezamento de pontos de pesca no tempo, foram observadas em Arraial do Cabo-RJ, na área da Reserva Extrativista Marinha deste município. LIMA (1997) descreve os processos de "direito a vez" que regulavam a pesca em Itaipu-Niterói. A presença de espias guardando pontos fixos de pesca é relatada entre outros por MUSSOLINI (1980) para o Litoral Paulista, KRAEMER (1978) no Paraná e CÓRDOVA (1986) em Santa Catarina.

O pesqueiro, o cabeço, o valão e outras áreas marinhas diferenciadas por serem refúgios naturais de pescado em mar aberto, são apropriados pelos pescadores a partir de seu conhecimento e sua práxis.

A construção de pesqueiros artificiais também representa uma forma de construção de territórios pesqueiros por pescadores. No Ceará defrontei-me com a implantação de "marambaias" compostas por carcaças de fogões, geladeiras e automóveis, em determinados trechos de mar e que funcionam como atratores artificiais de pescado.

Em Camocim - CE, pescar nestas marambaias consiste em reconhecer o pescador que a construiu e assim se manifestava um pescador a respeito da renda que deveria pagar por pescar na pedra de outro: " Mão de gente, tudo compra, tudo paga. Mão da natureza todo mundo pode pescar ".

Chegar ao pesqueiro requer o domínio do espaço marinho e de uma série de elementos naturais que o compõem, tais como o relevo submarino, os ventos, as marés, as formas de terra que representam os referenciais de localização, as profundidades da coluna d'água, a cor da água. Compõem o território da pesca e a apropriação deste território pelo pescador é um processo de mediação com a natureza.

No caso da atividade pesqueira, em especial na pesca marítima, os pescadores produzem seu território em um meio aparentemente indiviso e de grande mobilidade e a pesca pressupõe uma interação contínua com a natureza. Na apropriação deste meio se constrói os territórios da pesca. Esta apropriação, segundo MALDONADO (1988), é

mediada pelo “ ... *nível tecnológico do instrumental pesqueiro e sobretudo pelo conhecimento do meio marítimo que cada grupo constrói e desenvolve na sua atuação frente a natureza ...* “ .

Quanto ao conhecimento do espaço marítimo produzido por pescadores, SILVA (1993) nos oferece uma síntese do depoimento de Mestre Alfredo, jangadeiro aposentado de Olinda que relata a existência de 9 áreas de mar entre a linha da praia e a borda da plataforma continental, cada qual definido pela profundidade e pelo tipo de fundo, revelando a apropriação da natureza pelos pescadores e a delimitação de áreas no meio marinho, conforme já tivemos oportunidade de discutir.

Nas palavras de um pescador cearense " Cada palmo desse mar tá marcado na cabeça do pescador ", revelando o conhecimento acumulado no trabalho da pesca.

A questão da territorialidade pesqueira fornece elementos para uma discussão mais ampla a respeito da propriedade dos recursos. Visto em um primeiro plano como recursos comuns e de acesso ilimitado, a apropriação de territórios pesqueiros por parte de pescadores leva a criação de mecanismos que regulam o acesso aos pesqueiros. CORDELL (1983), analisando as pescarias baianas revela diferentes maneiras do indivíduo se inserir na comunidade e daí ter acesso aos seus territórios de pesca, sendo o compadrio uma destas instâncias. O mesmo autor fala na lei do respeito, como reguladora do acesso aos pesqueiros nas localidades que estudou.

Esta questão fornece ainda elementos para discussões na esfera do Direito, reconhecendo ou não práticas comunitárias de exercício do direito e formas próprias de sanções que caracterizariam os territórios de grupos de pescadores, desde que reconhecidos em outras esferas da sociedade.

4.2. PROPOSTAS TERRITORIAIS DE GESTÃO DAS PESCARIAS

Propostas de gestão territorial das pescarias passam a compor o rol de propostas do movimento de pescadores.

“ *A criação de áreas exclusivas para a pesca artesanal como forma de garantir a reprodução das espécies e reposição dos estoques pesqueiros* “ (MONAPE, 1991). Surgida no 5. Encontro de Pescadores do MONAPE, realizado em Olinda, 1991, esta proposta abrange uma série de reivindicações particulares. Representa a delimitação de um território para pequenos pescadores, uma reivindicação que tem origem no conflito entre formas distintas de produção pesqueira.

Em Workshop realizado em 1991, em Belém, promovido pela Associação Brasileira de Antropologia, foram elaboradas propostas para a proibição do arrasto de camarão na foz do Amazonas e da piramutaba no estuário do mesmo rio, na tentativa de fixar marcos territoriais para a atuação das frotas empresariais (FURTADO, 1993).

No encontro de Óbidos-PA, realizado em 1984 é reivindicada: “... *uma demarcação de áreas pesqueiras por parte da SUDEPE, onde a pesca artesanal possa ter seu livre curso (...) com vistas a se criar ou estimular a instalação de reservas permanentes e/ou sazonais como meta de preservação dos recursos da natureza e reprodução social da população envolvida no processo.* “ (FURTADO, 1993).

Esta proposta é muito próxima da surgida em Olinda 7 anos depois e também da presente na Conferência dos Trabalhadores da Pesca, realizada em Roma em 1984, por iniciativa da FAO, onde estava contemplado em suas recomendações: “*Reservar e proteger para a pesca artesanal as águas litorâneas e quaisquer zonas que dêem acesso a elas*“.

Esta proposição também está presente nas propostas dos encontros realizados em São Sebastião, entre 1990 e 1994 por iniciativa do Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma em conjunto com outras entidades. Nestes encontros áreas mais específicas são objeto de reivindicação para a pesca artesanal, como por exemplo, a proteção de enseadas e baías contra a pesca de arrastos, traineiras e parelhas, a proteção do entorno das ilhas habitadas contra o arrasto e a pesca submarina, o balizamento marinho de um trecho de ilhas e enseadas contra a pesca predatória e a cobrança para que a legislação, que delimita uma distância mínima para as operações de arrasto, seja cumprida (PCSSTA, 1990, 1993 -

PCSSTA/PPCAUB, 1990 PCSSTA/CEMAR, 1992 - PCSSTA/NUPAUB-USP/FSSI, 1994).

A Colônia de Pescadores Z-14 de São Sebastião, talvez tenha sido uma das pioneiras em propor um território exclusivo para os pescadores artesanais deste município. No início dos anos 90 a diretoria desta Colônia encaminhou à Câmara Municipal um requerimento para estabelecer um balizamento marinho apontando as áreas vedadas à pesca de arrasto de portas. O processo não teve o apoio do município comprometendo o andamento nas esferas de decisões federais - IBAMA e Capitania dos Portos, enfraquecendo o movimento desencadeado pelos pescadores.

Surgidas em fóruns distintos e distantes, essas propostas apontam para uma dimensão das pescarias pouco trabalhada pela Geografia - a da territorialidade da atividade pesqueira e dos conflitos subjacentes a esta territorialidade.

Em uma outra dimensão, essas propostas constatam que o território da chamada pesca artesanal está sendo invadido por outras, e mais recentes, formas de exploração do pescado, como a pesca industrial e mesmo por outras atividades econômicas, como o turismo.

Na verdade esses conflitos são bastante antigos, sendo já registrados em 1913 entre arrastões da Empresa de Pesca de Santos e pescadores de Pedra de Guaratiba (SILVA, 1998). Próximo a esta localidade, na Baía de Sepetiba, porém em anos mais recentes, COSTA (1992) descreve um processo de conquista de um território pesqueiro por pescadores de rede, em embate contra a pesca de arrasto.

Tratam-se de conflitos entre formas de organização da produção pesqueira, onde as mais recentes passam a ocupar territórios construídos pelas anteriores, comprometendo a reprodução dessas últimas. Embute ainda conflitos entre lógicas produtivas diferenciadas, que apontam para a sustentabilidade ou não dos recursos pesqueiros.

Visto desse ângulo, temos a pesca artesanal, compatível com a preservação dos recursos pesqueiros, sendo expropriada de seu território e do seu pescado por formas empresariais e industriais de pesca. De fato este é um fenômeno fortemente presente no interior da atividade pesqueira no Brasil e também em outras partes do mundo, porém a disputa por territórios e recursos pesqueiros ocorre também no interior da pequena pesca.

Estas disputas foram observadas no litoral norte paulista. Pescadores de cerco flutuante disputavam com pescadores de rede a rota dos cardumes; pescadores de camarão

7 barbas disputavam com pescadores de cerco flutuante e de rede as mesmas áreas de pesca. Conflitos que revelam diferentes concepções de apropriação do recurso pesqueiro.

A existência de um quadro normativo que incide sobre a atividade pesqueira reforça, em parte a territorialidade e os conflitos pela apropriação dos recursos pesqueiros.

A legislação determinando formas de captura predatórias, períodos de defeso, áreas permitidas ou vedadas para determinados tipos de pesca, cria uma territorialidade legal e acaba criando duas fontes de conflitos. A primeira com os pescadores em geral que, muitas vezes, discordam das restrições impostas pela legislação e a segunda com pescadores de localidades onde a legislação não é cumprida, acarretando a invasão de áreas vedadas a pesca de arrasto pelos grandes arrastões, por exemplo.

Territórios construídos, invadidos, em formação, reconhecidos ou não, em conflito. É grande o leque que se abre para uma análise em Geografia que caminhe para desvendar este aspecto da atividade pesqueira, em especial se levarmos em consideração que na construção dos territórios de pesca processos sociais e naturais não se dissociam.

4.3.PRÁTICAS COMUNITÁRIAS DE GESTÃO DAS PESCARIAS

Podem ser destacados dois exemplos onde a questão territorial nas pescarias é bastante proeminente, sendo inclusive criados instrumentos de controle por parte das comunidades envolvidas.

Pescadores amazônicos, através de "Acordos de Pesca", buscam o manejo dos recursos pesqueiros dos lagos amazônicos proibindo modalidades predatórias de pesca, restringindo áreas e épocas para a pesca e ainda estabelecendo normas diferenciadas para a pesca de subsistência e a pesca comercial, vedando o acesso de determinadas áreas e lagos a esta última.

Esses "Acordos de Pesca" revelam a construção de um instrumento coletivo de gestão do território destas comunidades, ainda que caiba ao Governo Federal o estabelecimento das legislações pesqueiras. Revelam ainda uma prática alternativa de direito e uma forte coesão do grupo envolvido no cumprimento dos acordos.

Nas palavras de Leitão (1996) *"esses acordos representam a organização dos pescadores na tentativa de mediar os conflitos que o poder governamental, na falta de diretrizes, recursos ou funcionários, não resolve"*. A mesma autora, citando Furtado,

considera que *"os conflitos e a escassez do pescado são vividos por todos e são refletidos coletivamente". " Daí surgem as ações ou estratégias que vêm adotando no sentido de garantir sua subsistência e preservar os recursos naturais para este fim" (FURTADO, 1994 apud LEITÃO , 1996).*

Para MCGRATH et al (1993), referindo-se ao manejo dos lagos amazônicos, *"Embora existam muitas questões que precisam ser respondidas antes que uma avaliação definitiva da reserva de lago possa ser feita, o conhecimento, a experiência e iniciativa das comunidades ribeirinhas constituem um recurso de imenso valor no desenvolvimento de um programa regional de gerenciamento pesqueiro".*

Em uma outra região e realidade pesqueira, iremos também encontrar formas comunitárias de gerenciamento da pesca. No litoral leste do Ceará, pescadores artesanais de lagosta criam seus regulamentos próprios de pesca.

Na Prainha do Canto Verde - CE, através de assembléias, a comunidade estipula as regras válidas para o uso do mar pela comunidade, transcritas nos documentos a seguir (Figuras 11 e 12). Nesta comunidade, as questões "de terra" também são tratadas coletivamente, organizando grupos e conselhos comunitários voltados as questões sociais , econômicas e ambientais que atingem a comunidade.

Também no Ceará, na praia de Redonda - Icapuí, iremos encontrar formas coletivas de uso do mar e resistência frente a pesca predatória de lagosta. Nesta localidade, de forte coesão social, conflitos graves envolvendo pescadores artesanais e pescadores de empresas de captura de lagosta, resultaram em mortes de pescadores e apreensão de embarcações empresariais que empregavam compressores na pesca de lagosta.

A partir destes conflitos e após várias denúncias, os pescadores ratearam a compra da embarcação Monsenhor Diomedes para fiscalização da pesca predatória em frente às suas áreas tradicionais de pesca e na faixa leste do litoral cearense, forçando acordos de fiscalização com o IBAMA e assumindo parte dos custos desta operação. Essa fiscalização conjunta teve momentos de bom funcionamento, ampliando a área de fiscalização, porém teve momentos de retrocesso, fruto de divergências com o próprio IBAMA, que passava a fazer cada vez mais exigências no aparelhamento da embarcação para poder sair com os seus fiscais.

Esta experiência reforça a questão de uma territorialidade pesqueira gerida por um grupo de pescadores e reconhecida, através da participação do IBAMA, pelo Estado e demais esferas da sociedade.

Em Redonda também foram instituídos regulamentos coletivos para a pesca da lagosta, chegando a existir instâncias de julgamento e punição dos membros da comunidade que infringiram os regulamentos, chamados de Tribunais de Praia, com níveis de apelação diferenciados, como o Conselho e a Assembléia Geral.

Nas palavras de uma liderança comunitária de Redonda, o vereador Raimundo Bonfim - Camundo, o Tribunal de Praia : " Foi uma experiência riquíssima que nós vivemos aqui na comunidade de Redonda, que eu vou levar pra vida toda essa história né? ", ainda segundo ele, " Sempre que acontece um problema que a gente tem dificuldade de resolver, sem a história do tribunal, o pessoal levanta a bandeira : não vamos voltar pro tribunal? vamos volta ao tribunal?".

Estas experiências revelam formas comunitárias de organização e criação de instrumentos de gestão das pescarias, que pressupõe o domínio sobre uma parcela do mar. A presença destes instrumentos de gestão, sugere que a apropriação histórica do território em questão, lhes dá legitimidade para estabelecer normas e princípios de uso desta porção do espaço, reconhecidos pela comunidade e susceptíveis de sanções. Seria a expressão de uma gestão comunitária por sobre um território pesqueiro.

Estas premissas compõem a base de instrumentos de gestão que reconhecem o papel das comunidades, suas formas de organização, apropriação do espaço e construção de territórios, como modelos para serem implantados na gestão dos recursos naturais. Revelam ainda a necessidade de se reconhecer a propriedade comunitária dos recursos naturais e de suas distintas formas de apropriação.

FIGURA 11 - REGULAMENTO INTERNO DOS PESCADORES DA PRAINHA DO CANTO VERDE - 1997

FIGURA 11 - REGULAMENTO INTERNO DOS PESCADORES DA PRAINHA DO CANTO VERDE - 1997

PESCADORES DE PRAINHA DO CANTO VERDE CRIAM REGULAMENTO INTERNO PARA PESCA DA LAGOSTA 1997

1. HORARIO DE SAIDA PARA O MAR 3:00 DA MANHA
2. QUEN NÃO CUMPRIR A TRIPULACAO SERA SOSPENSADO DA PESCA PARA 15 DIAS
3. DIA 01-05-97 PODERA BOTAR MATERIAL NO MAR
4. SA PODERA ENTREGAR DECA NO DIA QUE FOR PARA O MAR
5. a) BOMBO DE MATERIAL NO MAR, SE FOR PEGO EM FLAGRANTE A TRIPULACAO SERA SOSPENSADO DURANTE 1 MES E VERA 01 DIA PARA TRAZER O MATERIAL PARA TERRA
- b) DENUNCIAS DE BOMBO DE MATERIAL SERAO INVESTIGADO PELA COMISSAO DE PESCA E JUSTICA. A COMISSAO DECIDIRA SE O DENUNCIADO FOR CULPADO OU NAO E A ASSEMBLEIA DOS PESCADORES DEVERA APROVAR A DECISAO DA COMISSAO NO PRADO MAIS BREVE POSSIVEL
6. QUEN ENCONTRAR MATERIAL PERDIDO DEVERA AVISAR O BOMBO OU TRAZER O MATERIAL PARA TERRA
7. DE CADA JANGADA SERA DESCONTADO 1/2 KG DE LAGOSTA POR SEMANA PARA AJUDAR NA FISCALIZACAO DO BOMBO NUMEROSOM DIOMEDICI
8. A MALHA DA CANCAINHA (MANEIRA) E DE 5cm (COM TOLERANCIA maxima de 1mm). QUEN FOR PEGO PESCANDO COM MATERIAL NUNDO SERA SOSPENSADO DA PESCA DURANTE 1 MES
9. LAGOSTA NUNDA EM PEQUENAS QUANTIDADES SO SE FOR COCIDO OU CONGELADO, PARA EVITAR A COMERCIALIZACAO.
10. QUEN VENDER LAGOSTA NUNDA SERA SOSPENSADO DA PESCA DURANTE 1 MES
11. QUEN COMPRAR LAGOSTA NUNDA NA PRAINHA DO CANTO VERDE SERA DENUNCIADO AO INAMA E NA POLICIA CIVIL.

ESTE REGULAMENTO FOI APROVADO EM ASSEMBLEIA PELOS PESCADORES DA PRAINHA DO CANTO VERDE - 08/03/1997 PARA SUBSTITUIR O REGULAMENTO DE 1996.

ASSEMBLEIA DOS PESCADORES DE PRAINHA DO CANTO VERDE, BEBERIBE

FIGURA 12 - REGULAMENTO INTERNO DOS PESCADORES DA PRAINHA DO CANTO VERDE – 1998

FIGURA 12 - REGULAMENTO INTERNO DOS PESCADORES DA PRAINHA DO CANTO VERDE - 1998

ASSEMBLÉIA DOS PESCADORES DE PRAINHA DO CANTO VERDE reunidos em assembleia extraordinária no dia 28 de agosto de 1998, aprovam por voto a favor da grande maioria o seguinte regulamento de pesca:

- o acesso ao mar é livre para todos
- não existe propriedade exclusiva no mar
- somente a Capitania dos Portos poderá conceder concessão exclusiva para pescarias marcadas
- tocos, recifes artificiais ou qualquer outra estrutura natural ou artificiais serão acessível para todos os pescadores

O regulamento terá valor para todos os pescadores, incluindo aqueles que não participaram da Assembleia. Ficará a cargo do Capataz de informar os pescadores pessoalmente.

Os pescadores ainda resolveram que aqueles que não tem tocos ajudarão na confecção de recifes artificiais, assim justificando o direito de acesso a todas as pescarias.

- esta regra já foi apoiado pela Capitania dos Portos em 1996 e poderá ser registrado em Cartório para maior efeito; embora para efeito legal não seja necessário, já que o regulamento tem respaldo em lei federal.
- infrações contra o regulamento por pescadores de outras praias deveriam ser levado a conhecimento do Capataz daquela praia e do Presidente da Colônia dos Pescadores Z 11 em Beberibe.

Prainha do Canto Verde, 28 de agosto de 1998

4.4.AS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS

No âmbito da legislação nacional, as Reservas Extrativistas, consistem em figuras jurídicas que contemplam em parte as premissas citadas na seção anterior. Surgida na luta dos seringueiros amazônicos esta categoria de uso do espaço é assim definida por Chico Mendes (1989):

"Descobrimos que para se garantir o futuro da Amazônia era necessário criar a figura da reserva extrativista como forma de preservar a Amazônia, mas como forma econômica, como proposta econômica ao mesmo tempo. Esta é uma discussão que ainda tem que ser aprofundada mais um pouco. Agora o que nós pensamos inicialmente? Nós entendemos, os seringueiros entendem, que a Amazônia não pode se transformar num santuário intocável. Por outro lado, entendemos também, que há uma necessidade muito urgente de se evitar o desmatamento que está ameaçando a Amazônia e com isto está ameaçando até a vida de todos os povos do planeta. A gente pensou inicialmente em criar esta alternativa de preservação da floresta, mas uma alternativa ao mesmo tempo econômica. Então pensamos na criação da reserva extrativista.

O que nós queremos com a reserva extrativista? Que as terras sejam da União e que elas sejam de usufruto dos seringueiros ou dos trabalhadores que nela habitam, pois não são extrativistas só os seringueiros. Nessa região o seringueiro é ao mesmo tempo castanheiro, mas em outras regiões tem o castanheiro, tem os trabalhadores do babaçu, tem outras espécies de trabalhadores extrativistas, o pessoal que trabalha com a juta, enfim, tem várias espécies de trabalhadores extrativistas na Amazônia"

Esta categoria foi incorporada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação e posteriormente expandida para o mundo das águas, em especial das águas marinhas, com a criação em 1992 da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, em Santa Catarina, e mais recentemente, com a criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo-RJ em 1997.

O gerenciamento destas reservas pressupõe a criação de Associações, onde os próprios produtores estipulam seus Planos de Utilização das reservas, além de assumirem a postura de fiscais colaboradores para realizar a tarefa da fiscalização no território da reserva. Nos planos de utilização estão prescritas as modalidades de pesca permitidas e proibidas, além das áreas onde a pesca pode ser realizada e as sanções aos infratores.

O Plano de Utilização da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé considera os extratores como co-autores e co-gestores na administração da reserva, condicionando a entrada dos extrativistas que moram fora da reserva à aprovação da associação que representa os extratores e do IBAMA. Nesta reserva foi desenvolvido um apetrecho de captura de berbigões que preserva este molusco, a medida que a malhagem das telas de captura são dimensionadas para capturar indivíduos que já passaram pelos ciclos reprodutivos.

Apesar de tratarem-se de formas recentes de uso do espaço, as reservas extrativistas marinhas convivem, por vezes de maneira conflitante, com outras modalidades de uso do espaço. Assim, na Costeira de Pirajubaé, foi realizada uma grande obra de dragagem de areia e construção de um aterro para expandir o sistema viário de Florianópolis, ligando o centro da cidade ao sul da ilha de Santa Catarina, destruindo parte dos bancos de areia que compunham os ecossistemas protegidos pela reserva e de onde os produtores extraíam o berbigão, recurso básico da exploração dos pescadores da reserva.

Mesmo com estas contradições, as reservas extrativistas representam uma modalidade que garante o uso por parte dos pescadores dos recursos naturais de seu interior, partindo de normas estabelecidas por eles próprios, ainda que a propriedade pertença ao Estado. Esta categoria de Unidade de Conservação tem sido levada como alternativa para outras áreas pesqueiras e pode ser considerada ainda um instrumento territorial na gestão das pescarias.

4.5. A AQUICULTURA

Questões recentes relativas a territorialidade na pesca relacionam-se ao desenvolvimento da aquicultura. Esta atividade, e mais especificamente a maricultura, pressupõe uma concessão do espaço marinho para a realização do empreendimento em qualquer escala. Ocorre, que nem todas as áreas são propícias aos cultivos marinhos e, aquelas que o são, já vem sendo disputadas por pescadores e empresas interessadas na maricultura como investimento.

Outro fato, é que algumas áreas requeridas para o desenvolvimento da maricultura, acabam resultando em áreas “tampões”, servindo para impedir o acesso à praias privatizadas.

A sobreposição das áreas de cultivo aos espaços de trabalho de pescadores poderá resultar em uma nova fonte de conflito na apropriação dos recursos pesqueiros.

No desenvolvimento da maricultura, uma polêmica se estabelece com relação ao desenvolvimento da carcinocultura marinha. A implantação das fazendas de camarão sobre ecossistemas explorados por pescadores artesanais representa a apropriação privada destas áreas, impedindo o acesso dos demais produtores gerando uma nova fonte de conflito para os pescadores.

Por outro lado, a maricultura e a aquicultura em geral, pode significar uma alternativa econômica para pescadores e suas comunidades e tem mostrado resultados positivos nas áreas em que é implantada junto a estes sujeitos sociais. Algumas experiências tem sido engendradas junto a pescadores artesanais ao longo dos rios, represas e do litoral brasileiro, pode-se afirmar que se trata de uma atividade em crescimento e com um futuro promissor.

A maricultura representa uma outra modalidade de apropriação dos recursos marinhos e explicitam uma apropriação territorial do mar por parte de indivíduos, grupos ou empresas. Representa ainda, de acordo com o recurso cultivado, uma forma não predatória de uso dos recursos. Segundo um maricultor catarinense :

"Olha Eduardo, pra mim é uma grande diferença. Porque tu aprendeu a usar o meio ambiente sem, como é que se diz, depredar ele, né? Tu pra exercer essa profissão tu teve que aprender a ser educado, não? Queira ou não tu queira, tu sendo pescador, por mais consciente que tu seja, tu é um extrativista, tu vai pegar aquilo que tu não plantou, que tu

não viu nascer. (...) Então, pra quem era extrativista e hoje usa o meio ambiente de racional, de forma racional sem depredar ele, já é uma grande vantagem. Porque tu vê que a vantagem da maricultura aqui na nossa região, que várias espécies tinham sido totalmente extinta, hoje, se tu quiser matar peixe tu vai ali cerca uma estrutura daquela ali tu tira 200, 300 quilos de peixe por noite, né? Próximo de nós voltou a aparecer um monte de espécie, a ser o maior viveiro de espécie que há mais de cinco, seis anos não tinha mais. Então foi uma grande vantagem, tu aprendeu a usar o meio ambiente sem destruir, né? Uma grande vantagem."

QUEIRÓZ - Santo Antonio de Lisboa - SC

No cenário brasileiro, a maricultura e em especial o cultivo de moluscos bivalves encontra-se bem desenvolvida no Estado de Santa Catarina, alcançando em 1996 a produção de 5.202 toneladas de mexilhões e 81.570 kg de ostras, sendo os produtores predominantemente pescadores artesanais (EPAGRI, 1998). Neste Estado as áreas propícias ao cultivo são delimitadas em parques aquícolas, cujo gerenciamento é realizado pelas Associações de Maricultores.

Experiências recentes de implantação da maricultura junto a pescadores, tem sido realizadas na Ilha Grande-RJ e litoral sul do Espírito Santo, por iniciativa dos poderes locais e financiamento do PED- Projetos de Execução Descentralizada do Ministério do Meio Ambiente.

Na Ilha Grande, o Projeto Desenvolvimento Sustentado da Ilha Grande, implementado pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, teve como objetivo desenvolver o cultivo de moluscos bivalves junto aos pescadores artesanais desta localidade. Em três anos de trabalho, 23 parques de cultivo foram instalados, junto a cerca de 30 famílias, gerando uma produção de mais de 30 toneladas de mexilhões e 1000 dúzias de coquiles (vieiras).

Atualmente, o Ministério da Agricultura, através do DPA - Departamento de Pesca e Aquicultura, tem fomentado o desenvolvimento da aquicultura, a partir, entre outras ações, da seleção das áreas propícias aos investimentos, criando os Parques Aquícolas e programas específicos como o voltado às Cadeias Produtivas.

A aquicultura apresenta-se assim, como uma modalidade territorial de uso do mar, cujo ordenamento deverá observar os usos que os pescadores realizam, de modo a não se configurar como mais uma fonte de conflito para o setor da pesca artesanal. Representa

também uma possibilidade de incorporação dos pescadores em uma nova atividade, desde que resguardado seus territórios de pesca.

4.6. A TERRITORIALIDADE DO ESTADO NACIONAL

O ordenamento para a exploração da Zona Econômica Exclusiva, situada entre as 12 e 200 milhas náuticas deliberado na Conferência das Nações Unidas para os Direitos do Mar, realizada em 1982, representa um outro nível da questão territorial na pesca.

Situada a meio caminho entre o livre acesso e o domínio territorial do Estado Costeiro, esta modalidade territorial, pressupõe Direitos de Soberania ao Estado Costeiro, mediante o cumprimento dos acordos internacionais.

A questão que se coloca é a de quais acordos serão firmados para a exploração dos recursos pesqueiros desta zona, uma vez que cabe ao Estado Costeiro levantar o seu potencial pesqueiro desta área que se estende das 12 as 200 milhas marítimas e definir cotas de exploração, que podem ou não ser divididas com outras nações.

É a partir destas deliberações que o Governo Brasileiro tem empreendido o Projeto REVIZZE - Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva, a partir de meados dos anos 90, na tentativa de inventariar os recursos pesqueiros desta porção do espaço marinho.

Ocorre que, como já foi frisado, a maioria dos recursos comercialmente explorados, encontram-se em situação crítica de exploração, sendo premente a necessidade de diversificação das capturas, que invariavelmente deverão ocorrer neste espaço marinho. Realizar acordos com outras nações para a exploração destes novos recursos, pode significar fechar as possibilidades para a pesca nacional se expandir.

Uma outra questão refere-se a existência de pesca nestas áreas, realizadas tanto por pescadores artesanais como por empresas, que carecem de investimentos e políticas para a renovação de suas frotas ou estruturas de conservação do pescado. Cabe neste momento, suspender qualquer tipo de acordo com outras nações para a exploração da ZEE, até que a pesca nacional possa ser competitiva na busca destes novos recursos ou na exploração, em áreas mais distantes, dos recursos já existentes.

Neste sentido o conceito de pesca rápida pode ser empregado, em especial nas áreas onde a pesca artesanal atua em largas distâncias em mar alto. Segundo um pescador

capixaba, criado na pesca dos peixes nobres dos recifes e pesqueiros do norte do Espírito Santo e sul da Bahia, isto significa

:

"No peixe nobre de alto-mar, que seria o badejo, seria o dourado, seria o chermé, seria a garoupa, nós temos uma riqueza muito grande em alto-mar, que os barcos que nós temos num é preparado para ir a alto-mar buscar esse pescado. Tinha que ser barco com câmara fria nos porões e barcos, podemos dizer, veloz, que era barco que podia numa viagem que a gente ia gastar aí quatro, cinco horas, é um barco pra fazer em meia hora de viagem, pra poder o pescador ir lá pescar, capturar e trazer o seu pescado em terra com tempo adequado."

BI - Conceição da Barra - ES

Trata-se neste caso de afirmar uma outra escala da territorialidade marinha. A escala do Estado e seu território, que deverá por ele ser gerenciado tendo por pressuposto os interesses da Nação. É importante frisar que ocorrem no meio pesqueiro várias denúncias de invasão de espaço marinho por embarcações estrangeiras, ocorrendo casos de apreensão de embarcações venezuelanas no norte do país (JORNAL DO DIA, 1998). O oposto também ocorre, com embarcações brasileiras sendo apreendidas nas águas uruguaias, por exemplo.

A análise das diferentes territorialidades presentes no universo pesqueiro - dos grupos de pescadores, da legislação, das concessões da aquicultura, do Estado Nação, revela a importância que esta categoria assume enquanto um elemento de gestão das pescarias, por vezes relegada, dada à fluidez do meio aquático. Serão relatadas a seguir algumas experiências chilenas relativas a esta temática.

4.7.CHILE : UMA BASE DE COMPARAÇÃO

Esta seção destina-se a relatar uma experiência internacional de gestão de pescarias de modo a contribuir para a reflexão sobre um modelo de organização da atividade pesqueira que contemple o desenvolvimento da chamada pesca artesanal e envolva questões relativas à territorialidade das pescarias.

Para tanto será analisado o caso chileno com maior detalhamento. Este país contempla em sua legislação um espaço marinho destinado à pesca artesanal, inaugurou recentemente uma modalidade de manejo denominada Áreas de Manejo de Recursos Bentônicos, além de possuir diversas formas de cultivos marinhos.

A legislação chilena considera pesca artesanal aquela exercida por natural do país que de forma pessoal, habitual e direta trabalha como pescador artesanal. Distingue as categorias de armador artesanal, mariscador, alguero e pescador artesanal e considera ainda a possibilidade da pesca artesanal ser exercida por pessoa jurídica, desde que as firmas sejam compostas por pescadores artesanais. Considera artesanais embarcações de até 18 metros de comprimento e 50 toneladas de arqueação bruta.

A Ley de Pesca y Acuicultura chilena, em seu artigo 47 prevê: *Resérvase a la pesca artesanal el ejercicio de las actividades pesqueras extractivas en una franja del mar territorial de cinco millas marinas medidas desde las líneas de base normales, a partir del límite norte de la República y hasta el paralelo 41°28,6' de latitud sur, y alrededor de las islas oceánicas*

Apesar de reservar este território à pesca artesanal, a legislação chilena abre a possibilidade de "perfurações" da frota industrial neste espaço, nas áreas onde não haja presença significativa da pesca artesanal, abrindo precedentes para que as empresas atuem nestas áreas. Este instrumento, segundo a Confederación Nacional de Pescadores Artesanales de Chile - CONAPACH (1996), subsidia a pouca eficiência da frota industrial em pescar em áreas mais distantes.

Ainda de acordo com o CONAPACH, esta área deve ser objeto de esforços para o desenvolvimento da pesca artesanal em bases sustentáveis e não somente um espaço de reserva. Neste sentido em 1996, foi acordado a suspensão dos arrastos realizados por pescadores artesanais no espaço das 5 milhas.

A presença deste território e a possibilidade de atuação dos pescadores artesanais na gestão desta área, permitem a mudança de alguns eixos de ação em especial a discussão da questão do acesso aos recursos pesqueiros, a questão do manejo de áreas substituindo o manejo por espécies, a questão da co-administração de recursos comuns e a ampliação dos mercados e padrões de consumo para o pescado chileno.

As concessões para a aquicultura representam uma segunda forma de territorialidade na administração das pescarias chilenas. A produção aquícola chilena em 1997 foi de 375.113 toneladas, realizada por 948 centros aquícolas, com uma produção de 66,18% de peixes, 6,42% de moluscos e 27,4% de algas (SERNAPESCA, 1998).

Esta produção é realizada tanto por grandes empresas, quanto por pescadores artesanais e suas organizações. Ocorre neste caso, como no Brasil, a disputa pelos espaços de produção aquícola. A Ribera Norte do Rio Maullin, na X Region, foi palco de conflitos entre os pescadores e produtores de algas artesanais, com empresas e universidades pelas áreas de cultivo, sendo que estas últimas tinham áreas sobredimensionadas e sobrepostas às parcelas de cultivo dos pescadores. Vale lembrar que algumas áreas no sul do país estão tomadas por empresas aquícolas.

Uma terceira modalidade de territórios pesqueiros neste país, consiste nas Áreas de Manejo de Recursos Bentônicos, um espaço concedido às organizações de pescadores para a exploração e manejo dos recursos pesqueiros.

De acordo com o documento apresentado no Taller sobre Assignacion de Recursos Pesqueros, realizado pela FAO no ano de 2000:

"El Régimen de Areas de manejo consiste fundamentalmente en asignar un sector de la costa y los recursos ahí existentes a una organización local de pescadores artesanales, legalmente constituida, para que esta realice una explotación controlada y sustentable del lugar, sujeto a diversas normas orientadas a este objetivo.

Para poder solicitar una de estas áreas, las organizaciones de pescadores deben presentar un completo proyecto, donde se definen actividades de evaluación directas de los recursos principales, manejo y una explotación controlada y planificada de los recursos existentes (esta última etapa depende de los resultados obtenidos en las actividades de evaluación previas). Para poder cumplir con estos requisitos, se debe contar con una Institución Técnica calificada (Universidad, Instituto de Investigación u

otros) que elaborará y evaluará el proyecto de manejo y explotación de los recursos, que será ejecutado por los pescadores.

La solicitud se divide, fundamentalmente, en dos etapas:

1) En primer lugar, el postulante, una vez que su solicitud ha sido aprobada por la Subsecretaría de Pesca, debe realizar, en un plazo de 120 días, una evaluación del área cuyo objeto es describir el sector y la comunidad bentónica existente, cuantificar las especies principales y caracterizar el tipo de fondo. Se le denomina "Estudio de situación base del área (ESBA)".

2) Al término del ESBA, y en base a los resultados obtenidos, el postulante debe presentar un plan de actividades de evaluación directa, manejo y explotación sustentable que pretende realizar, lo que se llama "Plan de manejo y explotación del área".

Si el Plan de manejo es aprobado por la Subsecretaría de Pesca (mediante Resolución, publicada en el Diario Oficial), el Servicio Nacional de Pesca, entrega el área de manejo a la organización de pescadores mediante un Convenio de uso por 4 años. Si el convenio es evaluado positivamente en los informes de control se puede renovar indefinidamente por sucesivos períodos de 4 años, los que a partir de la primera renovación tienen un costo de 1 UTM (US\$ 49,32) por Hectárea "(FALCÓN, 2000)

Até o mês janeiro de 1999 havia 1 área de manejo com convênio de uso firmado; 4 com planos de manejo aprovados; 2 com ingresso do plano de manejo; 30 com Estudos de Situação Base - ESBA aprovados; 2 com ingresso na Sub-secretaria de pesca dos Estudos de Situação Base; 118 com decreto aprovando as áreas como áreas de manejo; 40 em confecção do decreto e 88 em processo com pendências de varia naturezas, totalizando 285 setores solicitadas (SERNAPESCA, 1999).

No ano de 1999, tive oportunidade de visitar algumas localidades em que estavam sendo implantadas as Áreas de Manejo. A criação destas áreas tem sido encarada como positiva por parte dos pescadores, entre outros motivos por possibilitar a regulamentação do uso dos recursos, a participação dos pescadores na gestão, uma certa estabilidade de rendimentos e o planejamento das atividades de captura e comercialização.

Esta modalidade de uso dos recursos, com uma forte componente territorial, pode ser encarada como um modelo para concessão de recursos às organizações de pescadores e para a gestão das pescarias. Pescadores passam desta forma a conhecer, planejar e explorar os recursos tendo em vista aspectos como a sustentabilidade, a co-administração, a distribuição dos rendimentos entre os associados de suas organizações e suas formas internas de organização.

Revela-se também uma outra forma de conhecimento dos recursos, visto que as organizações de pescadores através dos Estudos de Situação Base - ESBA, devem mapear e quantificar os recursos presentes nas áreas pretendidas. É certo que isto se torna possível devido à natureza destes recursos, que por serem bentônicos possuem pouca mobilidade, sendo passíveis de avaliação e planejamento de exploração.

Estes exemplos chilenos devem ser entendidos dentro do contexto do setor pesqueiro deste. Os números a seguir apontam para a ordem de grandeza das pescarias artesanais chilenas. Composto por cerca de 45.000 pescadores, o setor artesanal chileno responde por cerca de 12% das capturas do país, correspondendo a cerca de 760.000 toneladas, ou seja, algo como o total das pescarias brasileiras. Estes pescadores encontram-se organizados em torno de Confederações Nacionais, Federações Regionais e Sindicatos, Organizações Gremiais e demais organizações nos níveis das Caletas.

A importância do pescado na economia chilena também deve ser considerada, sendo este um dos principais setores da economia do país e gerador de divisas através da exportação de seus produtos.

Mesmo com estas características distintas, as modalidades de reserva de pesca artesanal e áreas de concessão para aquicultura e de exploração de recursos pesqueiros específicos para organizações de pescadores, podem vir a ser exemplos de medidas de estudo e aplicação para outros países.

5. O MOVIMENTO SOCIAL DE PESCADORES

Passarei a analisar a pesca enquanto uma atividade humana que representa uma modalidade de uso do espaço. Sua especificidade reside na articulação entre os meios aquático e terrestre, sendo que o primeiro comporta os processos de apropriação da natureza e o segundo significa os espaços de morada do pescador e o da realização do pescado enquanto mercadoria. Pode-se acrescentar ainda o meio aéreo, cujas manifestações interferem diretamente nas pescarias e o subaquático, caracterizando as pescarias como articuladora de um espaço tridimensional.

Como modalidade de uso do espaço, a atividade pesqueira interage com as demais formas que a sociedade produz e reproduz seu espaço. Neste sentido, não se coloca alheia aos processos de urbanização e industrialização acelerados e nem aos processos de degradação ambiental decorrentes do modo de produção hegemônico em sua etapa atual.

A atividade pesqueira interage ainda com as modalidades de uso dos espaços litorâneos e dos recursos hídricos em geral, as primeiras marcadas pela expansão da atividade turística e as segundas marcadas por uma discussão recente de privatização e remodelamento dos organismos de gestão das águas.

Frente a todos esses processos, pescadores defrontam-se com um amplo campo de embate e a politização de seu movimento alcança as discussões dessas questões, que envolvem seus espaços de vida, moradia e trabalho, seu espaço geográfico e seus territórios.

O objetivo nesta seção é o de destacar a emergência de um novo personagem social - os pescadores artesanais enquanto um movimento gerido no pós 64 e que ganha visibilidade em meados da década de 80.

Conforme já nos indicou SILVA (1988), pescadores exerceram papel ativo na abolição da escravatura, na Revolta dos Cabanos e em outros momentos considerados importantes da vida nacional. A historiografia recente resgatou parte desta história, em especial no Nordeste brasileiro com os trabalhos de CALLOU (1986) e SILVA (1989, 1991, 1993).

Ainda que o movimento de pescadores tenha uma temporalidade mais ampla, o corte proposto para a análise inicia-se em meados dos anos 80, tendo como marco o

seminário sobre Pesca Artesanal realizado em Brasília em 1985 e o chamado Movimento da Constituinte da Pesca iniciado em fins de 1984.

O que se apresenta como um dado novo é a visibilidade que, aos poucos, pescadores ganham como sujeitos sociais, como agentes principais de um modelo diferenciado de gestão das pescarias e como sujeitos políticos. Ao mesmo tempo pescadores artesanais vislumbram, ainda que de forma incipiente, uma articulação em nível nacional, formulando propostas para as políticas do setor e que englobam várias ordens de problemas, que serão em parte analisadas nas seções a seguir.

Como subsídio para a análise deste rol de propostas e ações do movimento de pescadores, é interessante refletir sobre as palavras de MARTINS (1989): *“Há uma diversificação interna das classes subalternas cujo desconhecimento empobrece a compreensão de suas lutas e de suas possibilidades históricas, porque omite os seus dilemas e suas debilidades. Um discurso que unifique retoricamente as classes subalternas não produz a unidade e a força reais dessas classes e grupos sociais. Ao contrário, mistifica-as e empobrece a interpretação de sua realidade”*.

Nesse sentido apreender as práticas formais e informais dos grupos de pescadores, suas ações legais ou a parte da legalidade, individuais ou coletivas, permitirá vislumbrar um modelo incipiente para a gestão das pescarias. Não constitui ainda uma bandeira de luta unificada, mas aponta para necessidades e anseios presentes no mundo da pesca e que comportam uma visão diferenciada para o setor, que luta por seu espaço político.

Ainda sobre as palavras de Martins podemos refletir sobre a questão do conceito de pescadores artesanais, conceito que certamente unifica uma grande diversidade de agentes presentes no setor pesqueiro e mesmo em seus organismos de representação. Daí talvez advenha a pouca visibilidade e mesmo o pequeno poder de pressão que esta categoria possui ante o restante da sociedade. Mantenho o conceito de pescador artesanal ou pequeno produtor pesqueiro, como um conceito que se define em oposição a uma outra modalidade de organização da atividade pesqueira - qual seja a pesca empresarial e industrial, atentando para a grande gama de situações que este conceito abarca.

Nas seções a seguir, procurarei retratar as demandas presentes no movimento social dos pescadores artesanais e algumas das propostas que surgem no interior da categoria para a resolução de seus problemas.

5.1.A QUESTÃO POLÍTICA

5.1.1.A POLITIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE PESCADORES - A CONQUISTA DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO

Na história recente do movimento de pescadores, a Constituinte da Pesca pode ser considerado um marco que deu visibilidade à categoria e alavancou os processos recentes da organização de pescadores. Surgida como decorrência da IV Assembléia Nacional dos Pescadores, em 1984, onde pescadores, agentes pastorais vinculados à Comissão Pastoral de Pescadores e técnicos do Centro Josué de Castro, discutiram a necessidade de transformação do Sistema de Representação da Categoria, este movimento mobilizou pescadores de todo o país, visando incluir seus direitos na nova Constituição que estava em elaboração nos anos 80.

Cabe aqui lembrar que este sistema compreende a Colônia de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional de Pescadores. Foi criado nos anos de 1920 por iniciativa da Marinha brasileira tendo por objetivo atrelar os pescadores a este organismo de Defesa e prepará-los para o novo mercado de trabalho que se configurava com a pesca mais moderna (SILVA, 1991) e teve ao longo de sua história uma marcada intervenção do Estado brasileiro nas esferas de representação dos pescadores. Um dos questionamentos dos pescadores, era justamente a ausência das colônias nas lutas da categoria.

Cabe lembrar ainda que o trabalho desenvolvido pela Pastoral dos Pescadores durante os anos 70, em plena ditadura, foi de fundamental importância para o início da mobilização dos pescadores, em especial no Nordeste e Norte brasileiros.

À época do lançamento da Constituinte da Pesca, o presidente da Confederação Nacional de Pescadores, como nos anos precedentes, era indicado pelo Ministro da Agricultura. Ocorre que nos ventos da Nova República este presidente, ainda que nomeado pelo Ministro, foi indicado pelos pescadores, estando comprometido com os anseios da categoria e formalizando o processo de convocação da Comissão Nacional Constituinte da Pesca em meados de 1985 (CONSTITUINTE DA PESCA, 1985).

Em outubro do mesmo ano foi organizado pela Confederação Nacional dos Pescadores, em Brasília, o Seminário da Pesca Artesanal, que teve participação de cerca de

400 pescadores de todo o país, além de técnicos de várias entidades e os organizadores do encontro. Na apresentação do programa do evento, os organizadores escrevem:

"No momento em que o nosso País abre suas portas para os reais caminhos da democracia, o Seminário da Pesca Artesanal surge como oportunidade ímpar para que os pescadores possam dar início à luta pela conquista de seu espaço, fazendo valer seus direitos.

Apresenta-se o evento com a finalidade de aproximar o pescador dos setores representativos do povo brasileiro de forma a proporcionar um amplo debate que permita consolidar as bases da Constituinte da Pesca, que deverá se traduzir em marco definitivo na história do pescador brasileiro."

Ainda que contando com a presença maciça de pescadores, a dinâmica do seminário previa exposições de 15 minutos sobre temas como: o Sistema de Representação Profissional de Pescadores, Legislação Pesqueira, Desenvolvimento Pesqueiro, Políticas Sociais e Previdência Social. Somente 3 minutos eram reservados para a participação dos pescadores, causando uma certa decepção entre estes, que mais do que ouvir, haviam se deslocado até Brasília para se fazerem ouvir. Esta situação perdurou até o último dia do Seminário, quando a presidência das mesas de trabalho foi assumida pelo pescador Antônio Gomes do Santos de Alagoas, dando voz aos anseios dos pescadores presentes.

Na avaliação da Comissão Pastoral dos Pescadores, *"apesar das falhas da programação e na dinâmica, o Seminário teve pleno êxito. Foi uma arrancada na nova caminhada dos pescadores que não podem nem querem mais ser meros ouvintes em Congressos, Seminários e reuniões das Colônias, mas que querem eles mesmos construir seu futuro."* (CPP,1985).

O Sr. Antonio Gomes do Santos - Toinho, foi um dos entrevistados ao longo desta pesquisa. Referindo-se ao Seminário e ao movimento da Constituinte da Pesca, assim se manifesta :

"O seminário foi no Irineu Ramos, no auditório dos deputados federais lá em Brasília. Uma base de setecentos, quase oitocentos pescadores. Ao todo tinha mais de 1000 pessoas entre deputados, senadores, técnicos e todo mundo queria nesse momento. E foi aí que os pescadores deram um grito muito forte e os deputados não esperavam o que aconteceu lá em Brasília. A partir daí as colônias começaram mais a se entusiasmar, os

pescadores e o que aconteceu no seminário, foi fantástico, pescadores como eu que saíram daqui levantar a voz lá em Brasília ..."

TOINHO - Penedo - AL

Instaurado o processo, a Constituinte da Pesca iniciava seus trabalhos através da escolha dos delegados estaduais, reuniões para elaboração das propostas, encontros e o trabalho de *lobby* junto aos deputados constituintes.

"Aí o que aconteceu: aconteceu que a gente então tinha que participar da constituição e pra participar da constituição tinha que fazer uma mobilização em todo Brasil. Então aqueles que estavam apoiando o movimento da pastoral começaram, então, a fazer reuniões, encontros e discutir as propostas sociais para ser colocada na constituição nacional. Convocava os vereadores na cidade, convocava os deputados estaduais, e federais e senadores no Estado, então era feito isso aí com a colônia, as propostas e no Estado, discutia as propostas e amarrava as propostas que fosse prioridade para levar e entregar aos deputados, principalmente os constituintes que abraçava a proposta para ir lá e defender. "

TOINHO - Penedo - AL

SILVA (1993), observa que o processo passou por alguns percalços, em alguns Estados não houve eleição dos delegados e os deslocamentos para as reuniões do movimento dificultavam a participação dos pescadores, que ainda contavam com opositores no próprio seio da categoria, como os presidentes das Federações de Pescadores de São Paulo e Pará, por exemplo, que boicotavam as propostas mais avançadas politicamente.

"...mas foi a luta nossa, dos sindicatos e dos presidentes de colônia que tiveram coragem e peito de passar como nós passamos, tá? Mais de três anos de luta, viajando diariamente, arranjando passagem com deputado de avião, outra hora ia de ônibus, dormindo nos birô da confederação."

TOINHO - Penedo - AL

Apesar das dificuldades o movimento da Constituinte da Pesca logrou expandir às Colônias de Pescadores os mesmos princípios que regem os sindicatos urbanos, a partir da

inclusão do parágrafo único, do Artigo 8º da Constituição Federal aprovada em 1988. Dentre eles, a livre associação, não interferência do poder público, autonomia, unicidade sindical, entre outros, marcando legalmente o fim da tutela sobre as Colônias de Pescadores.

Após esta conquista, os delegados presentes no VI Encontro da Comissão Nacional da Constituinte da Pesca, realizado em abril de 1988, já em fins do processo constituinte, decidiram pelo final do movimento da Contituinte da Pesca e, como estratégia para dar continuidade à mobilização dos pescadores atingida neste processo, instaurar um novo movimento com vistas a ampliar a luta dos pescadores em nível nacional - o MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores.

Certamente o saldo positivo desse processo sucintamente descrito, foi a emergência de um novo ator social, organizado em torno de propostas políticas elaboradas pelos próprios pescadores e seus organismos de apoio e que, talvez pela primeira vez, esboçaram uma abrangência nacional.

Do papel à realidade, o caminho da conquista e gestão democrática das Colônias de Pescadores é mais tortuoso. Ao passo que pescadores de algumas localidades conquistaram suas Colônias e Federações, democratizando os processos eletivos e gerindo-as de acordo com interesses legítimos da categoria, em outras situações predomina o poder do atraso, com interventores nomeados administrando estes organismos e interesses alheios à categoria indicando seus representantes legais.

Em 1996, o Movimento Nacional de Pescadores, trabalhava diretamente com 99 Colônias e 4 Sindicatos de Pescadores, mantinha contato com outras 23 Colônias e 37 Associações e apoiava 42 grupos de oposição para a conquista de novas Colônias. Mantinha ainda ligações com 3 Federações Estaduais de Pescadores e os movimentos de pescadores do Pará (MOPEPA), Ceará (MOPECE) e Maranhão (MOPEMA). Ainda que possa ser considerado um avanço no movimento dos pescadores, a concentração das ações do MONAPE no Norte e Nordeste do país e o fato de existirem mais de 3/4 de Colônias ainda por serem mobilizadas²⁵, demonstra as dificuldades para a articulação de um movimento em nível nacional (MONAPE, 1996),

²⁵ Segundo dados do próprio movimento de 1996, que apontavam para cerca de 400 Colônias de Pescadores existentes no país.

Segundo Marcos do Rosário um dos coordenadores do MONAPE durante a década de 1990, o movimento conseguiu ampliar a luta da categoria para vários estados, ampliando a discussão sobre a necessidade de transformação das Colônias. Teve porém dificuldades em ampliar o movimento para o sul do país, entre vários motivos, pela falta de alianças com outras entidades envolvidas com a questão dos pescadores artesanais.

Ainda assim, algumas ações encaminhadas pelo MONAPE, atingiram o nível nacional, além do reconhecimento do movimento como um interlocutor junto ao IBAMA para as questões referentes a pesca, tendo o MONAPE participado de reuniões para a discussão de portarias normativas do setor pesqueiro e participado no CNPT - Conselho Nacional para o Desenvolvimento de Populações Tradicionais, responsável, entre outras ações, pela implantação das Reservas Extrativistas.

A luta pela conquista das Colônias por parte dos pescadores teve em Santarém - PA, talvez o primeiro exemplo de sucesso ainda no ano de 1982, seguida pelo fortalecimento dos mecanismos democráticos de gestão, como a eliminação de associados não pescadores, criação de capatazias nas comunidades para uma maior aproximação entre Colônia e filiados, prática regular de assembléias.

A conquista, em 1986 da Colônia Z-10 de São Luiz do Maranhão foi contada em versos pelo poeta Francisco Nojosa, na poesia intitulada "Pescadores em Luta". Neste episódio, pescadores maranhenses se organizaram para tirar das mãos de um funcionário público a direção da Colônia Z-10.

Após destituírem o presidente que estava em situação irregular, os pescadores organizaram uma junta governativa, até a eleição que levou o Sr. Marcos do Rosário Pereira para presidente (o mesmo Marcos que viria a ser um dos coordenadores do MONAPE) . Segundo o poeta :

...Para 2 de fevereiro
a eleição foi marcada
os pescadores mais que nunca
nesta luta empenhados
porém com muito cuidado
evitando que o safado
fizesse outra enrolada

E os pescadores felizes
agora com mais potência
com companheiros nas praias
já bem mais conscientes

Se prepararam de montão
pois com a força da união
Marcos será presidente

O pelego e os tubarões
nem registrou sua chapa
mas, tentou desmobilizar
pros pescadores não votar
mais a força da união
os pescadores venceram
e eles ficaram na taca

Dia 2 de fevereiro
pescador contou vitória
com a eleição da Z-10
mas não estamos na glória
Temos muita luta na frente
a organização dos pescadores
vai ficar na história

Essa vitória é prá calar
a boca de muita gente
que não crê em nós pequenos
só crê no rico decente
muitas vezes é um explorado
que fica acovardado
e não vem lutar com a gente

E diga pros trabalhadores
que vivem subordinados
o exemplo dos pescadores
que unidos e organizados
fortalecem a luta maior
prá ter uma vida melhor
e não ser mais explorados

Assim como em Santarém, os primeiros trabalhos da nova diretoria foram direcionados ao fortalecimento da organização, no dizer do próprio Marcos :

" A gente sempre buscava primeiro, buscava a democracia da associação, no caso a colônia de pescadores né,? Tirar de dentro da colônia aqueles que não vivem da pesca, que existia até militares como sócio da colônia, um bucado de gente que não tinha nada a ver, estavam sócio da colônia. Então a gente fez uma limpeza no quadro, deixou mesmo

só os pescadores e aí qual era a proposta? De você ter a assembléia pelo menos, duas vezes num ano pra discutir as questões principais dos pescadores e dentro dessas assembléias a gente tirar proposta..."

MARCOS - Alcântara - MA

A presença de grupos combativos na direção das Colônias, representa também a possibilidade de abertura de espaço de discussão e encaminhamento de propostas que podem possuir abrangência para além dos espaços da própria colônia, como a que nos relata o ex-presidente da Z-10 :

"...uma das propostas que saíram aqui do Maranhão, na época em que a gente era presidente da colônia, foi a proposta de que todas às vezes que houvesse um vazamento de navios nos portos...Aqui houve um vazamento de navio que afundou, na época em oitenta e sete, e que derramou muito óleo e que prejudicou rede de pescadores né? Então, nós tiramos uma proposta que todas às vezes que houvesse um vazamento o Estado fosse responsabilizado pelo acidente e que o Estado indenizasse os pescadores pelo menos três, quatro meses, enquanto persistisse a sujeira dentro do mar e que a gente não pudesse botar as redes. Isso a gente reivindicava na época três salários e meio. Nós conseguimos mais de quatro mil assinaturas e encaminhamos ao presidente, na época era o Sarney e com isso nós conseguimos o que hoje se chama o seguro desemprego. Resultado dessa proposta do Maranhão, foi sendo discutida e afinada, saiu o seguro-desemprego. Quer dizer, foi uma proposta que em nível de Maranhão a gente encaminhou mas que no final deu resultado nacional: o período do defeso e o que tem o salário-desemprego né? Não saiu o que a gente queria, que era os três e meio, mas é um salário mínimo durante quatro meses no período da piracema né? Isso é uma vitória que a gente acha importante que tá aí na história né? E a Segunda coisa foi a gente organizar a nível nacional um movimento ..."

MARCOS - Alcântara - MA

Uma outra conquista significativa refere-se a presença de Joana Mousinho à frente da Colônia de Itapissuma, Pernambuco. Esta história também é significativa do momento de democratização e conquista das Colônias por parte dos pescadores. Neste caso duplamente significativa, pois além de *marisqueira*, Joana foi talvez a primeira mulher a

assumir a presidência de uma Colônia de Pescadores. Assim ela nos relata a sua trajetória à frente da Z-10 (de Itapissuma-PE).

"Foi difícil e não foi. Porque eu entrei na colônia primeiro como conselho fiscal, não queria, pra começar eu não queria tirar nem documento sabe? Mas a turma insistiu muito aí eu tirei documento e entrei como conselho fiscal. Depois eu passei pra Secretária. Aí, quando foi 89, o presidente que estava aqui a turma não tava gostando, queria bota ele prá fora, porque ele tratava mal os pescadores e a colônia não era aberta. Então eu muito enxerida, eu disse que saía a candidata. E uma amiga disse, uma freira que trabalha com os pescadores, ela disse que não daria certo porque a turma não ia aceitar por causa do machismo, e eu disse que ia entrar. Fiz a minha chapa, elaborei minha chapa, saí candidata, aí fui chapa única, eu ganhei. Na segunda gestão, aí a turma pediu pra que eu não saísse né? Que eu continuasse na colônia. Na segunda gestão eu elaborei minha chapa, aí teve outra chapa, uma chapa só de homem, porque disse que mulher não servia pra essas coisas, ficar atrás de um birô. Mulher serve muito mais pra varrer casa e daí por diante, então eu ganhei. No terceiro mandato, eu ganhei de novo, ganhei dos homens de novo! Agora vai ter eleição esse ano, no final desse ano, em dezembro, com certeza vai ter meio mundo de chapa por aí, porque a colônia tá bonitinha desse jeito, né? Com essas balanças novas, com serra, tudo isso, porque a turma só quer ver arrumadinho pra depois tomar conta. Eu até disse que não ia mais sair candidata porque assim eu vou me aposentar de dentro mas com o pessoal, principalmente com os aposentados, que nós temos quase 700 aposentados pescadores marisqueiras, pedem pra que eu fique, então, se é para o bem do povo e felicidade geral da nação eu fico! "

JOANA - Itapissuma - PE

A trajetória dos pescadores de Alagoas foi pioneira, juntamente com pescadores pernambucanos, na conquista da Federação de Pescadores, através do nosso já conhecido Antônio Gomes do Santos. Militante do movimento dos pescadores ligado à Pastoral, desde os anos 70, Toinho assumiu a presidência da Federação de Pescadores de Alagoas em 1986, iniciando uma sucessão que permanece até hoje, sendo um dos poucos estados em que se praticam eleições diretas para a Federação, podendo inclusive servir de modelo para outros Estados, conforme sugere Toinho:

" Agora o que resta é as federações fazer como nós fizemos aqui em Alagoas. Derrubamos aquela tradição obrigatória de fazer eleição só com os diretores e partimos para uma eleição direta. No segundo ano de mandato que eu fui reeleito, entrar e sair, só aceitava se fosse eleição direta. Todos os pescadores que tivessem quites nas colônias, fazendo eleições nas colônias iam eleger um diretor, um diretor da federação. Fui eleito e em seguida passei a eleição para um companheiro da luta que era o Cezário Esse foi eleito e agora o Cezário apresentou o Bida e o Bida foi eleito e tá administrando a federação. Eu faço parte da federação, eu fiquei como vice, sempre, nunca me afastei da federação. Quando foi Cezário eu fiquei como secretário suplente e quando foi agora o Bida eu fiquei como vice-presidente da federação e o Cezário também toda a turma continua e os pescadores então administrando a federação ..."

TOINHO - Penedo - AL

O avanço no movimento de pescadores no sentido de assumirem seus organismos de representação, entretanto, é acompanhado de uma constante pressão de outros grupos para voltar a antiga situação de tutela e interveniência nas questões dos pescadores. Além de primeira mulher na presidência de uma Colônia de Pescadores, Joana Mousinho foi também primeira mulher presidente de uma Federação de Pescadores, no caso a de Pernambuco. Desta feita porém, diferentemente da disputa na Colônia de Itapissuma, a disputa da Federação de Pescadores teve um motivo bem diferente :

" Eu entrei na Federação porque era do Conselho fiscal. Eu entrei como presidente por causa de um desafio. Que uma outra candidata ela, ela não era marisqueira, mas tem documento de pesca, vive ai metida nestas coisas. Então ela elaborou uma chapa colocando o meu nome sem minha autorização, eu nem sabia . Ela chegou na minha casa num Domingo, "Joana eu vim aqui porque eu vou sair candidata da Federação, porque a Federação tá sem ninguém, porque ninguém tá se importando, e já botei o teu nome como secretária!" Eu disse "Não chegaste a botar meu nome não? Você primeiro procurar saber se eu aceitaria ou não!" – "Não, mas eu sei porque duas mulheres juntas dá certo". Eu disse "- Primeiro você não pode sair candidata da Federação porque você não é marisqueira, você nunca pegou nem siri na beira da praia com tripa de galinha, eu não vou deixar que isso aconteça não, risca o meu nome daí!" .

Isso numa noite, eu com raiva, aí eu, isso no outro dia eu decido. Na segunda-feira eu liguei pra Gilvan que hoje é o atual presidente da federação, liguei pra Ricardo de Olinda, presidente de colônia pra Jorge do Porto de Galinha e saí entrando em contato e elaborei uma chapa. A agente começou a fazer campanha sem ter dinheiro, um pega pra capar, era disputa mesmo por poder. Eu não queria poder não! Eu só não queria depois de tanta luta nossa, tirar a federação das mãos de gente que num é pescador e cair de novo. Eu disse que não ia aceitar, então, quando foi na assembléia geral, o presidente da colônia de Pina, Soares ele me chegou e disse pra mim o seguinte "Joana, desiste Joana! Pelo amor de deus desiste, deixa uma!" Eu disse "Não, ganha o melhor!" Eu tava confiante que eu ganharia a eleição, eu num tava nem preocupada em fazer campanha porque só a colônia de Itapissuma elege até o presidente da federação! Eu fiquei na minha bem quieta, né? E ela rodando por aí atrás de voto, eu não, quando foi o dia da eleição aí foi setecentos e pouco ... ela foi duzentos e poucos votos . A turma dizia assim eu não vou votar não porque Joana tá eleita, então ganhei a eleição pra federação."

JOANA - Itapissuma - PE

Em 1996, o processo de democratização do Sistema de Representação da categoria de pescadores atingiu, ainda que de forma indireta e timidamente, a Confederação Nacional de Pescadores, sendo montada uma chapa com a maioria de pescadores para a gestão desta entidade²⁶. O então presidente, Sr. Edmir, pescador de Paranaguá relatou algumas mudanças importantes no quadro da Confederação :

" Olha, datar pra você assim, mais ou menos, eu acredito que até 90, até 90 era nomeação, nomeado pelo Ministro da Agricultura. Nós somos uma categoria, o nosso trabalho é autônomo, nós temos que ter autonomia, eu acho que nós não concordamos com que um Ministro e o Presidente da República nos nomeia, nós temos meios de começar a andar sozinhos, nós sabemos o que nós queremos, nós sabemos aonde nós fomos pescar, aonde está o peixe. Então, não é uma pessoa que vai nomear e dizer que forma nós vamos andar. Então nós achamos que isso aí não estava correto e pedimos que houvesse a eleição, né? E nós começamos nos organizar lá em Brasília, as federação, as colônias, até que fizemos a eleição agora. Há 6 anos atrás fizemos a eleição lá em Brasília, 6 anos atrás foi que eu digo em 92, né? E hoje mudou o sistema,

inclusive fizemos vários eventos, fizemos um aqui no Paraná, agora do dia 10 ao dia 12 de dezembro de 97, aonde nós fizemos uma mudança no nosso estatuto, que até então, antes disso, teria que ser nomeado pelo ministro e agora não, agora ficou com autonomia. A assembleia é que decide, tá?, então nós mudamos alguma coisa no estatuto, pra melhor claro, da forma como que nós achamos melhor e que agora todas as eleições na confederação é a participação das federações, as federações é que vai fazer as eleições, né? pra eleger os presidentes, colônias e a sua diretoria e mudamos o sistema também que nós achamos que não era democrático e nunca foi: o voto por procuração. Isso é uma injustiça, tá?, um votar por dois, três, nós mudamos também. Para nós não existe mais e, foi daí que foi feita até na época do almirante Pardelas de 93, que é um absurdo também. Tamos mudando, tamos fazendo a portaria do jeito que nós achamos que é melhor para a categoria."

EDMIR - Paranaguá - PR

Contraditoriamente, a mesma conquista que deu aos pescadores o direito de livre associação tem servido por vezes para barrar os avanços da categoria. Sob o argumento da livre associação, na cidade de Paranaguá - PR, foi criada uma Associação de Pescadores dirigida por um tenente reformado da Marinha e que fazia oposição ao trabalho da Colônia dirigida por pescadores. Esta situação também se complica a medida que não pode haver duplicidade de representação em um mesmo município.

Pescadores maranhenses de algumas localidades optaram pela criação de sindicatos, ao invés de manterem as colônias, tendo por vezes que enfrentar oposição em colônias criadas por pelegos após a criação dos autênticos sindicatos de pescadores. A questão da diferenciação entre colônias e sindicatos no interior do movimento dos pescadores, gerou muitos debates e, sob o argumento de que a colônia possui uma tradição maior junto aos pescadores, na maioria das localidades optou-se por mantê-las, mesmo porque a Constituição equipara uns aos outros.

O fato porém de coexistirem colônias, sindicatos e associações gera alguns atritos na representação legal dos pescadores e interfere diretamente em questões como financiamentos, parcerias, entre outras, sendo porém predominantes as Colônias de Pescadores como parte do sistema de representação oficial da categoria.

²⁶ Inicialmente previsto para um mandato de 3 anos, em assembleia foi estendido para 4 anos, no período de 1996-2000. Não tenho informações sobre a situação presente da Confederação.

Para além da conquista de seus órgãos de representação, pescadores também atuam em outras frentes, conforme veremos a seguir, a partir de documentos de encontros envolvendo pescadores e depoimentos recolhidos durante a pesquisa. No entanto, a luta pela democratização deste sistema de representação dos trabalhadores da pesca, representa a afirmação da categoria de pescadores como sujeitos políticos inseridos no quadro mais amplo dos trabalhadores do país. Como tais, pescadores arriscam também a legitimação de seu saber para além de suas esferas profissionais. Uma delas é a esfera pública e, conforme o então presidente da Confederação de Pescadores em 1999:

" Esse é nosso pensamento e nós já temos lá em Santa Catarina, nós temos 03 prefeitos, né? Pescador. Temos uma média de uns 50-60 vereador e assim nós queremos espalhar a nível de Brasil! Tomar nossos espaços e um dia, porque não, fazer um encontro de vereadores, pescadores do Brasil. Aí nós começamo a mostrar nossa força política, porque hoje nós só tamo votando, nós queremos também ser votado, né?"

EDMIR - Paranaguá - PR

5.1.2.. INTERLOCUTORES PARA A QUESTÃO PESQUEIRA

Se a conquista pelos pescadores de seu sistema de representação tem sido uma das pautas do movimento desta categoria, a necessidade de interlocutores no âmbito dos governos, para o encaminhamento das reivindicações, também passa a ser uma proposta para viabilização destas reivindicações.

Ainda em 1985 os presidentes de Federações de Pescadores reivindicavam a criação de um Ministério ou de uma Secretaria Especial para lidar com as questões pesqueiras no documento intitulado Carta de Florianópolis.

As conclusões do V Encontro Nacional dos Pescadores, organizado em Olinda, em 1991, pelo MONAPE, apontam para uma reivindicação semelhante: "*Seja criada uma Secretaria de Pesca, independente de Ministérios, que se estenda aos Estados e Municípios. Essa Secretaria deve desenvolver uma política de pesca nacional com a participação de segmentos da sociedade que representam a pesca artesanal, juntamente com o Conselho deliberativo para acompanhar a secretaria.*" (MONAPE, 1991).

O fato é que a passagem das atribuições da antiga SUDEPE para o IBAMA, a partir do final dos anos 80, ao mesmo tempo em que aproximou a discussão sobre as políticas pesqueiras da política ambiental afastou-a das demais esferas da política pesqueira. Neste sentido, áreas mais ligadas à economia pesqueira, tais como fomento, crédito, comercialização não tiveram tanta atenção, advindo daí a necessidade de ampliar o campo de discussão da questão pesqueira. Não se trata, porém, de abandonar a necessidade de atentar para a dimensão ambiental das pescarias.

Em 1998, foi criado junto ao Ministério da Agricultura, o DPA - Departamento de Pesca e Aquicultura²⁷, responsável a partir de então pelo encaminhamento das políticas do setor. Suas atribuições são pautadas pelo Plano Plurianual de Agricultura e Abastecimento, que tem como opções estratégicas:

- *"Promover o desenvolvimento auto-sustentado do agronegócio e assegurar o abastecimento e a geração de divisas;*
- *Promover a geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias para o desenvolvimento sustentado do agronegócio;*
- *Garantir os requisitos de qualidade, sanidade e segurança para os produtos de origem animal e vegetal;*
- *Promover o desenvolvimento e a integração sócio-econômica da agricultura familiar"* (DPA, 1999).

Entre as atribuições específicas do DPA , encontra-se o fomento da produção pesqueira e aquícola, ações de implantação de infra-estrutura, pesquisa e difusão de conhecimentos e tecnologias, interação institucional, entre outras. Segundo seu Coordenador Geral de Aquicultura, empossado em 2000 :

"Hoje o DPA tem muito bem identificadas suas atribuições. Não temos pressa mas temos que agir. O DPA não pode cometer os erros do passado e precisa ser eficaz. Se o DPA tem a cadeia produtiva como objetivo principal deve gerar uma base de informações para referenciar política pública e privada. Ele é um órgão articulador de ações que está dentro de um órgão público que é o Ministério da Agricultura, no sentido de desenvolver

²⁷ Anterior a esta iniciativa, em meados dos anos 90 , o Gespe , grupo interministerial , foi criado para discussão e implementação da política pesqueira nacional

agronegócios. O DPA não tem crédito para o produtor, mas faz parte de suas funções desenvolver ações para que o produtor possa vir a ter financiamentos. Ele não tem centro de formação, mas é sua função articular para que existam não só centros de formação como centros comerciais da aquicultura. O DPA não será nunca igual ao antigo IBAMA. Este perigo não existe." - Geraldo Bernardino em entrevista ao Panorama da Aquicultura (PANORAMA DA AQUICULTURA, 2000).

Se em nível federal o DPA passou a ser o responsável pela política pesqueira, as ações de nível estadual e municipal são bastante diversificadas. Ao passo que em alguns estados existem órgãos voltados ao desenvolvimento pesqueiro bastante atuante, como a EPAGRI em Santa Catarina, por exemplo, outros estados não contam com a pesca em suas políticas públicas. Da mesma forma ocorre com os municípios, que podem ou não contemplar as atividades pesqueiras em seu modelo administrativo.

A presença do fomento à pesca em nível municipal tem se mostrado bastante eficaz para o atendimento de parte das demandas dos pescadores, através da viabilização de estruturas de comercialização e conservação de pescado, desenvolvimento de políticas municipais de maricultura, implantação de infra-estruturas e mesmo criação de sistemas municipais de informação. É evidente que o apoio à pesca, em especial à pesca artesanal deriva da consciência dos administradores da importância do setor no quadro do município.

No litoral norte de São Paulo, verifica-se uma verdadeira queda de braços entre o setor pesqueiro e o turístico, no âmbito das administrações municipais, predominando, na maioria dos casos, os interesses turísticos. Neste sentido até ranchos de pesca são objetos de pesadas contendas como em Boracéia, praia de São Sebastião tomada por segundas residências, onde os ranchos dos pescadores foram objetos de ação judicial.

Os Conselhos Municipais e Estaduais que contemplam as questões de pesca, aquicultura, meio ambiente, etc, representam um instrumento recente para a participação de pescadores e encaminhamento de suas propostas. Como exemplo o CONPESCA - Conselho Estadual da Pesca de Mato Grosso do Sul, congrega representantes do Estado e da sociedade na discussão das políticas pesqueiras. Neste Estado onde o lobby da pesca esportiva é muito forte, a presença de pescadores profissionais e coletores de isca neste Conselho permite opor uma certa resistência às propostas que pretendem fechar os rios apenas para a prática de pesca amadora.

Um instrumento recente de agregação de pescadores e demais setores envolvidos na atividade pesqueira consiste nos Fóruns de discussão, dos quais tive acesso a documentos do Fórum de Pescadores Contra a Pesca Predatória do Ceará e do Fórum da Lagoa dos Patos, onde pescadores, predominantemente, estabelecem suas diretrizes, reivindicações e estratégias de ação para o ordenamento das pescarias em suas localidades.

Sem dúvida, todos estes instrumentos, que podem ser caracterizados como instrumentos de uma democracia incipiente, passam a dar maior visibilidade às questões ligadas à atividade pesqueira, em especial à pesca artesanal. A presença neste contexto de Colônias, Federações de Pescadores e de uma Confederação consoante com os anseios dos pescadores e organicamente pertencentes a categoria representaria uma maior força deste setor social e produtivo. No entanto, ainda falta muito caminho a percorrer de ambos os lados: do lado da democratização do Estado e do lado da organização dos pescadores.

5.2.A QUESTÃO ECONÔMICA

5.2.1. A ECONOMIA DO PESCADO

Reside nesta temática um dos principais embates com que se defrontam os pescadores artesanais. A categoria é tida como um dos grupos sociais onde predomina uma situação de pobreza, sendo várias as tentativas para reverter tal situação. É, predominantemente, em terra e não no mar que as causas desta situação são manifestadas, refletindo situações de moradia, saneamento, nutrição, escolaridade e saúde inadequadas, presentes na maioria das comunidades pesqueiras.

A cadeia de intermediação do pescado talvez seja uma das mais longas presentes no setor primário. Aliando-se ao fato da perecibilidade do peixe enquanto mercadoria, estes fatores resultam numa brutal transferência de renda do pescador para os setores de distribuição e comercialização do pescado.

A inconstância das capturas, inerente à pesca extrativa, compromete também os rendimentos dos pescadores cuja afirmação de que a pesca é assim "um dia dá outro não dá", é bastante comum. Também é um fato que compromete a organização dos processos de armazenamento e comercialização por parte dos pescadores artesanais, impedindo-os, por exemplo, de firmarem contratos regulares de fornecimento de pescado. Apresenta-se aí uma discussão a respeito de escala de produção, que deriva para uma outra discussão, que é a da cooperação entre pescadores para enfrentar tal situação.

Neste sentido, a formação de Cooperativas de Pescadores tem sido, ao longo da história do setor, um discurso presente nos planos governamentais de ação para os pescadores artesanais, sendo que o insucesso da maioria delas tem sido atribuído ao "espírito" e a "cultura" individualista do pescador. Parece-me que estes fracassos derivam antes de uma questão política do que uma questão psicológica, uma vez que, na maior parte dos casos, as iniciativas partiram de fora da categoria e muitas vezes comportaram a construção de infra-estruturas de alto custo operacional, cuja manutenção compromete sobremaneira os rendimentos dos envolvidos no processo. Outras vezes formam-se núcleos administrativos cujo comportamento assemelha-se a empresas e distanciando dos preceitos cooperativos.

A situação de pobreza das comunidades pesqueiras pode ser exemplificada pela análise a seguir presente em relatório intitulado A Pesca no Estado do Amapá: Alternativas para o seu Desenvolvimento Sustentável : " *As condições de vida da maioria das famílias de pescadores artesanais é francamente precária. A renda obtida pela pesca permite somente um nível de subsistência. A falta de infra-estrutura de apoio (gelo, câmaras, etc.), as dificuldades de escoamento da produção e a falta de recursos materiais para comprar equipamentos para a pesca são os entraves mais importantes enfrentados pelos pescadores artesanais. Estes inconvenientes obrigam os trabalhadores da pesca a depender fortemente de atravessadores, que acabam usufruindo da maior parcela da renda gerada pela atividade. Isto é mais intenso ainda, quanto mais isolada e carente seja a comunidade.*" (ISSAC, 1997)

No outro extremo do país, uma observação de MARTINS (1997), referente ao sistema de intermediação do produto da pesca no Estuário da Lagoa dos Patos, aponta para uma situação de pauperização do pescador, sem se configurar um processo de proletarianização. Ainda no sul, KRAEMER (1978) analisa a situação de dependência e pobreza de pescadores paranaenses.

Quanto às infra-estruturas para o setor, o próprio IBAMA assume: " *No afã de aplicar os recursos existentes, não houve um planejamento sério que, entre outras variáveis, contemplasse a localização correta, o dimensionamento de estruturas e equipamentos, compatíveis com os terminais e entrepostos a serem construídos.*" (DIAS NETO, 1996). Ora, se não se planejou sequer o local e o tamanho, que dirá a respeito das formas de gerenciamento e participação dos pescadores?

Com relação a este tema, SILVA (1995) fornece um relato dos entrepostos de Pirambú e Aracajú, que passou por várias situações de gerenciamento, sem que fique clara a real participação dos pescadores neste processo.

A cadeia de intermediação do pescado apresenta vários agentes: intermediários (pombeiros, geleiros, marchantes), peixarias, fábricas de gelo, atacadistas, estabelecimentos de varejo. No Litoral-Norte Paulista, pescadores da Ilha Vitória entregavam o peixe para peixarias situadas na costa, que por sua vez destinava o pescado para o CEAGESP da capital paulista, através, algumas vezes, de lotes formados por vários peixeiros para completar o frete. Muitas vezes o caminho do peixe era de mão dupla: ia para a capital e voltava para ser vendido no litoral.

No Piauí, como contraponto, "... *A comercialização se processa na praia, locais de desembarque às margens dos rios, lagoas e açudes. Os mercados públicos e as feiras são os principais locais de venda ao consumidor, passando o pescado por dois, até quatro atravessadores.*" (VIEIRA,1993).

Do pescador no litoral paulista, descontam-se o preço do frete e da taxa de acostamento no Ceagesp, além do valor estar condicionado pelo preço do dia no mercado atacadista. Fora estes descontos, muitas vezes o peixeiro financiava gelo, rancho e óleo, aos pescadores, descontando também no acerto de contas. Em muitas situações encontra-se o compadrio marcando a relação entre pescadores e intermediários.

Situações semelhantes são descritas para a pesca de:

- Cabedelo - PB : *"Embora o intermediário forneça gelo e o isotérmico, na condição que seja o adquirente do produto da captura, desconta tais préstimos ao comprar a produção por preço abaixo da cotação do mercado e, também na pesagem, tarefa esta executada em sua própria balança."* (VASCONCELOS, 1997)
- São José do Norte - RS: *"Sabemos que os representantes das indústrias pesqueiras fornecem recursos para a aquisição dos ranchos, vales, materiais para a realização das pescarias e para concerto nas embarcações, com tal processo cria-se um vínculo de dependência dos proprietários das parselhas para com os atravessadores..."* (COSTA, 1995).

Uma discussão presente no setor pesqueiro artesanal diz respeito ao papel das Colônias de Pescadores na comercialização de pescado. Sendo ela um órgão de representação dos pescadores, seria seu papel atuar na comercialização? Apesar da polêmica, o que se observa é que, nas Colônias mais estruturadas e administradas por pescadores, algumas experiências pontuais de comercialização acabam beneficiando os pescadores associados.

Assim é em Itapissuma - PE, onde as marisqueiras vendem sua produção através da Colônia de Pescadores, que se equipou de refrigeradores próprios, garantindo assim um preço maior para seus associados. Em Carutapera-MA, observa-se uma experiência recente de cooperativismo ligada à Colônia de Pescadores. Através da criação da Cooperativa Mista de Pescadores Artesanais de Carutapera, 21 pescadores vendem sua produção diretamente aos mercados de São Luiz e Rosário, entregando em caminhão próprio.

Também em Cananéia-SP, a Colônia de Pescadores mantém uma peixaria própria, administrada pelos pescadores. Em Ilhéus, na Colônia do Malhado, estava em construção uma pequena planta de beneficiamento do pescado administrada pelos pescadores, na ocasião desta pesquisa. Ainda no Maranhão, foi organizado um projeto coletivo para a compra de nylon, barateando o custo deste insumo para o pescador (CPP, 1994)

A questão da economia do pescado, envolve assim dimensões mais amplas que a mera criação de estruturas adequadas à comercialização. Estas são necessárias e fazem parte de reivindicações de inúmeros núcleos de pescadores²⁸. Porém, a meu ver, antes mesmo da materialização das estruturas, é necessário o estabelecimento de estratégias de comercialização por parte dos pescadores, o que perpassa os níveis de organização e coesão do grupo de pescadores envolvidos. Pois, muitas vezes acaba sobrando a pergunta: Quem paga a conta, por exemplo, de energia da fábrica de gelo, ou do conserto do caminhão ?

5.2.2. CRÉDITO

Associada diretamente à questão da economia pesqueira, aparece a questão do crédito para a atividade. Formas de financiamento adequadas ao setor tem sido objeto de discussão em vários encontros de pescadores.

Diferentemente de agricultores, que empenham suas terras como garantia para a obtenção de financiamentos, pescadores, muitas vezes, não possuem bens que possam avalizar seus empréstimos junto às instituições financeiras. Da mesma maneira, a construção de embarcações e apetrechos de pesca não pode ser comparada à produção industrial de implementos agrícolas, que possuem modelos e séries específicas de fabricação. Os contratos de venda de produção também são diferenciados na pesca e na atividade agrícola. Estes são apenas alguns dos fatores que diferenciam uma e outra atividade no trato com os agentes financeiros.

Neste sentido, pescadores reivindicam políticas de financiamento para a produção, específicas para a realidade do trabalho na pesca, entre elas, a presença de suas organizações na elaboração das linhas de crédito, possibilidade de suas organizações

²⁸ A infra-estrutura pleiteada por pescadores perpassa vários níveis. No Amapá, por exemplo, pescadores reivindicam a abertura de estradas e eletrificação para suas comunidades.

servirem de avalista para os empréstimos, além de discutirem as formas de pagamento e taxas de juros.

No processo da pesquisa encontramos situações ligadas a diferentes fontes de financiamento, em especial do BNB - Banco do Nordeste do Brasil, FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Em Macau-RN e Baía da Traição-PB, contatamos pescadores que haviam requerido financiamentos do BNB para aquisição de embarcações e apetrechos de pesca, e que na ocasião estavam em dificuldades para o pagamento do financiamento. Muitos já estavam inadimplentes, uma vez que os projetos para obtenção do financiamento dimensionaram de maneira inadequada as capturas necessárias para o retorno do investimento, além de observarem que os barcos construídos às pressas apresentaram problemas de funcionamento e um alto custo.

Uma observação de um mestre jangadeiro de Baía de Traição avaliava da seguinte forma a situação: " Tem 40 barco e 40.000 braça de rede e não tá dando. Mais 20 e 20.000 braça, vai dar ?

Em Bragança-PA, a Colônia de Pescadores acabava de receber motores para as embarcações financiadas pelo BASA, para associações de pescadores ligadas à Colônia. Segundo um dos diretores as condições para pagamento eram vantajosas para os pescadores, mas uma observação de um pescador representa um desafio para os adquirentes do financiamento: " Pescaria que paga projeto não vê terra ", alertando para a necessidade de lançarem-se a uma pesca mais distante, como possibilidade de obter produção pesqueira mais abundante. Resta saber se as embarcações serão adequadas para esta função.

Em Angra dos Reis, pescadores-maricultores da Ilha Grande encontram-se em uma verdadeira peregrinação para obtenção de recursos do PRONAF. Ao passo que o governo libera o financiamento, o Banco do Brasil, instituição financeira responsável pela liberação do empréstimo, apresenta paulatinamente exigências que impedem o acesso dos pescadores ao crédito.

Entre elas, por exemplo, a necessidade de especificações da embarcação. Ocorre que o valor dos empréstimos somente cobre a compra de embarcações usadas e tal aquisição depende de oportunidades que se apresentam conforme a condição do comprador. Assim um pescador não tem como especificar, com detalhes, o tipo de embarcação que ele irá

comprar quando o empréstimo sair. Não será um Gol - VW, modelo 1994. Isto é impossível prever, com a duração de três anos, nos quais o projeto está tramitando.

Na época da elaboração dos projetos, havia embarcações com as características básicas, por exemplo, tamanho, capacidade de carga e potência de motor compatíveis com o valor do financiamento. Três anos depois, juntamente com a mudança da gerência do Banco, as condições do mercado de embarcações também mudaram e esta incompatibilidade, entre agente financeiro e requerente do empréstimo, parece que se estenderá por mais tempo.

Acredito que estes exemplos ilustram a complexidade da situação dos financiamentos para a pesca. Valores de parcelas incompatíveis com a produção, apetrechos inadequados e burocratização dos agentes financeiros limitam e impedem o acesso ao crédito por parte dos pescadores. Estes, em ação muitas vezes bastante prudente, não se envolvem com o banco, afinal, são lógicas distintas que estão em jogo: a lógica do setor primário extrativista e a lógica do setor financeiro. Não é difícil deduzir quem subordina quem.

5.3. A QUESTÃO AMBIENTAL

Como a qualidade dos ambientes aquáticos está estritamente ligada a produtividade das pescarias e conseqüente reprodução das sociedades de pescadores, os pescadores artesanais têm tomado a linha de frente nas denúncias e ações contra a degradação. Ainda nos anos 60 e 70 e início dos 80, antes do “boom” ecológico, pescadores pernambucanos organizaram manifestações em defesa dos rios e estuários daquele estado, contra a poluição oriunda das indústrias e engenhos (SILVA, 1989).

Com a politização da questão ambiental, pescadores buscam a articulação com outros setores para que seja cumprida a legislação ambiental e para encaminhamento de denúncias e lutas. Já foram denunciados atos como a drenagem de lagoas, o fechamento de lagos para o pescador, aterros de manguezais, poluição por despejos industriais, de vinhoto e agrotóxicos, destruição de mangues para o cultivo de camarões, aterro de lagoas, grilagem de terras, pesca predatória em várias modalidades e pesca desportiva de mergulho, por exemplo.

Em agosto de 1990 e em outubro de 1991, em Juazeiro-BA e Olinda-PE respectivamente, pescadores artesanais organizados em torno do MONAPE - Movimento Nacional de Pescadores, realizaram encontros onde a questão ambiental foi discutida (MONAPE, 1991 , DIEGUES, 1992). Foram levantadas denúncias de degradação dos ecossistemas litorâneos e de águas interiores levadas a cabo pela poluição ambiental e industrial, especulação imobiliária, desmatamentos, queimadas, despejos de vinhoto e mercúrio, aterros de mangues e lagoas, assoreamento de rios e derramamentos de petróleo.

A criação de parques e reservas naturais em áreas de morada e trabalho de pescadores tem também sido alvo de denúncias por parte destes, uma vez que as restrições de uso acabam comprometendo a sua reprodução. No Amapá, pescadores defrontam-se com estes problemas, em função das áreas de reservas, em especial no sul do Estado, onde somente a pesca de subsistência é permitida. Essas denúncias também são recorrentes em encontros entre pescadores, agricultores, técnicos e acadêmicos, organizados pelo Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma em conjunto com outras entidades, realizados entre 1990 e 1994 em São Sebastião - SP (PCSSTA, 1990, 1993 - PCSSTA/PPCAUB, 1990 - PCSSTA/CEMAR, 1992 - PCSSTA/NUPAUB-USP/FSSI, 1994).

A preservação da natureza também foi objeto de discussão de um encontro entre pescadores realizado em Óbidos-PA em 1984, onde as conclusões apontam para a preservação das nascentes, capinzais e matas ciliares, proibição de pesca com artes predatórias, proibição da captura de peixes jovens, filhotes e ovados e a não permissão da pesca de embarcações geleiras comerciais nos lagos de arrimo das comunidades (FURTADO, 1993).

Por ocasião da ECO - 92, durante o Fórum Global que reuniu ONG's de vários países, foi elaborado um Tratado Sobre a Pesca, situando a importância da pesca artesanal na conservação dos recursos e na proteção dos ambientes marinhos, costeiros e de águas interiores (FÓRUM de ONG's, 1992).

Os documentos expostos apontam não só para os conflitos entre a atividade pesqueira e demais usos dos espaços litorâneo, marinho e flúvio-lacustre, como delineia a importância, do que se convencionou tratar de pesca artesanal, na preservação dos recursos naturais. Esta importância se baseia na adoção de técnicas de captura de maior seletividade e de menor escala de predação, podendo ser considerada menos impactante ao ambiente explorado.

Pode-se estabelecer uma outra relação, na medida em que as sociedades pesqueiras, fixas ao longo do litoral e demais corpos d'água, teriam entre suas preocupações a continuidade e reprodução das pescarias, advindo uma maior necessidade de preservação dos recursos pesqueiros. Esta discussão vem sendo incorporada por pescadores de várias localidades, que pouco a pouco passam a estabelecer seus próprios instrumentos de gestão das pescarias.

Algumas experiências neste sentido serão brevemente descritas a seguir :

Em Alagoas, a portaria estadual do IBAMA que regula as pescarias neste Estado, foi discutida conjuntamente com a Federação e as Colônias de pescadores, chegando a um consenso sobre as artes de pesca proibidas e permitidas nos corpos d'água deste Estado.

Em Paranaguá, a partir de acordos com os pescadores foi estabelecido um período de defeso específico para as baías da região. O questionamento dos períodos do defeso é uma constante dentre as reivindicações dos pescadores, uma luta por mais estudos e uma definição mais localizada das épocas e espécies a serem defendidas.

Em Pernambuco, especificamente no Canal de Santa Cruz, as Colônias implantaram, em conjunto com o IBAMA, um projeto de substituição de redes de pesca, aumentando a seletividade da captura.

No Maranhão, as Colônias e outros órgãos de apoio aos pescadores procuram estabelecer programas de conscientização de pescadores a respeito de técnicas predatórias de captura como as tapagens de rios e igarapés.

O Fórum da Lagoa dos Patos-RS, formado por pescadores e outras entidades, vêm discutindo medidas de preservação dos recursos no estuário desta laguna e de ordenamento da atividade pesqueira, tais como: calendário de pesca, tamanho mínimo de captura, tamanho de malhas, tamanho de embarcações, distâncias mínimas entre instrumentos de captura, tamanho máximo das redes, definição de áreas vedadas à pesca e proibição da pesca de arrasto na laguna.

No Ceará pescadores encabeçam a luta contra a pesca predatória da lagosta a partir de várias iniciativas, sendo ainda criado instrumentos em nível estadual como o COMPEESCE - Comitê de Pesca do Estado do Ceará e o Fórum de Pescadores Contra a Pesca Predatória, que tem elaborado propostas para o ordenamento da pesca da lagosta neste Estado.

No Amapá, a Federação de Pescadores organizou um Censo do setor pesqueiro do Estado, atualizando os cadastros das Colônias, como forma de subsidiar o planejamento e as ações para o setor.

Em Alagoas, pescadores tem participado do Fórum pela Preservação e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São Francisco, opondo-se ao processo de privatização da CHESF, ao controle das cheias pelo setor energético e a transposição das águas do rio.

Em Santa Catarina, após uma série de conflitos, pescadores conseguiram implantar uma portaria restringindo a pesca de arrasto de portas na Baía Norte de Florianópolis, estes conflitos se estenderam também para a Baía Sul, contígua.

No Rio Paraguai, na cidade de Porto Murtinho, pescadores e ONG's organizaram manifestações de protesto, fechando a navegação pelo rio, na luta contra o uso de redes malhadeiras por pescadores brasileiros e paraguaios.

Com relação à implantação de parques e reservas, pescadores e moradores de áreas de conservação do Estado de São Paulo reivindicam os direitos de permanência nas áreas

que sempre residiram, com possibilidades de exploração dos recursos naturais, como pesca, agricultura e extrativismo. Na Ilha do Cardoso - SP, após uma longa negociação foi estabelecido um Comitê Gestor do Parque, com representantes das comunidades de pescadores da Ilha.

Pescadores também participam da luta pela implantação de áreas de preservação. Na Várzea de Marituba - AL, pescadores participaram do processo para impedir a drenagem deste ecossistema para implantação de projetos agrícolas pela Codevasf. Em Pernambuco, pescadores e moradores das ilhas do Rio Sirinhaém, pedem a inserção destas ilhas na APA de Guadalupe, como estratégia de proteção contra os interesses de usineiros locais, que ameaçam a permanência dos moradores nestas ilhas.

Estes exemplos certamente não são os únicos, nem talvez os mais relevantes, porém revelam que pescadores e suas comunidades atuam junto às questões ligadas ao ambiente e a preservação dos recursos. Certamente sua visão diferencia-se daquelas trazidas por outros setores sociais, uma vez que o ambiente está imbricado de forma direta nas relações do pescador com seu objeto de trabalho. Seria aquela natureza pouco mediada pelo trabalho humano.

Não cabe entretanto criar uma imagem ideal do pescador ecologicamente correto. É um produtor em busca de sua reprodução social que por vezes desrespeita os ciclos de reprodução do pescado. No entanto, a percepção de que a queda da produtividade na pesca afeta diretamente seu modo de vida e que a degradação dos ambientes afeta-o diretamente têm levado à elaboração de propostas e à busca de alianças para a solução de seus problemas.

5.4. QUESTÕES SOCIAIS

Pescadores reivindicam atuação nas demais esferas da vida social. A situação de carência das comunidades pesqueiras, é acompanhada pela ausência de serviços básicos, tais como saneamento, educação, e saúde. A reivindicação por estes serviços aproxima pescadores de outros setores sociais e dos serviços públicos, ampliando o espectro de atuação destes sujeitos sociais.

A presença de pescadores em Conselhos Municipais e experiências locais de atendimento dessas demandas sociais pontua em várias localidades brasileiras, não sendo intenção deste trabalho esgotar a questão. Como exemplo, poderíamos apontar o trabalho da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, no período de 1988-2000, que paulatinamente foi atendendo as demandas dos núcleos pesqueiros da Ilha Grande, tais como a construção de atracadouros, implantação de postos de saúde, abertura de classes escolares, implantação de embarcações para o transporte de estudantes, saneamento de algumas praias, implantação de conselhos de orçamento, entre outras ações.

Em encontros de pescadores, ou entre estes e outros setores sociais, propostas de melhoria das condições das localidades pesqueiras são recorrentes. O Encontro das Ilhas, por exemplo, que reuniu em São Sebastião-SP, em 1990, moradores das diversas ilhas do Estado de São Paulo, apresenta entre suas reivindicações propostas relativas a educação, comunicação, saúde, agricultura e extrativismo, pesca e projetos de desenvolvimento e conservação dos ambientes e comunidades insulares (PCSSTA/NUPAUB, 1990).

Algumas experiências no âmbito educacional refletem a necessidade de estabelecer programas e práticas pedagógicas específicas para as realidades das comunidades pesqueiras, atendendo jovens e adultos. Como aponta um relatório do Centro Josué de Castro, que implantou programas de alfabetização de pescadores nos anos de 80 e 90 em Pernambuco, identificava-se a necessidade da alfabetização e formação como forma de melhor dirigir as Colônias de Pescadores que passavam a ser conquistadas pelos pescadores. (CENTRO JOSUÉ DE CASTRO, 1985)

A questão de um ensino profissional ligado a pesca e a abertura de escolas específicas aparecem como propostas de vários encontros de pescadores. Em seções anteriores vimos como é a formação do pescador e sua inserção nas lides da pesca,

prescindindo de qualquer educação formal. O ensino profissional, neste sentido, representaria uma outra via para o ingresso e iniciação nas pescarias²⁹.

Dois aspectos chamam a atenção no amplo leque de reivindicações e demandas das comunidades de pescadores e sua relação com os outros setores da vida nacional.

O primeiro é o paradoxo que existe entre a ausência de atendimento das demandas das localidades pesqueiras e a forma com que estas são objeto de programas da mídia. Estes reforçam uma visão idílica da pesca, apresentando aspectos como isolamento das comunidades, integração com uma natureza paradisíaca, coragem e valentia no enfrentamento com o mar. Substitui-se assim as exclusões pela idolatria das comunidades de pescadores, valorizadas pelo apelo midiático das imagens plasticamente belas.

Um segundo aspecto refere-se à emergência da mulher pescadora nas lutas da categoria. Conquistando espaço em um universo dominado pela presença masculina, pescadoras, marisqueiras, mulheres de comunidades pesqueiras ganham visibilidade, apresentando propostas e ações e assumindo os órgãos de representação da categoria.

Ainda que timidamente, pescadores e pescadoras mostram-se como sujeitos sociais e políticos, num caminho que parece sem volta. Conforme já foi alertado, não se trata de idealizar o seu papel, mas sim apontar para os embates de sua caminhada e a possibilidade de construção de seus destinos.

No dizer de um pescador :

"Acho que em linhas gerais é isso. Acho que a gente acredita muito no sonho, eu acho que se tivesse que passar pra alguém alguma mensagem, eu passaria que a gente tem que sonhar alto. Não tem que se limitar em sonhar baixinho. Sonhar alto, sem querer alcançar isso de imediato, amanhã, mas batalhar por pequenas coisas sem perder de vista um passo maior, o sonho mais alto, né? Eu acho que o povo brasileiro, no geral, com a repressão dos militares, a pessoa sonha muito baixinho pensa muito baixo né? Pensar no imediato e de forma pequena. Então eu acho que é ruim pensar assim, eu vejo que todos esses passos que a gente deu pra chegar no que chegou com relação ao Estado e tal, foi porque a gente sonhava alto e acreditava nesse sonho, né? Acho que é isso aí..."

EZEQUIEL - Marujá - SP

²⁹ No litoral sul do Espírito Santo, por exemplo, funciona a Escola de Pesca de Piúma destinada a filhos de pescadores. Uma de suas ações foi a implantação da miticultura, em projeto desenvolvido com crianças e adultos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou atentar para três dimensões da atividade pesqueira fundamentais para a elaboração de um modelo para a reprodução do setor, em especial da pesca artesanal.

A primeira refere-se a questão do conhecimento. Se, conforme afirma SANTOS (1989), para se estabelecer como conhecimento, o conhecimento científico teve que romper com o senso comum, no momento torna-se necessário uma segunda ruptura, resgatando outras formas do conhecimento para uma nova ciência, mais afeita aos desafios contemporâneos. Não se trata de negar um em função do outro e sim estabelecer um novo diálogo entre saberes. Em um modelo que contemple as questões da pesca artesanal, o conhecimento de pescadores tem muito a contribuir.

Como foi mostrado, este conhecimento é construído na socialização dos pescadores e nos processos de apropriação da natureza em seus distintos elementos, formando um primeiro nível da territorialidade pesqueira. ALLUT (2000), referindo-se ao conhecimento de pescadores, defende que *"o saber de certas profissões e ofícios constitui um corpo de conhecimento que transcende ao que geralmente entendemos por conhecimento vulgar ou leigo."* Mais adiante afirma *"...esta ausência de diálogos entre ambos os tipos de conhecimento, provavelmente, propiciada pela escassa valorização do conhecimento dos pescadores, favoreceu, em parte, que alguns modelos de gestão pesqueira tenham fracassados."*

A segunda dimensão refere-se a questão dos territórios pesqueiros e da possibilidade de criação de territórios de uso da pesca artesanal. Observou-se que esta dimensão está presente em vários níveis de análise, do local ao nível do Estado Nacional. Trata-se de uma discussão sobre a propriedade dos recursos, que se situa a meio caminho entre a propriedade estatal e a privada. Conceder aos pescadores o poder de gestão sobre recursos e territórios pesqueiros, pode significar um novo enfoque para o desenvolvimento do setor.

Como expressão desta territorialidade em escala nacional, poderíamos considerar o Mar Territorial de 12 milhas como uma área para o desenvolvimento da pesca artesanal, restando a ZEE como espaço reservado para o setor empresarial. Aqui cabe uma observação : nas áreas onde a pesca artesanal atua além das 12 milhas, poderíamos considerar a figura das "perfurações" chilenas tomadas ao contrário, qual seja perfurações da pesca artesanal na área industrial.

Se tal proposta parece demasiadamente ampla ou polêmica, poderia ser regionalizada a gestão dos territórios pesqueiros, definindo espaços de escala local e mesmo regional reconhecidos pelo Estado e onde pescadores assumam a gestão e o controle dos recursos. Em águas interiores, os rios poderiam também ser objetos de criação de trechos exclusivos para pescadores artesanais, como reservas de pesca artesanal e os lagos, por serem corpos fechados possibilitaria um melhor controle por parte dos pescadores.

A terceira dimensão diz respeito à emergência de um movimento social de pescadores e sua afirmação enquanto sujeitos políticos. Neste sentido está em jogo a questão da democracia, não aquela consentida pelos atuais governos, mas uma muito mais participativa, onde os diversos atores sociais tenham voz e voto nas decisões, consultas, deliberações e alocação de recursos. Para tanto se torna necessário identificar os distintos níveis de interlocução e estabelecer reais canais de diálogo. Da parte dos pescadores, conforme foi demonstrado existem práticas e experiências, em nível formal e informal, que apontam para a resolução dos problemas que os aflige e, como vimos, este movimento esbarra com questões diferenciadas em busca do seu espaço e da visibilidade frente a sociedade em geral. Reconhecer legalmente a existência do pescador artesanal, ou qualquer outra denominação que aponte para os pequenos produtores pesqueiros, pode representar um primeiro passo para o estabelecimento das condições para o encaminhamento e resolução das demandas no nível jurídico.

Estas foram às questões abordadas neste trabalho. Tiveram o objetivo de buscar caminhos para, se não o discutível desenvolvimento sustentável, pelo menos um desenvolvimento mais equitativo do setor pesqueiro artesanal.

Para tanto, torna-se necessário o remodelamento das medidas de administração pesqueira, de modo a considerar o conhecimento dos pescadores acerca da gestão das pescarias e o papel que estes jogam como sujeitos no processo pesqueiro. Este seria um primeiro reconhecimento.

Um segundo reconhecimento, a compor o corpo das medidas de administração, seria a consideração da existência de territórios no interior da atividade pesqueira, territórios construídos pelas sociedades pesqueiras e que são objetos de conflito pela ausência de seu reconhecimento legal.

O terceiro reconhecimento, seria o do direito à participação dos pescadores nas decisões sobre a pesca.

Tais reconhecimentos nos levam a propor um enfoque mais amplo da política pesqueira, um enfoque com componentes geográficos, sociológicos, ecológicos e antropológicos, acrescentando novas problemáticas aos métodos de administração pesqueira baseados na bio-estatística e na economia, enfim, um enfoque multidisciplinar compatível com as demandas da atividade pesqueira.

7.BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, Edna Ferreira (1991) Pescadeiras, companheiras e perigosas. Brasília, 1v. (Dissertação-Mestrado), Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- ALER- BRASIL, IBASE, FASE, SEPAC/EP (1987) A Entrevista. 2ª Ed. , São Paulo, Ed. Paulinas, 48p.
- ALLUT, Antonio Garcia (2000) O Conhecimento dos Especialistas e seu Papel no Desenho de Novas Políticas Pesqueiras. In Etnoconservação: Novos Rumos para a Conservação da Natureza . São Paulo, NUPAUB-USP, p.101-123.
- ARANA, Luis Vinatea (1999) Aquicultura e Desenvolvimento Sustentável. Florianópolis, Editora da UFSC, 310p.
- BARROS, Luiz Ferri de (1997) A Ilha do Monte de Trigo: Impressões de Viagem. In Ilhas e Sociedades Insulares. São Paulo, NUPAUB-USP, p.137-153.
- BASUALTO, Luis Vindósola (1997) Caleta El Quisco - Historias que Entran y Salen de la Mar . Vina del Mar, Sindicato de Pescadores Artesanales de El Quisco, 209p.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti (1959) Pescadores da Ponta do Cajú : Aspectos da Contribuição de Portugueses e Espanhóis para o Desenvolvimento da Pesca na Guanabara. Separata da Revista Brasileira de Geografia, v.20, n.2,p. 49 - 69.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti ; BERNARDES, Nilo (1950) A Pesca no Litoral do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia,v.12, n.1, p. 17 - 53.
- BEZERRA, Cláudio Alberto Barbosa (1992) Impacto Social da Pesca de Lagosta com Compressor no Distrito de Redonda, Icapuí - Ceará. Fortaleza,1v. (Monografia - Graduação) Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1984) Educação Popular. São Paulo, Ed. Brasiliense, 86p.
- BRANCO JR., Francisco Antonio (1981) Análise da Situação Econômica e Financeira da Indústria de Pesca do Município de Rio Grande - Período de 1973 a 1980. Rio Grande, Fundação Universidade do Rio Grande, 26p.
- BRASIL (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo, IMESP.
- BRETON, Yvan ; ESTRADA, Eduardo Lopes (1989) Ciências Sociales y Desarrollo de las pesquerias : Modelos y Metodos aplicados al caso de Mexico. México , Inst. Nacional de Antropologia y Historia. 307 p.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes (1986) Movimentos Sociais de Pescadores em Pernambuco (1920-1985). Santa Maria, 1v. (Dissertação - Mestrado), Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

CALVENTE, Maria del Carmem (1993) No Território do Azul - Marinho - A Busca do Espaço Caiçara. São Paulo, 1v. (Dissertação - Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CAMPOS, Antonio João Teixeira (1993) Movimentos Sociais de Pescadores Amazônicos. In POVOS DAS ÁGUAS: Realidade e Perspectivas na Amazônia. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 231 - 242.

CARDOSO, Eduardo Schiavone (1996) Vitoreiros e Monteiros : Ilhéus do Litoral Norte Paulista. São Paulo, 1v. (Dissertação - Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Maria da Conceição Vicente de (1944) Santos e a Geografia Humana do Litoral Paulista. São Paulo, 1v. (Tese - Doutorado), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

CEPLAC (1975) Aspectos da Atividade Pesqueira. Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira. Ilhéus, CEPLAC, v. 9, 95p.

CENTRO JOSUÉ DE CASTRO (1985) Educação com Pescadores - Algumas Questões e Caminhos. Recife, Relatório.

CHAVES, Luís de Gonzaga Mendes (1973) Trabalho e Subsistência em Almofala: Aspectos da Tecnologia e das Relações de Produção. Rio de Janeiro, 1v. (Dissertação - Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CHAVES, Luís de Gonzaga Mendes (1975) Pesca Artesanal no Ceará. In Revista de Ciências Sociais. UFC, V.VI, Nos. 1e2, p. 5-28.

CHILE (1999) Ley de Pesca y Acuicultura.

COLÔNIAS DE PESCADORES DO RIO GRANDE DO SUL (1967) Carta do Pescador. Rio Grande, Documento.

COLÔNIA DE PESCADORES Z-14-SÃO SEBASTIÃO (1991) Requerimento à Câmara Municipal. São Sebastião, Documento.

COMISSÃO PASTORAL DOS PESCADORES (1985) Seminário da Pesca Artesanal. Recife, Relatório.

COMISSÃO NACIONAL DA CONSTITUINTE DA PESCA (1988) Ata do VI Encontro. Olinda, Documento.

COMITÊ DE PESCA DO ESTADO DO CEARÁ (1995) Plano de Ordenamento da Lagosta. Fortaleza, Documento.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PESCADORES (1985) Carta de Florianópolis. Florianópolis, Documento.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PESCADORES (1985) A Constituinte da Pesca. Olinda, Documento.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PESCADORES (1985) Seminário da Pesca Artesanal. Brasília, Programa do Encontro.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PESCADORES (1997) Carta de Paranaguá. Paranaguá, Documento.

CONFEDERACIÓN NACIONAL DE PESCADORES ARTESANALES DE CHILE (1996) Cinco Millas - Reserva Para el Desarrollo de La Pesca Artesanal. Valparaíso, CONAPACH, Documento.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES O Leme - Pescadores e Pescadeiras Rumando Para Novas Águas. Recife, CPP, nos.115, 117, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128,129,130,131,132,133,134,135, janeiro de 1989 a junho de 1993.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES - NORTE Grito do Pescador. Belém, nos. 28 a 41, dezembro de 1991 a março de 1995.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES-CENTRO NORTE (1994) Relatório Anual de Atividades. São Luís, Relatório.

CORDELL, John (1983) Locally Managed Sea Territories in Brazilian Coastal Fishing. Roma, FAO, 66p.

CÓRDOVA, Raquel Vieira de (1986) Ficar em Terra - O Processo de Migração de Profissionais de Pesca. Florianópolis, 1v. (Dissertação - Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina.

CORTINES, Anna Cecília (2000) Desenvolvimento Local e Políticas Públicas: A Participação Social Nesta Relação. Rio de Janeiro, Projeto de Pesquisa, Instituto de Ciência Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

- COSTA, Rui Nuno Lopes Teixeira Rodrigues (1992) Pensar o Mar Para Poder Pescar : O Espaço da Pesca de Litoral na Baía de Sepetiba, RJ. Rio de Janeiro, 1v. (Dissertação - Mestrado) Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- COSTA, Paulo Thomaz Marques da (1995) Atravessadores e Pescadores - São José do Norte/RS. Rio Grande, 1v. (Trabalho de Graduação), Departamento de Geografia, Fundação Universidade do Rio Grande.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. (1987) Entre o Mar e a Terra - São Paulo, 1v. (Dissertação - Mestrado), Pontifícia Universidade Católica.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. (2001) Conhecimento e Práticas Tradicionais. Texto Digitado Apresentado no Seminário Paisagem e Cultura Caiçara - NUPAUB, 9p.
- DIAS NETO, José. (1996) Diagnóstico da Pesca Marítima no Brasil. Brasília, IBAMA. 165p.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana (s.d.) Mitos e Realidades Sobre Pescadores Artesanais. São Paulo, PPCAUB/IO-USP/F.Ford/UICN.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana (1983) Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo, Ática. 287 p.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana (1988) Formas de Organização da Produção Pesqueira : Alguns Aspectos Metodológicos. In ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 2, São Paulo, Coletânea de Trabalhos Apresentados, São Paulo, PPCAUB/F.Ford/UICN. p. 1 -39.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana (1992) Os Pescadores Artesanais e a Questão Ambiental . Proposta . Rio de Janeiro, n.53, p.31-34.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana (1995) O Movimento Social dos Pescadores Artesanais Brasileiros. In Povos e Mares . São Paulo, NUPAUB-USP, p. 105-130.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana (1997) Repensando e Recriando as Formas de Apropriação Comum dos Espaços e Recursos Naturais. In Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento. São Paulo, Cortez, p 407-432.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana (2000) Navegando pelas Montanhas : Pesca de Marcação e Mestrança em Galinhos, Rio Grande do Norte - Brasil. In Imagem das Águas . São Paulo, Hucitec/Nupaub, p. 69-83.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana ; CARDOSO, Eduardo Schiavone; LEITÃO, Wilma (1992) Populações Litorâneas, Movimentos Sociais e Ecossistemas da Costa Brasileira. São Paulo, CEMAR. 234p.

DPA (1999) Plano de Ação 1999-2002. Brasília, Rel. Interno, 77p.

DUARTE, Luiz Fernando Dias (1978) As Redes do Suor - A Reprodução Social dos Trabalhadores da Produção de Pescado em Jurujuba. Rio de Janeiro, 1v. (Dissertação - Mestrado) Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional.

EPAGRI (1998) Cadeias Produtivas do Estado de Santa Catarina: Aquicultura e Pesca. Florianópolis, Epagri, Boletim Técnico n. 97, 62p.

FALCÓN, Hector Bacigalupo (2000) Pesquerías Concessionadas a Pescadores Artesanales en Chile. Informe del Taller Sobre Manejo y Asignacion de Recursos Pesqueros a Pescadores Artesanales en America Latina. Valparaiso, FAO.

FAO (2000) Informe del Taller Sobre Manejo y Asignacion de Recursos Pesqueros a Pescadores Artesanales en America Latina. Valparaiso, FAO.

FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO ESTADO DO AMAPÁ (1997) Relatório preliminar do Censo Pesqueiro do Amapá e do Recadastramento dos Sócios das Colônias. Macapá, FEPAP, 14p.

FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO ESTADO DO AMAPÁ (1998) Carta de Macapá - III Encontro da Pesca Artesanal do Amapá. Macapá , FEPAP.

FÓRUM INTERNACIONAL de ONGs e Movimentos Sociais , Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais Para o Meio Ambiente (1992) Tratados das ONGs. Rio de Janeiro. 264 p.

FÓRUM DA LAGOA DOS PATOS (1998) Propostas de Ordenamento da Pesca no Estuário da Lagoa dos Patos. Rio Grande, Documento.

FRANÇA, Ari (1954) A Ilha de São Sebastião : Estudo de Geografia Humana. São Paulo, FFCL-USP, 195 p. (Boletim,178).

FRANCO, Teresa Cristina de Borges (1992) A Pesca na Pré-História - Um Estudo Para o Brasil. Rio de Janeiro, 1v. (Dissertação - Mestrado) , Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FURTADO, Lourdes Gonçalves (1993) “Reservas Pesqueiras”, Uma Alternativa de Subsistência e de Preservação Ambiental : Reflexões a Partir de uma Proposta de

Pescadores do Médio Amazonas. In: POVOS DAS ÁGUAS : Realidade e Perspectivas na Amazônia. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 243 -276.

GODELIER, Maurice (1981) A Parte Ideal do Real. In Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, p.185-203.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2000) Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território . São Paulo, ITESP, Cadernos ITESP no. 3, 198p.

IBAMA (1998) Estatísticas da Pesca - 1997. Tamandaré, IBAMA, 84p.

IBGE (1971) Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, FIBGE, p.134-142.

IBGE (1990) Estatística da Pesca 1989. Rio de Janeiro, FIBGE, v.10, n.1, 69p.

IBGE (1991) Estatística da Pesca 1989. Rio de Janeiro, FIBGE, v.10, n.2, 68p.

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ (1984) Anais do 1º Seminário Sobre a Pesca Artesanal. Belém, IDESP.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE (S/data) O Pescador e o Meio Ambiente - Responsabilidade e Futuro. Maceió, IMA.

ISSAC, Victória J. (1997) A Pesca no Estado de Amapá: Alternativas Para o Seu Desenvolvimento Sustentável. SEMA, Relatório.

JORNAL DO COMÉRCIO (1998) Pescadores Apresentam Proposta ao Governador. Recife, 2 de julho.

JORNAL DO DIA (1998) Barcos Permanecem Apreendidos. Macapá, 15 de agosto.

JORNAL DA PESCA (1971) Desenvolvimento da Indústria Pesqueira no Brasil, Santos.

KRAEMER, Marília de Carvalho (1978) Malhas da Pobreza - Exploração do Trabalho de Pescadores Artesanais na Baía de Paranaguá. São Paulo, 1v. (Dissertação-Mestrado), Pontifícia Universidade Católica.

KURZ, Robert (1996) Lógica e ethos da Sociedade de Trabalho. In O Colapso da Modernização. São Paulo, 4ed., Paz e Terra, p.16-29.

LAGO, Paulo Fernando de Araújo (1961) Contribuição Geográfica ao Estudo da Pesca no Litoral de Santa Catarina. Revista Brasileira de Geografia, v. 23, n.1, p. 121 - 215.

LEFEBVRE, Henri (1969) Natureza e Conquista Sobre a Natureza. In Introdução à Modernidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 155-184.

LEFEBVRE, Henri (1978) De lo Rural a lo Urbano. Barcelona, Ed. Península, 4 ed..

LEITÃO, Wilma (1996) Organização e Movimento Social dos Trabalhadores da Pesca. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. V.12, no. 2, p 183-199.

LIMA, Roberto Kant de (1997) Pescadores de Itaipú. Niterói, EDUFF, Parte I, p.13-266.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky (1985) Os Parceiros do Mar. Belém, CNPQ/Museu Emílio Goeldi. 227 p.

MACGRATH, David , CASTRO, Fábio de , FUTEMMA, Célia Regina , AMARAL, Benedito Domingues do , CALABRIA, Juliana de Araujo (1993) Manejo Comunitário da Pesca nos Lagos de Várzea do Baixo Amazonas. In: POVOS DAS ÁGUAS : Realidade e Perspectivas na Amazônia. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 213 - 230.

MADRUGA, Ana (1986) Mudança de Vento - Redistribuição das Funções no Espaço de Uma Comunidade Pesqueira - Lucena, PB. São Paulo, 1v. (Dissertação - Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MADRUGA, Antonio Moacyr (1992) Litoralização : Da Fantasia da Liberdade à Modernidade Autofágica. São Paulo, 1v. (Dissertação - Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MAGALHÃES, Elzamann (1938) O aproveitamento do Pescado na Região Sul do Estado do Rio e no Littoral Norte de São Paulo. In A Voz do Mar. Rio de Janeiro, CGPB, Ano XVIII, no. 149, p.71-81.

MALDONADO , Simone Carneiro (1996) Pescadores do Mar. São Paulo, Ed. Ática. 77p.

MALDONADO, Simone Carneiro (1988) No Mar : Conhecimento e Produção. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 2, São Paulo, Coletânea de Trabalhos Apresentados, São Paulo, PPCAUB/F.Ford/UICN. p. 259 - 265.

MALDONADO, Simone Carneiro (1993) Mestres e Mares : Espaço e Indivisão na Pesca Marítima. São Paulo, Annablume. 195 p.

MARQUES, José Geraldo W. (1995) Pescando Pescadores : Etnoecologia Abrangente no Baixo São Francisco Alagoano. São Paulo/Maceió, NUPAUB-USP. 304 p.

MARQUES, José Geraldo W.(org.) (1992) O RIMA do Poder e o Contra-RIMA dos Deserdados: Destruição e Sobrevivência na Várzea de Marituba. São Paulo, NUPAUB-USP/CEMAR, 127p.

MARTINS, César Augusto Avila (1997) Nas Águas da Lagos há Reprodução da Vida : Pesca Artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos- Rio Grande (RS). São Paulo,1v. (Dissertação - Mestrado), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

- MARTINS, José de Souza (1986) Pequena Produção Agrícola : Antimito da Produção Capitalista no Campo. In: Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República". São Paulo, Hucitec. p. 113 - 152.
- MARTINS, José de Souza (1989) Dilemas Sobre as Classes Subalternas na Idade da Razão. In: Caminhada no Chão da Noite. São Paulo, Hucitec. p. 97 - 147.
- MARTINS, José de Souza (1991) Expropriação e Violência - A Questão Política no Campo. 3ª ed., São Paulo, Hucitec, 182p.
- MARX, Karl (1980) Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais Valia. In O Capital - Livro Primeiro. 6ª Ed., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, V. I.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1984) A Ideologia Alemã - Teses Sobre Feuerbach. São Paulo, Editora Moraes, 119p.
- MELLO, Alex Fiúza de (1985) A Pesca Sob o Capital. Belém, UFPA. 296 p.
- MELLO, Alex Fiúza de (1995) Movimentos Sociais na Pesca: Breve Balanço Bibliográfico: Novos Desafios Teóricos. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. V. 11, no.1., p 19-39.
- MENCIA-MORALES, Francisco (1976) Avaliação da Indústria Pesqueira de São Paulo. Rio de Janeiro, PDP-SUDEPE, 85p.
- MENDES, Chico (1989) O Testamento do Homem da Floresta. Rio de Janeiro, FASE, 71p.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1980) IV Plano Nacional de desenvolvimento da Pesca 1980-1985. Brasília, SUDEPE.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (1997) Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Pirajubaé. Brasília, IBAMA, 24p.
- MONAPE (1990) Carta de Juazeiro. Juazeiro, Movimento Nacional dos Pescadores/ Conselho Pastoral dos Pescadores.
- MONAPE (1991) Pescando e Lutando. São Luís, Movimento Nacional dos Pescadores, 12p.
- MONAPE (1996) Pesca Artesanal, Política Pesqueira e Meio Ambiente no Brasil. São Luiz, Movimento Nacional dos Pescadores, 22p.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de (1984) Território. Orientação. São Paulo, Instituto de Geografia-USP, n.5. p. 91.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de (1985) Segunda Natureza. Orientação. São Paulo, Instituto de Geografia-USP, n.6.

MOREIRA, Ruy (1985) O Que é Geografia? São Paulo, 6ª Edição, Brasiliense.

MUSSOLINI, Gioconda (1980) Cultura Caiçara. In Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara. Rio de Janeiro, Paz e Terra. p. 219 - 289.

NOFFS Paulo da Silva (1988) Os Caiçaras de Toque Toque Pequeno : Um Estudo de Mudança Espacial. São Paulo, 1v. (Dissertação - Mestrado) , Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

NOJOSA, Francisco (S/data) Pescadores em Luta. São Luís, Colônia Z-10, 14p.

PAIVA, Melquíades Pinto (coord.) (s.d.) Levantamento do Estado da Arte da Pesquisa dos Recursos Vivos Marinhos do Brasil. Brasília, SMA/MMA/Prog. REVIZZE, Rel. Interno, 241p.

PANORAMA A AQUICULTURA (2000) Entrevista. Rio de Janeiro, p21-23.

PANORAMA A AQUICULTURA (2000) Camarões Brasileiros. Rio de Janeiro, p.15-20

PROJETO CULTURAL SÃO SEBASTIÃO TEM ALMA.(1990) Carta do Caiçara. São Sebastião.

PROJETO CULTURAL SÃO SEBASTIÃO TEM ALMA (1993) Carta do Pequeno Encontro dos Povos do Mar. São Sebastião.

PROJETO CULTURAL SÃO SEBASTIÃO TEM ALMA ; PROGRAMA DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DE ÁREAS ÚMIDAS NO BRASIL (1990) Carta do Ilhéu . São Sebastião.

PROJETO CULTURAL SÃO SEBASTIÃO TEM ALMA ; CENTRO DE CULTURAS MARÍTIMAS (1992) Carta dos Povos do Mar. São Sebastião.

PROJETO CULTURAL SÃO SEBASTIÃO TEM ALMA; NUPAUB-USP; FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DE ILHABELA (1994) Carta dos Povos do Mar e da Mata Atlântica. São Sebastião.

PROJETO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DA ILHA GRANDE (1999) Relatório das Atividades Executadas. Angra dos Reis, PMAR, Relatório.

PROPOSTA (1988) Pescadores Artesanais : Entre o Passado e o Futuro. Rio de Janeiro, FASE, no. 38, 76p.

RAFFESTIN, Claude (1993) Por Uma Geografia do Poder. São Paulo, Ática, 269p.

RATZEL, Friedrich (1990) Geografia do Homem (Antropogeografia). In Ratzel. São Paulo, Ática, Col. Grandes Cientistas Sociais, no. 59, p 32-150.

- RODRIGUES, Arlete Moysés (1993) Movimentos Sociais . Campinas, IFCH/UNICAMP, 39p.
- SALLES, Janaína Camilo Vieira B. de (1996) Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé: Um Espaço Geográfico e sua Importância Ambiental e Econômica. Florianópolis, 1v. (Monografia - Graduação) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SADER, Eder (1995). Quando Novos Personagens Entraram em Cena. 2^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 329 p.
- SAMUDRA (2000) . Bruselas, ICSF, no. 27, dezembro/2000.
- SANTOS, Boaventura de Souza (1989) Introdução a uma Ciência Pós Moderna. Rio de Janeiro, Graal, 176p.
- SANTOS, Milton (1996) A Natureza do Espaço. São Paulo, Hucitec. 308 p.
- SANTOS, Milton (1997) Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo, Hucitec, 124p.
- SARNEY, José (1995) O Dono do Mar. São Paulo, Siciliano, 284p.
- SEABRA, Manuel Fernando Gonçalves (1985) Geografia(s)? Orientação. São Paulo, Instituto de Geografia-USP, no. 6, p. 9-17.
- SERNAPESCA (1998) Anuario Estadístico de Pesca 1997. Valparaíso, Servicio Nacional de Pesca, 307p.
- SERNAPESCA (1999) Estado Nacional de Las Areas de Manejo. Valparaíso, DCP, Informe.
- SILVA, Célia Maria e (1992) Ganchos/SC , Ascensão e Decadência da Pequena Produção Mercantil Pesqueira. Florianópolis, Ed. da UFSC, 197p.
- SILVA, Gicélia Mendes da (1995) O Município de Pirambu e a Atividade Pesqueira. Aracajú, 1v. (Dissertação - Mestrado), Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.
- SILVA, Paulo Castro Moreira da (1972) O Problema da Pesca no Brasil. In Estudos do Mar Brasileiro. Rio de Janeiro, Renes. p. 7 - 44.
- SILVA, Luiz Geraldo Santos da (1988) Os Pescadores na História do Brasil. Recife, CPP/Vozes. 222 p.
- SILVA, Luiz Geraldo Santos da (1989) Movimento Social de Pescadores no Norte e Nordeste Brasileiros : Tradição e Mudança (1966 - 1988).In ENCONTRO DE CIÊNCIAS

SOCIAIS E O MAR , 3, São Paulo, Coletânea de Trabalhos Apresentados, São Paulo, PPCAUB/F.Ford/UICN. p. 141 - 156.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da (1991) Pescadores, Militares e Burgueses : Legislação Pesqueira e Cultura Marítima no Brasil (1840 - 1930). Recife, 1v. (Dissertação - Mestrado), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da (1993) Caíçaras e Jangadeiros : Cultura Marítima e Modernização no Brasil. São Paulo, CEMAR, 143p.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da (1998) História e Meio Ambiente : A Pequena Pesca Marítima no Brasil. Revista de Sociologia e Política. No. 10/11. p. 219 - 231.

SOUZA, Márcio (1990) O Empate Contra Chico Mendes. 2ª Ed., São Paulo, Marco Zero, 168p.

VASCONCELOS, Kelma Cristina Santos de (1997) Aspectos Econômico-Sociais da Pesca Artesanal Marítima no Município de Cabedelo. João Pessoa, 1v. (Monografia) Departamento de Economia, Universidade Federal da Paraíba.

VIEIRA, Marilda Fontenele (1993) Pescadores : Exploradores ou Explorados? Parnaíba, 1v. (Monografia), Ciências Econômicas, Universidade Federal do Piauí.

WILLIS, Paul (1991) Aprendendo a Ser Trabalhador. Porto Alegre, Artes Médicas, 241p.